

Transições negadas,
TRANSIÇÕES POSSÍVEIS
Um estudo sobre os jovens de Santo André

1ª edição
Santo André, 2015
Prefeitura de Santo André



Prefeito

Carlos Grana

Vice-prefeita

Oswana Fameli

REALIZAÇÃO

Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo (SOPP)

Alberto Alves de Souza – Secretário

Miriam Mary Marcon Armelin – Secretária Adjunta

Secretaria de Cultura e Turismo (SCT)

Thiago Nogueira – Secretário

Admir Aparecido Rodrigues – Secretário Adjunto

Secretaria de Inclusão e Assistência Social (SIAS)

Aparecida de Fátima Guebara Grana – Secretária

Célia Aparecida Ducci Fernandes Chaer – Secretária Adjunta

ELABORAÇÃO

Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos - DISE/SOPP

Daniel Bicudo Veras

Kelli Freitas Galante

Marcelo de Jesus Phintener

Maria Cristina Machado de Lima

Mário Mattiello

Renata Moré

Apoio administrativo

Keila Lima

Transições negadas, transições possíveis: um estudo sobre os jovens de Santo André/Santo André. Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Inclusão e Assistência Social. – Santo André: PSA, 2015.

Inclui bibliografia.

ISBN

1. Jovens – Santo André (SP) 2. Jovens - Indicadores sociais 3. Jovens - Mercado de trabalho 4. Jovens – Educação 5. Jovens - Violência 6. Jovens - Políticas públicas I. Santo André (SP). Prefeitura.

CDD 305.235

sumário

Apresentação	4
Sumário executivo	6
Parte 1. Introdução	9
Parte 2. Juventude & juventudes	17
2.1 Dinâmicas em transição	21
2.2 Concepções de juventude e formulação de políticas públicas	25
Parte 3. Panorama socioeconômico da juventude em Santo André	29
3.1 Do mercado de trabalho	35
3.2 Da educação	53
3.3 Fora da escola, fora do trabalho	64
3.4 Da violência	70
3.5 Os jovens de Santo André no Bolsa Família	86
Parte 4. De quando as transições são negadas	93
4.1 Da onda conservadora	95
4.2 Dos sujeitos “matáveis”	99
4.3 ECA 25 anos	102
Referências bibliográficas	108
Apêndice	116

apresentação

A elaboração de indicadores e a organização de diagnósticos têm sido parte da estratégia cotidiana da Prefeitura de Santo André em busca da melhoria da gestão de suas práticas. Com recorte em grupos, de alguma forma, desfavorecidos, já foram concebidas as publicações “Panorama da Pobreza em Santo André” e “Mulheres de Santo André, em Pauta”, subsídios fundamentais no enfrentamento da superação da pobreza e da desigualdade de gênero.

Em continuidade, apresentamos agora trabalho sobre as condições de vida da juventude da cidade, em realização conjunta da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo – Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos, Secretaria de Inclusão e Assistência Social – Programa Bolsa Família, e Secretaria de Cultura e Turismo - Assessoria de Juventude. Com olhar atento às questões que possam interromper ou desqualificar o ingresso do jovem na fase adulta, mostram-se nesta publicação indicadores de mercado de trabalho, educação e violência com vistas a se obter um quadro concreto que possa orientar a formulação de políticas públicas municipais para essa faixa etária.

Santo André tem como marca de suas gestões democráticas a organização de instâncias governamentais para o desenvolvimento das políticas transversais. Entre elas, desde 1997, a Assessoria de Juventude é um espaço de interlocução com os jovens e com as diversas áreas da Prefeitura que atuam junto a essa faixa etária. Os Projetos “Estação Juventude” com recursos do Governo Federal, e “Santo André, Cidade Grafitti” que dialoga especialmente com a arte deste livro, são, entre outras iniciativas dessa gestão, possibilidades de diálogo e expressão dos jovens da cidade, seus projetos e perspectivas de futuro.

Em vista do contexto atual, além de possibilitar a formulação e o monitoramento das políticas públicas, esta publicação tem como finalidade colaborar com o debate sobre a redução da maioria penal no Brasil, fortalecendo um espaço fundamental de discussão de causas e consequências que envolvem a questão. O impacto dessa escolha poderá ser percebido por todas as faixas etárias, e gerações que virão. Um grande instrumento de garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), poderá ter feridos seus princípios que há vinte e cinco anos, e não com poucos esforços, têm sido agenda de diversos grupos governamentais e não-governamentais que lutam por sua implementação.

Uma sociedade adulta deve cuidar de suas crianças e jovens, não se posicionar a partir do medo nem a favor de qualquer tipo de vingança. Considerando que o gestor público tem como uma de suas principais missões exercer a função de educador, e considerando também os avanços brasileiros em termos de democracia e cidadania, não se poderia pensar em retrocesso que olhasse para o jovem com outra visão que não fosse a da atenção e da responsabilidade para com ele.

Os jovens não podem estar sós, responsabilizados por problemas historicamente construídos por toda uma sociedade; e a batalha, que se deve travar para o alcance de uma efetiva mudança e minoração da violência, não pode estar vinculada a outra forma de violência, mas sim à melhora das condições de vida desta parcela da população, que precisa ser ouvida e compreendida em suas dificuldades.

Carlos Grana
Prefeito de Santo André

sumário

executivo

A juventude, como será exposto ao longo dessa publicação, é um período longo da vida, cheio de experimentações e descobertas, que nas sociedades capitalistas contemporâneas se estende ainda mais por influências culturais e econômicas. De outro lado, o grupo etário jovem é cada vez menos representativo na sociedade dado o processo de transição demográfica, de envelhecimento da população, que pode ser verificado em Santo André, no Brasil como um todo e em diversos outros países. No contexto atual de discussão sobre a redução da maioridade penal, este trabalho, como poderá ser observado, pretende oferecer esclarecimentos sobre as questões colocadas em jogo.

Sabe-se que a violência não possui raízes biológicas. Trata-se de um complexo fenômeno cujo espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade (MINAYO, 1994). Dessa forma, mesmo que personalidades políticas conservadoras do presente acreditem que seja possível identificar tendências criminais em crianças e adolescentes, tal visão está longe de explicar o fenômeno. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP-2010), ainda que haja medo e insegurança generalizados, a violência se concentra em determinadas áreas e atinge grupos sociais específicos, sendo os grupos mais vulneráveis aqueles que vivem em áreas onde

se observam: falta de equipamentos e serviços públicos, assentamentos precários, disseminação de armas de fogo, eventual presença do crime organizado, estigmatização por parte dos meios de comunicação e da sociedade como um todo, e outros fatores raciais associados.

Não livre de percalços, o processo de transição da juventude para a vida adulta na atualidade é bem menos linear e previsível do que costumava ser décadas atrás. Conclusão dos estudos, entrada no mercado de trabalho, constituição de novo domicílio, casamento e a vinda do primeiro filho não mais ocorrem necessariamente nesta ordem e, por vezes, etapas são puladas ou suprimidas. Como colocado por CAMARANO (2006), trata-se do próprio processo de transição em transição.

Um panorama socioeconômico da juventude da cidade apresentará como o mercado de trabalho e a educação se conformam como possibilidades ou dificuldades na transição para a vida adulta. O jovem de Santo André é ativo no mercado de trabalho, embora ganhe menos do que outras faixas etárias, e, dessa forma, está mais suscetível ao desemprego, ao trabalho precário e à informalidade. Os indicadores educacionais do ensino fundamental e do ensino médio revelam ampla cobertura, embora o abandono do ensino mereça atenção no que diz respeito ao ensino médio, persistam desigualdades entre as regiões da cidade, e o acesso ao ensino superior ainda seja restrito.

Neste ínterim, a questão dos jovens que estão fora

da escola e do trabalho (os *nem-nem*) merece atenção. A faixa *jovem-jovem*¹ (dos 18 aos 24 anos) é a que concentra o maior número de jovens com esse perfil, sendo as mulheres especialmente atingidas. Enquanto para elas a condição é dada pela entrada precoce na maternidade, para os homens, a condição se traduz em falta de perspectivas e dificuldades de inserção social por meio dos papéis esperados. A violência e o homicídio também estão entre as formas de privação do acesso à maturidade, atingindo especialmente o grupo de jovens *negros*, tanto no que concerne ao município, quanto no Estado de São Paulo e no Brasil.

O Programa Bolsa Família se mostra como uma possibilidade de transição para vida adulta, visto que, ao partir de uma concepção engendrada em olhar integral para o jovem, e para todas as faixas etárias em situação de pobreza, já proporciona à cidade alguns resultados positivos no que se relaciona ao benefício direto. Outros resultados poderão ser esperados em vista do desenvolvimento cada vez maior da articulação de políticas públicas, estimulando um salto na qualidade de vida das pessoas socioeconomicamente mais desfavorecidas. Um olhar para o jovem titular do benefício é apresentado em capítulo específico.

Conflitos, interesses, e consequências internas e internacionais de uma possível efetivação da PEC 171, que diz respeito à redução da maioria penal no Brasil, são apresentados por fim, de forma a oferecer um painel de discussões a serem consideradas e aprofundadas.

1. Sobre a expressão, ver Parte 1 - Introdução.



Marcelo Camacho, *Stopa*
Projeto Santo André, Cidade Grafitti, 2015.

1

introdução

A realização deste trabalho tem por objetivo oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas para a juventude no âmbito municipal, considerando ainda que as informações e análises ora apresentadas demonstram contundência para argumentação contrária à aprovação da proposta de redução da maioria penal no Brasil. Nesse contexto, consideramos oportuno reunir alguns temas sensíveis ao segmento populacional juvenil, de modo que para algumas variáveis vinculadas aos referidos assuntos, as análises são territorialmente apresentadas.

A seleção dos temas de pesquisa deste trabalho foi realizada a partir da consideração sobre os âmbitos da vida cotidiana que podem negar ou dificultar a passagem dos jovens para a vida adulta e, dessa forma, incidir sobre determinadas situações sociais. Assim, esta publicação traz informações estatísticas e análises que se relacionam às temáticas: Mercado de Trabalho, Educação e Violência, escolha que dialoga com o conceito transições negadas, de Maria Amélia Camarano, a ser debatido no próximo capítulo.

A iniciativa da abordagem permite lidar com vários eventos, sobretudo aqueles relacionados ao tempo de escolaridade, formação profissional, participação no mercado de trabalho, casamento, maternidade, e segurança pública, temas de grande relevância na condição de vida do jovem, seja quando ele está no processo de *transição para a vida adulta*, no processo de uma vida adulta em transição, ou quando essa transição é interrompida.

Em termos etários e para fins de caracterização, a presente publicação delimita como jovens aquelas pessoas entre 15 a 29 anos de idade, adotando o mesmo critério etário utilizado pela Política Nacional de Juventude (PNJ)¹. A necessidade em estabelecer este parâmetro está relacionada a também possibilitar a re-

flexão dos indicadores apresentados a aspectos do universo juvenil “à luz do seu processo de transição para a vida adulta, buscando contextualizar o que é específico do jovem e o que é transversal a outras fases do ciclo da vida”². Nessa perspectiva, dividimos o arco etário de 15 a 29 anos em três subgrupos, a fim de captar certas especificidades em cada fase, principalmente àquelas ligadas à mortalidade. Assim, o primeiro subgrupo compreende os *jovens adolescentes*, com idade entre os 15 e 17 anos); o segundo subgrupo, os *jovens-jovens*, com idade entre os 18 aos 24 anos; e o terceiro subgrupo, os *jovens adultos*, com idades entre 25 e 29 anos)³.

Para a finalidade de caracterizar a população segundo cor/raça foi empregada a divisão agrupada, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que relaciona brancos e amarelos como *não negros*, e pretos, pardos e indígenas como *negros*.

Outra característica do trabalho é a possibilidade do levantamento de informações e elaboração de indicadores, partindo-se da utilização de bases de dados das seguintes fontes:

- microdados de pesquisas provenientes do Censo Demográfico de 2010, com estimativa para 2013, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ano 2012 e 2013, do IBGE, de

1. Vinculada à Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência, a PNJ é o canal institucional que incorporou as demandas juvenis na agenda das políticas públicas.

2. (CAMARANO, 2006, p.15)

3. “Não se têm dúvidas de que a divisão do ciclo da vida em fases é de grande utilidade metodológica, mas reconhece-se que, por ser ela estática, qualquer recorte adotado contém um certo grau de arbitrariedade. As fases são caracterizadas por participação em eventos. Os eventos considerados neste trabalho são frequência à escola, participação no mercado de trabalho, saída de casa dos pais ou constituição do próprio domicílio, casamento/descasamento, maternidade, aposentadoria, viuvez e morte.” p.32 <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capitulo_2_nascimento.pdf>.

onde se pode coletar informações demográficas e socioeconômicas, notadamente as informações vinculadas ao mercado de trabalho, como taxa de desocupação, no caso o desemprego aberto⁴;

- dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2013, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de onde se pode extrair informações acerca do funcionamento do mercado de trabalho formal;

- microdados do Censo Escolar de 2013, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (ME), de onde extraímos informações relacionadas à situação escolar do jovem;

- microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), triênio 2012/2013/2014, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), de onde foram extraídas informações relacionadas ao mercado de trabalho, especialmente a taxa de desemprego total⁵;

- microdados do Cadastro Único de Programas

Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2015, de onde se pode captar indicadores para compor o perfil dos jovens beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF);

- microdados da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), quadriênio 2010-2013, de onde se coletou informações relacionadas à violência letal contra o jovem.

Também foi utilizada na composição do trabalho a literatura destinada ao tema juventude e pesquisas realizadas em sites de informações socioeconômicas, como IBGE, IPEA e Ministério da Justiça.

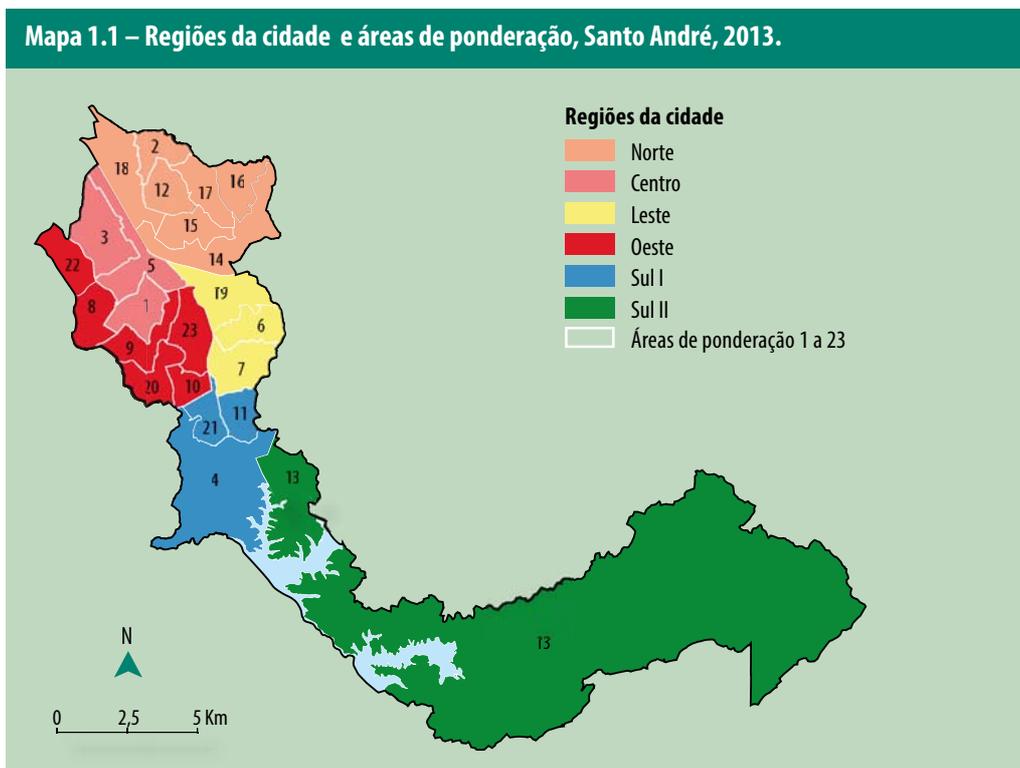
A sistematização e a análise das informações estão divididas e expostas territorialmente pela cidade de Santo André de duas maneiras. Em escala mais abrangente, a primeira divisão diz respeito à área de ponderação, unidade geográfica que permite espacializar as informações socioeconômicas medidas pelo Censo. No total são 23 áreas de ponderação na cidade, conforme quadro 1.1, de modo que cada área é formada por um agrupamento de setores censitários e áreas censitárias (bairros). A

4. São pessoas “que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc).”

5. Indicador que compreende três tipos de desemprego: **desemprego aberto**, “pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias”; **desemprego oculto pelo trabalho precário**, “pessoas que realizam trabalhos precários, algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado emprego neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás”; e **desemprego oculto pelo desalento**, “pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses”.

Quadro 1.1 – Correspondências entre as áreas de ponderações e áreas censitárias do município de Santo André.

Área ponderação		Área censitária (Bairro)
nº	nome	
1	Assunção	Bairro Paraíso, Vila Assunção, Vila Gilda
2	Camilópolis	Jardim das Maravilhas, Jardim Utinga, Vila Camilópolis
3	Campestre	Campestre, Jardim, Santa Maria, Vila Alpina, Vila Guiomar
4	Cata Preta	Cata Preta, Jardim Riviera, Parque do Pedroso, Parque Miami, Sítio dos Vianas
5	Centro	Casa Branca, Centro, Jardim Bela Vista, Tamanduateí 1, Tamanduateí 3, Vila Alice, Vila Bastos
6	Cidade São Jorge	Cidade São Jorge, Jardim Marek, Parque Gerassi Centreville, Vila Progresso
7	Condomínio Maracanã	Condomínio Maracanã, Jardim Ipanema, Vila Guaraciaba, Vila Lutécia, Vila Suíça, Vila Tibiriçá
8	Jardim Bom Pastor	Jardim Bom Pastor, Vila Floresta, Vila Scarpelli, Vila Valparaíso
9	Jardim Cristiane	Jardim Cristiane, Jardim Stella, Vila Alzira
10	Jardim do Estádio	Jardim do Estádio, Jardim Santa Cristina
11	Jardim Santo André	Jardim Santo André, Parque dos Pássaros
12	Nações	Jardim Santo Antonio, Parque das Nações, Vila Francisco Matarazzo
13	Parque Andreense	Acampamento Anchieta, Cabeceiras do Araçuaia, Cabeceiras do Rio Grande, Cabeceiras do Rio Mogi, Cabeceiras do Rio Pequeno, Campo Grande, Estância Rio Grande, Fazenda dos Tecos, Jardim Clube de Campo, Jardim Guaripocaba, Jardim Joaquim Eugênio de Lima, Paranapiacaba, Parque América, Parque das Garças, Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Represa Billings II, Parque Represa Billings III, Parque Rio Grande, Recreio da Borda do Campo, Reserva Biológica Alto da Serra, Rio Grande, Sítio Taquaral, Três Divisas, Várzea do Rio Grande, Waisberg I, Waisberg II
14	Parque Capuava	Jardim Alzira Franco, Jardim Itapoan, Jardim Rina, Parque Capuava, Polo Petroquímico Capuava, Tamanduateí 5, Tamanduateí 6, Tamanduateí 8
15	Parque João Ramalho	Parque Jaçatuba, Parque João Ramalho, Vila Curuçá
16	Parque Novo Oratório	Jardim Ana Maria, Jardim Santo Alberto, Parque Novo Oratório
17	Parque Oratório	Parque Erasmo Assunção, Parque Oratório, Vila Lucinda
18	Santa Terezinha	Bangú, Santa Terezinha, Tamanduateí 2, Tamanduateí 4, Vila Metalúrgica
19	Vila Humaitá	Parque Marajoara, Tamanduateí 7, Vila América, Vila Guarani, Vila Homero Thon, Vila Humaitá
20	Vila Linda	Jardim Alvorada, Jardim Las Vegas, Vila Linda
21	Vila Luzita	Jardim Irene, Vila João Ramalho, Vila Luzita
22	Vila Palmares	Vila Palmares, Vila Príncipe de Gales, Vila Sacadura Cabral
23	Vila Pires	Bairro Silveira, Vila Helena, Vila Junqueira, Vila Pires



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

área de ponderação é identificada como sendo:

“...unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo. O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população,

não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas. Assim este tamanho mínimo foi definido em 400 domicílios ocupados na amostra, exceto para os municípios que não atingem este total onde, neste caso, o próprio município é considerado uma área de ponderação”⁶.

A segunda divisão territorial compreende a delimitação da cidade em seis áreas (ou regiões),

6. <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm>.

conforme mapa 1.1, onde as informações estão agregadas visando garantir não só os contornos socioespaciais das mesmas, mas a consistência estatística para tabulação dos dados e, conseqüentemente, para sua interpretação. Assim, elas foram denominadas como regiões: Norte, Sul I, Sul II⁷, Centro, Leste e Oeste.

Trata-se, em suma, de uma divisão regional que levou em consideração um conjunto de aspectos econômicos, sociais e ambientais da organização do território do município, o que possibilitou distribuir tais aspectos em nível mais agregado de divisão territorial. Esse tipo de divisão espacial permite, por exemplo, medir a taxa de desocupação (desemprego aberto) por região e observar em qual parte da cidade ela tem maior incidência sobre os trabalhadores.

Cada região é composta por um agrupamento de

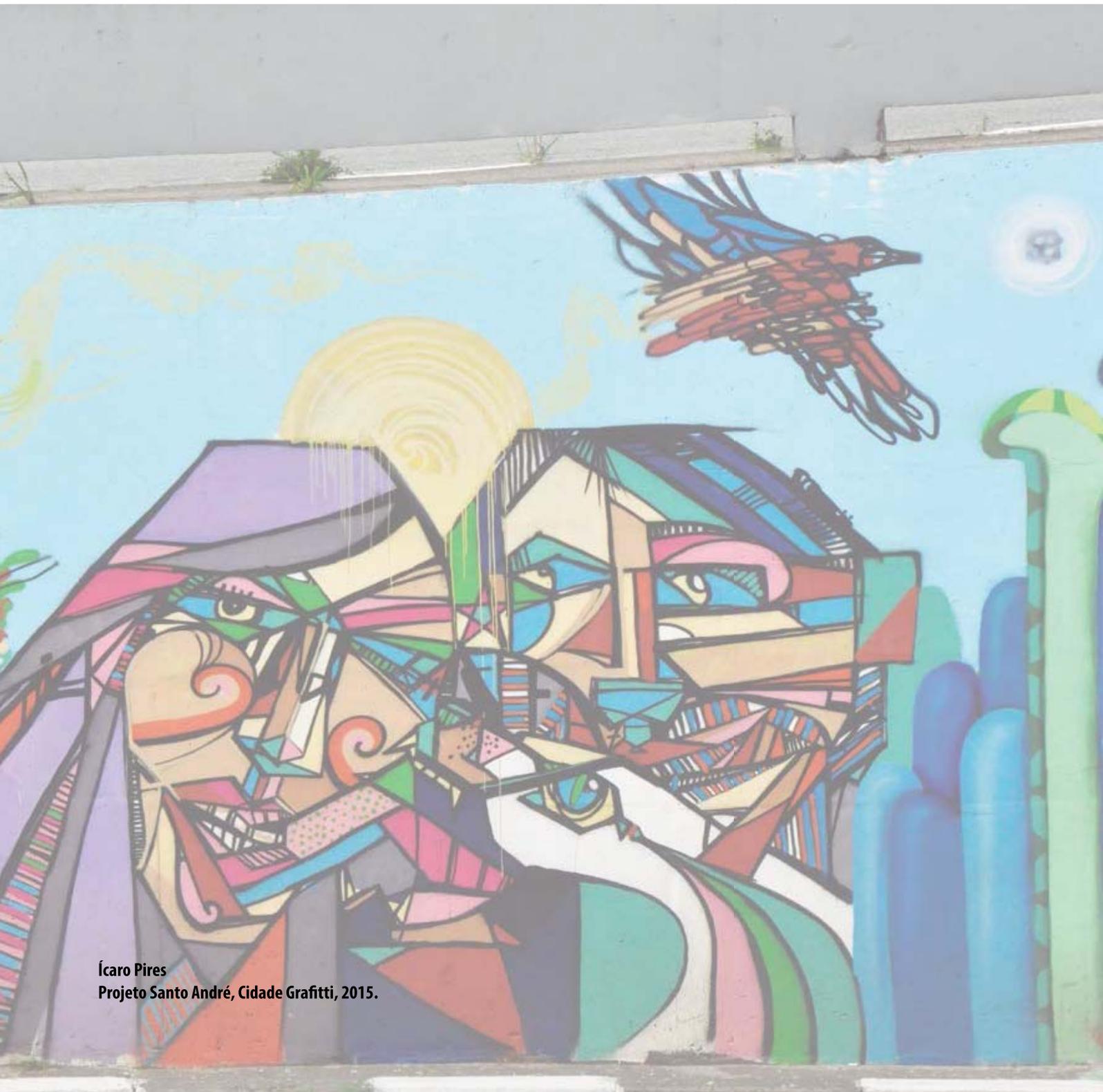
áreas de ponderação:

- **Norte:** Camilópolis, Nações, Parque João Ramalho, Santa Terezinha, Parque Capuava, Parque Novo Oratório, Parque Oratório;
- **Sul I:** Vila Luzita, Jardim Santo André, Cata Preta;
- **Sul II:** Parque Andreense;
- **Centro:** Centro, Campestre, Assunção;
- **Leste:** Cidade São Jorge, Condomínio Maracanã, Vila Humaitá;
- **Oeste:** Vila Palmares, Jardim Bom Pastor, Jardim do Estádio, Jardim Cristiane, Vila Linda, Vila Pires.

No mapa 1.1, localizado na página anterior, é possível visualizar a distribuição territorial da cidade de Santo André nas duas perspectivas adotadas para esse trabalho: por área de ponderação, representada pelos números que vão de 1 a 23, e por região da cidade, representada pelas cores.

7. Foi denominado como Sul II a região pertencente à Macrozona de Proteção Ambiental, área de 107,93km² com 5% dos habitantes do município. Conforme o Plano Diretor Municipal (Lei nº 8.696/04, alterada pela Lei nº 9394/12), uma das divisões do município se dá em dois setores: A Macrozona Urbana e a Macrozona de Proteção Ambiental, ambas com suas especificações.

Um estudo sobre os jovens de Santo André



Ícaro Pires
Projeto Santo André, Cidade Grafitti, 2015.

2

juventude & juventudes

"[...] A felicidade da juventude, assim como sua insuficiência, é a de que ela nunca pode viver no presente. Precisa estar sempre comparando aquele dia com o próprio futuro, radiantemente imaginado – flores e ouro, garotas e estrelas, são apenas prefigurações ou profecias daquele sonho jovem, incomparável e inatingível"

F. Scott Fitzgerald¹

Esta seção tem por objetivo explicitar o que nesta pesquisa entende-se por juventude e suas implicações sociais. Além disso, destaca as especificidades do grupo jovem, heterogeneidades existentes dentro dele, e a atual redefinição das transições para a vida adulta. Políticas destinadas ao jovem (concepções e premissas envolvidas) serão brevemente comentadas.

1. In: *O Diamante do tamanho do Ritz*, apud CAMPOS e PHINTENER (2012, p. 138).

Idades e questões geracionais são de interesse da sociologia atual, que se dedica a entender os *baby boomers* e as gerações X, Y, Z e Alfa. Dentro deste contexto a discussão etária, e dentro dela a de juventude, ganha destaque. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), jovem é considerado aquele entre 16 e 24 anos (PHINTENER, CAMPOS, 2011a), enquanto a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) considera a faixa entre 15 e 29 anos. A diferenciação por si só basta para entender que o conceito de juventude é um construto histórico, social e cultural, adquirindo denominações e delimitações diversas de acordo com diferentes momentos históricos, sociedades, culturas, e até mesmo interesses políticos.

Para Pierre BOURDIEU (1983), a fronteira juventude-velhice constitui-se num tradicional objeto de disputas nas sociedades. “Somos sempre o jovem ou o velho de alguém”, e os cortes são assim objeto de manipulações. O jovem é adulto para umas coisas, criança para outras, e na delimitação da juventude o que está em jogo são: a transmissão do poder e os privilégios entre as gerações.

Os pontos de partida para a definição de juventude envolvem faixa etária, período de vida, categoria social e geração (LEÓN, 2005), e como essa definição não é consensual, podemos afirmar que juventude é um conceito, na melhor das hipóte-

ses, apenas razoavelmente definido. De qualquer maneira, o termo juventude está sempre relacionado à transição infância - vida adulta, e abrange mudanças biológicas e sociais. Para ALLERBECK e ROSENMAYR (1979), enquanto as mudanças biológicas diferenciam a juventude da infância, as mudanças sociais diferenciam a juventude do mundo adulto, como um grupo etário à parte.

Dentro desta discussão é necessário também apresentar a conceituação de adolescência, correlata à de juventude, ainda que não equivalente. De acordo com SILVA e OLIVEIRA (2015), no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência a faixa etária dos 12 até os 18 anos de idade incompletos. Em outras áreas do conhecimento, como para a psicologia, os limites são mais fluidos². O Governo Brasileiro destaca mudanças da puberdade, crescimento físico, mudanças na composição corporal, eclosão hormonal e evolução da maturação sexual como definidores da condição (BRASIL, 2007). A discussão e a manipulação de seus limites, conforme colocado por BOURDIEU (1983) ganham destaque em meio à discussão da redução da maioridade penal.

Voltando à questão mais ampla de juventude, se comparamos às de outras espécies animais, a juventude humana, em seu nível biológico, é de uma duração notável, e uma longa infância e juventude

2. O termo “adolescência” aparece pela primeira vez em 1904, cunhado pelo psicólogo G. Stanley Hall, com conotações problemáticas e biologizantes, sempre atribuindo comportamentos irresponsáveis e de risco a mudanças cerebrais da fase. Além disso, Hall também acreditava que a adolescência ocorria em todas as épocas e culturas, o que nunca se confirmou empiricamente (EPSTEIN, 2014).

conferem à espécie uma série de vantagens adaptativas, como mais tempo para o cérebro crescer e aprendizado contínuo. A maturidade humana é postergada também pelo fato de termos um cérebro grande, razão pela qual não podemos nascer com o cérebro pronto. Ademais, a longa juventude é um dos fatores que faz do homem um ser social: na espécie, os recém-nascidos e muito jovens não podem cuidar de si próprios, o que sempre exige a cooperação social. Com esses motivos, Edgar MORIN (1973) encontra fundamentos biológicos para falar de prolongamento da juventude humana.

Por outro lado, além dos fundamentos biológicos, existem razões culturais para o prolongamento da juventude. MORIN (1977) aprofunda-se também nestas questões, chegando à conclusão de que a cultura ocidental é uma cultura de juvenilização. O significado deste processo é diferente do da juvenilização biológica, acima descrita. Por exemplo, nos grandes meios de comunicação se professa uma glorificação da juventude, o que se traduz também em grande procura por tratamentos estéticos e cirurgias para retardar o envelhecimento. Valores como a liberdade individual, típica do período da juventude, são também exaltados, em um momento de exacerbação do consumismo individualista, e de fragilização das famílias e das relações comunitárias. Desde a década de 1950 os jovens têm sido um dos

elementos fundamentais da cultura de massa, não só como consumidores, mas também como tema³.

Surge, assim, no século XX a categoria jovem, com perfil e valores diferentes dos da criança e do adulto. A passagem à idade adulta, antes brusca e ritualizada, torna-se, em seu nível sociocultural, mais longa e gradual. É a continuação de um processo iniciado na Revolução Francesa, de contestação da autoridade adulta (degerontocracia), e continuado pela valorização da subjetividade jovem durante o Romantismo do século XIX. Movimentos questionadores prosseguem neste sentido durante o século XX e durante os anos de 1950, o jovem também passa a ser segmento de mercado. Em maio de 1968 os valores juvenis e adultos colidem, evidenciando-se as diferenças entre eles e reforçando o jovem como categoria à parte. Desde então a categoria tem se consolidado como consumidora e como temática.

De forma geral o interesse científico por um fenômeno social é criado a partir do momento em que tal fenômeno passa a ser visto como um problema para a sociedade. Desta forma, o temor da explosão demográfica, por exemplo, tem sido uma tradicional motivação para o estudo sobre o tema. No Brasil, havia, no ano 2000, 47 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, correspondendo a 28,3% da população.

3. Nesta mesma década o psicólogo Erik Erikson define juventude como período entre a adolescência e fase adulta, abrangendo o período entre 18 e 35 anos. Ao contrário da fase predecessora, a juventude é amena e nela afirma-se um senso de isolamento com busca de intimidade, identidade e valores morais. Seu contemporâneo Jeffrey Jensen Arnett, por seu turno, ao observar passagens à vida adulta cada vez mais tardias, como casamento, saída da casa dos pais e conclusão do ensino formal, desenvolve o conceito de “vida adulta emergente”, ou “adulthood emergent” (EPSTEIN, 2014).

Outras questões alavancam o interesse sobre o tema, entre as quais, CAMARANO (2006) destaca os seguintes fenômenos:

- o aumento da fecundidade na adolescência;
- a instabilidade e a precariedade da inserção no

mercado de trabalho;

- a instabilidade das relações afetivas;
- a violência nas grandes cidades;
- a mortalidade e prevalência de DSTs (em especial a AIDS).

2.1 dinâmicas em transição

A juventude é um grupo com uma série de especificidades, características que lhe são próprias. Potencialidades, obstáculos e oportunidades influenciam a passagem para a vida adulta e aquisição de uma nova posição na escala social. Trata-se de uma fase em si caracterizada por conflitos, rupturas e vulnerabilidades. Buscas, definições e obrigatoriedade de escolhas complexificam a realidade do jovem e, em nível social, o prolongamento da vida (maior esperança de vida ao nascer) acarreta transformações que afetam todos os grupos etários. Dentro deste quadro CAMARANO (2006) questiona o que seria

específico ao jovem e o que seria transversal a todas as fases da vida.

Mesmo com suas especificidades, a juventude está longe de compor um grupo homogêneo. Aliás, conforme destacado por CAMPOS e PHINTENER (2012), o que caracteriza a juventude é justamente não ter característica. Se é uma fase de experimentação para todos, há uma tremenda heterogeneidade nesta exploração de possibilidades. Ao mesmo tempo, a juventude sofre uma crise de reconhecimento, travando uma batalha contra o medo e a desconfiança que a sociedade lhe deposita

(ABRAMOVAY, 2007; SOUSA, 2006). Muitas vezes a instabilidade, a insegurança e a violência são atribuídas ao ímpeto juvenil.

Aliás, como enfatizado por BOURDIEU (1983), e citado anteriormente, tratar a juventude como grupo homogêneo, com unidade de interesses e trajetórias, é sempre uma manipulação, pois há que se levar em consideração o quanto a sociedade determina a situação do jovem. Para ilustrar a heterogeneidade de eventos e de vida, CAMARANO (2006) ressalta que nascer mulher de cor/raça branca (não importa onde) pode significar 14 anos a mais de vida do que nascer homem no Nordeste (não importa a cor). No Nordeste, a cada mil crianças, 67 não atingem os sete anos, idade obrigatória para o ingresso na escola. Os homens do Nordeste apresentam a mais baixa escolaridade, semelhante à dos *negros*, entram mais precocemente no trabalho e se aposentam mais tarde, o que revela precariedade de sua situação laboral. O casamento e a constituição de novos domicílios ocorrem mais tarde para os homens, o que se relaciona diretamente à sua participação na economia. Para a mulher a constituição de novo domicílio tem se dado via casamento, em geral seguida pelo nascimento do primeiro filho. Enquanto no Sudeste este quadro tem sido consistente, em outras regiões o filho tem vindo antes, situação que ganha amplitude entre as mulheres negras. Aliás, este grupo vem percorrendo uma trajetória especial: elas têm passado menos tempo na escola e mais tempo na casa dos pais, casando-se menos do que as brancas. Todas estas circunstâncias revelam-se como produtos da sociedade que impactam a vida do jovem e de indivíduos em qualquer faixa etária.

CAMARANO (2006) ainda identifica outros fenômenos peculiares. Em 2004 verificou que o desemprego era maior entre aqueles de escolaridade média do que entre os de escolaridade baixa. Enquanto os de escolaridade baixa “pegam o que aparece”, os de escolaridade média são mais seletivos, estudam mais e contam com mais apoio familiar. Se as diferenças entre níveis de escolaridade são pronunciadas, também o são as diferenças entre as faixas etárias. De acordo com PHINTENER e CAMPOS (2011a), na faixa de 15 a 17 anos a porcentagem de estudantes é maior, estando 50% dos indivíduos fora do mercado de trabalho, a porcentagem de solteiros é maior do que a porcentagem de casados, e a porcentagem de não-pais é maior do que a de pais. A faixa entre 21 e 24 anos, por sua vez, está mais presente no mercado de trabalho e menos presente na escola. O número de casados é mais expressivo, e 41% dos jovens com mais de 20 anos têm filhos.

Faixa etária e gênero também sinalizam diferentes tipos de inserção social e significados dessa inserção. Por exemplo, a frequência na escola continua sendo o principal evento da criança. A novidade tem sido uma maior população de crianças frequentando a escola, e a antecipação da idade para ingressar nela. Com relação a certa demarcação da transição para a vida adulta, a participação no mercado de trabalho e a constituição de novo domicílio aparecem como definidores para o gênero masculino. Ainda no que se refere à questão da transição para a vida adulta, e para reforçar o conceito de heterogeneidade de trajetórias, CAMARANO (2006) destaca o que chama de *transições negadas*:

- jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho (conhecidos como *nem-nem*);
- a mortalidade precoce por homicídio.

A simples existência destes dois fenômenos evidencia que nem todos têm direito à transição para a vida adulta.

A condição dos *nem-nem* é vivida e percebida diferentemente de acordo com o sexo. O grupo de não-inseridos (ou inseridos de forma desfavorecida), os *nem-nem*, é em sua maioria de mulheres paradas, com baixa escolaridade e moradoras da zona rural. De acordo com dados de 2000, 3/4 dessas mulheres eram mães, 2/3 delas vivendo em parceria, e cada vez mais como chefes de família. Se para as mulheres a maternidade torna-se um tipo de inserção social, para o homem a condição de *nem-nem* é marcada pelo desalento e falta de perspectivas. CAMARANO (2006) mostra dados de 2000 de acordo com os quais dois milhões de homens viviam em situação de *nem-nem*.

Com relação à mortalidade precoce de jovens por homicídio, pode-se afirmar que este é um fator de interrupção da transição de muitos. Há indicadores desiguais, como mulheres vivendo mais do que homens, principalmente no Sudeste. De 1980 a 2000 cresceu o número de homicídios, que se concentram entre os homens jovens e negros. Enquanto na população geral só 8% morrem de causas externas, entre os jovens tais causas são razão de 74% das mortes, o que torna o homicídio um evento típico da juventude, ainda que extrapole a outros grupos (CAMARANO, 2006).

Enquanto no pós-guerra os critérios de transição para a vida adulta eram bem lineares e unidimensionais (a saída da escola, sucedida pelo ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação de novo domicílio por casamento e por fim, nascimento do primeiro filho, em contexto de crescimento econômico e maior oferta de emprego), hoje a transição é percebida de forma mais complexa e menos previsível, o que torna imprescindível o debate sobre a transição.

Atualmente pode-se falar na própria transição em transição. Para CAMARANO (2006), isto quer dizer que características típicas da juventude começam a estender-se para outras faixas etárias, inclusive as instabilidades e incertezas típicas do período, em parte como produto da exacerbação do já referido processo de juvenilização. O prolongamento da juventude é uma tendência largamente percebida e presente na literatura. Mais tempo na escola (que pode ser concomitante com a inserção no mercado de trabalho), dificuldades de inserção no mercado de trabalho e mudanças no arranjo familiar acompanham a tendência, podendo-se afirmar uma evolução em direção à individualização e à fragilidade.

O casamento passou a ser uma instituição frágil, menor, reversível, e não mais um definidor do início da vida adulta. Sua dissolução passou a ser voluntária, por decisão dos indivíduos. Se por um lado isto significa mais liberdade, por outro se traduz em individualização como produto do desamparo social. Tradicionalmente, a formação da nova família, considerada a etapa final da transição à vida adulta,

ocorre agora em momentos cronológicos distintos. Dentro da nova configuração, o que passa a definir a idade adulta? Casamento? Maternidade? Saída de casa? Ingresso no trabalho? Há os que constituem família sem sair da casa dos pais, compondo as chamadas famílias conviventes. Uma das principais causas seria o casamento sem uma inserção adequada ao mercado de trabalho para dar-lhes independência.

O número expressivo de mulheres separadas pode fazer presumir que estas tenham voltado à casa dos pais, o que indica a reversibilidade do processo. No que tange a idade de iniciação sexual pode-se dizer que se aproximaram os dois sexos à medida que nas mulheres ela foi antecipada. A maior permissividade dos pais e a desvinculação com o casamento contribuem para isso. A gravidez na adolescência tem diferentes implicações em diferentes segmentos econômicos, e embora a gravidez na juventude possa ser entendida como uma “transição condensada” para a vida adulta, a trajetória escolar não foi interrompida (vale lembrar que as trajetórias escolares já eram erráticas anteriormente). De qualquer forma, a união conjugal desvinculou-se da sexualidade e da parentalidade. Como tendências contemporâneas, destacam-se a concomitância escola-trabalho, mais filhos fora da união estável, mais famílias não formalizadas pelo casamento e casos de retorno à casa dos pais, divórcios e recasamentos.

A saída da escola também se destaca como evento que marcaria o início do processo de transição, porém devido ao prolongamento do período escolar, são

afetados os demais eventos de vida. Dados de 2000 mostram que a o ingresso na economia tem se dado antes da saída da escola, e que mais mulheres e menos homens entraram na economia. Mais anos de estudo conferiram às mulheres participação dobrada no mercado de trabalho, e a idade dos homens saírem de casa tem sido afetada pela sua idade de saída da escola. Se em 1980 os eventos “sair da escola”, “entrar no mercado de trabalho”, “sair de casa” e “casar” eram sucessivos, em 2000 não raro, mesmo o casamento já ocorria antes da saída de casa.

A escolaridade não é suficiente para assegurar a inserção adequada, mas é ainda condição necessária. Desde 1980 números relacionados à juventude e a maiores oportunidades de educação melhoraram. A informática, novo componente adicionado ao quadro geral, tem ao mesmo tempo criado e eliminado oportunidades. No Brasil, entretanto, onde a educação não é historicamente parte da estratégia de desenvolvimento, a vida adulta é antecipada, em detrimento da experimentação e, dessa forma, há menos desenvolvimento, persistindo desigualdades sociais e pobreza.

Com relação ao mercado de trabalho, este ficou mais exigente, o que fez com que os jovens ficassem mais tempo na escola se preparando para aumentar suas chances. Por outro lado, o mercado é também exigente de experiência, e, ao mesmo tempo, cada vez menos dependente de mão de obra, condições que tornam os jovens dependentes por mais tempo. Nada disso é fora da curva, a transição está em transição CAMARANO (2006).

2.2 concepções

de juventude e formulação de políticas públicas

Considerando essa complexa realidade contemporânea, imprescindível refletir sobre qual tem sido a concepção de juventude adotada na formulação de políticas para o jovem. ABRAMO (2005) identifica quatro principais concepções sobre juventude a fundamentar ações dirigidas a este público, coexistentes na sociedade brasileira, e, portanto, nas políticas públicas:

- juventude como período preparatório para a vida;
- juventude como etapa problemática;
- juventude como ator estratégico do desenvolvimento;
- juventude cidadã como sujeito das políticas.

Para GONÇALVES (2005), as políticas para o jovem padecem do olhar dicotômico potência X problema, e neste sentido, coloca-se a necessidade de rompimento com o paradigma. Lógicas unidimensionais, salvacionistas, redentoras, disciplinadoras, homogeneizadoras não dão conta da realidade.

Para CAMPOS e PHINTENER (2012) o desafio é ultrapassar a perspectiva que vê a juventude como exclusivamente problemática. O assunto juventude não pode ser abordado apenas no que diz respeito a conflitos de criminalidade, drogas e mortes por homicídios – mas também deve ser observado do ponto de vista da transição para a vida adulta, perí-

Quadro 2.2.1 – Juventude em quatro perspectivas (ABRAMO, 2005).

Juventude como período preparatório para a vida.	Juventude como etapa problemática.	Juventude como ator estratégico do desenvolvimento.	Juventude cidadã como sujeito das políticas.
De onde derivam políticas ligadas à educação.	De onde derivam ações que atuam sobre o jovem, mas desconsiderando o contexto social. Enfatizam: gravidez precoce; DST; drogas; violência.	A abordagem reconhece os jovens como atores dinâmicos da sociedade, com potencialidades para enfrentar os desafios das inovações tecnológicas da reestruturação produtiva desde os anos de 1990.	De onde derivam políticas centradas na cidadania. Tal abordagem muda os enfoques anteriores e supera a visão negativa sobre os jovens.

odo no qual crescer significa abandonar o grupo social mais restrito, ampliar círculos e tornar-se agente de desenvolvimento, força dinamizadora social. Ver a juventude como um tempo de direitos é alargar a cidadania, valorizando o grupo etário, de modo também a se evitar aquilo que é negativo como os riscos de abandono dos estudos, a gravidez indesejável e o atrativo da marginalidade sem, contudo, sacrificar a experimentação, que é própria da idade.

Considerando essa discussão, o ponto de partida do poder público na formulação de políticas públicas necessita ser o conhecimento e o respeito aos novos valores que chegam, e o cultivo da juventude cidadã, aquela que discute e reflete, participa, e sabe dos deveres, das responsabilidades e das potencialidades. Além disso, há que se preparar, assim como a sociedade civil, para uma série de características próprias da faixa etária, tais como rebeldia, contestação, imaturidade e valores diferentes. No mundo de hoje, há 1,8 bilhão de adolescentes e jovens (entre 10 e 24 anos) de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) 2015. Se a questão é “de que juventude

estamos falando?”, faz-se necessário destacar que é necessário considerar, antes de tudo, que se trata de um grupo em redefinição.

Hoje em dia, falar em juventude no Brasil significa falar de um grupo cada vez menor, visto que a tendência nacional é de envelhecimento da população, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram na tabela 2.2.1, na página ao lado.

A tendência de desaceleração do crescimento da população jovem e do aumento da população idosa já vinha se consolidando ao longo das décadas, ficando mais pronunciada a partir de 2000. Se analisarmos a evolução dos grupos etários nos últimos 45 anos, perceberemos um nítido crescimento dos grupos acima de 40 anos e uma redução dos grupos abaixo de 18 anos.

Entre 2000 e 2010, o grupo de 0 a 14 anos diminuiu 8,69% e o grupo entre 15 e 17 anos reduziu 3,48%. Estes grupos, que são a parcela mais jovem da população, não só reduziram-se de forma absoluta,

Tabela 2.2.1 – População residente por grupos de idade, características gerais da população, no Brasil, de 1970 a 2013.

Faixa etária	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%	Varição 2010/2000 (%)
0 a 14 anos	39.121.822	46,50%	45.452.377	42,56%	50.988.432	38,59%	50.316.181	29,62%	45.941.635	24,08%	-8,69
15 a 17 anos	6.389.787	7,59%	8.486.894	7,94%	9.229.657	6,99%	10.727.038	6,31%	10.353.865	5,43%	-3,48
18 a 24 anos	3.929.880	4,67%	5.082.542	4,75%	5.787.815	4,38%	23.365.185	13,75%	23.873.787	12,52%	2,18
25 a 29 anos	6.402.341	7,61%	9.449.489	8,84%	12.638.078	9,56%	13.847.499	8,15%	17.102.917	8,97%	23,51
30 a 39 anos	10.729.750	12,75%	14.045.685	13,15%	20.527.256	15,54%	25.289.921	14,89%	29.632.807	15,53%	17,17
40 a 49 anos	8.000.480	9,51%	10.379.672	9,72%	13.959.402	10,56%	19.273.412	11,35%	24.843.143	13,02%	28,90
50 anos ou +	9.559.984	11,36%	13.893.023	13,01%	19.000.306	14,38%	27.053.620	15,93%	39.007.646	20,45%	44,19
Total	84.134.044	100%	106.789.682	100%	132.130.946	100%	169.872.856	100%	190.755.800	100%	12,29

Fonte: Censo/IBGE. Elaboração DISE/SOPP/PSA.

como também de forma relativa. No mesmo período, o grupo de 18 a 24 anos cresceu minimamente (2,18%) e os mais velhos tiveram crescimento mais acentuado, com destaque para o grupo de mais de 50 anos, que cresceu 44,19%, contra 12,29% da sociedade geral.

Sendo assim, a juventude no Brasil de hoje é um grupo cada vez menos representativo, que passa por uma nítida transição demográfica, o que, por sua vez, é uma tendência mundial, e implica na redução do crescimento populacional e em pessoas vivendo mais. A Europa é um exemplo de região em que o processo se concluiu, apresentando visível envelhecimento

da população, e desafios típicos desta configuração, tais como ter que lidar com gargalos previdenciários e com a falta de jovens, e dar conta de prestar serviços para a população idosa, como, por exemplo, tratar doenças cardiovasculares e crônico-degenerativas em escala significativa. O Brasil, embora não tenha concluído o processo, já começa a ter que lidar com desafios semelhantes. Melhorias do acesso a técnicas anticoncepcionais, e a técnicas de medicina para prevenção e cura de doenças, bem como para preservação da vida, são significativas no que se relaciona à diminuição da fecundidade das mulheres brasileiras e ao aumento da esperança de vida ao nascer no país.



Jonas Sousa
Projeto Santo André, Cidade Grafitti, 2015.

3

panorama

socioeconômico da juventude em Santo André

A seguir, são expostas algumas informações censitárias e, de forma geral, sobre a vulnerabilidade socioeconômica dos jovens de Santo André. Após, mais detalhadamente, encontram-se informações sobre os âmbitos do mercado de trabalho, educação e violência, assuntos vinculados às perspectivas profissionais e sociais da juventude.

Tabela 3.1 – Percentual da população residente segundo grupos de idade, Santo André, de 2000 a 2013.

Faixa etária	2000	%	2013	%	Varição 2013/2000 (%)
0 a 14 anos	151.850	23,39%	134.430	19,07%	-11,5
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	35.879	5,53%	29.898	4,24%	-16,7
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	85.935	13,23%	81.524	11,56%	-5,1
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	54.767	8,43%	63.387	8,99%	15,7
30 a 39 anos	104.881	16,15%	113.744	16,14%	8,5
40 a 49 anos	89.763	13,82%	103.491	14,68%	15,3
50 anos ou +	126.256	19,44%	178.468	25,32%	41,4
Total	649.331	100%	704.942	100%	8,6

Fonte: Microdados do Censo / IBGE 2000/2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Se comparada à tendência geral do país, comentada no último capítulo, o decréscimo das faixas mais jovens da população (todas que envolvem de 0 a 24 anos), em Santo André, é muito pronunciado. Enquanto a faixa entre 18 e 24 anos cresce no país, ainda que pouco (2,18%), em Santo André ela se reduz (em 5,1%). Chama a atenção o fato de que a população andreense entre 30 e 39 anos teve um crescimento bastante pequeno (8,5%), especialmente se comparado ao crescimento do país como um todo (17,7%) para a mesma faixa. No que se refere à faixa de 50 anos ou mais, os crescimentos em Santo André e no Brasil como um todo são semelhantes, estando na casa dos 40%, o que indica considerável envelhecimento da população. Enquanto no país o crescimento populacional foi de 12,29%, de 2000

a 2013, a população andreense cresceu, no mesmo período, apenas 8,6%. Tais dados indicam que o processo de transição demográfica ocorre com mais velocidade e intensidade em Santo André. Os números nacionais de certa forma mascaram diferenças e desigualdades regionais, e, se comparados, os números de diferentes partes do país serão díspares.

No Brasil como um todo, as mais frequentes faixas populacionais são as das duas pontas: de 0 a 14 anos, e a de 50 anos ou mais. Entretanto não se deve esquecer que a primeira está diminuindo em 8,69%, ao passo que a segunda cresce em 44,19%, o que tem consonância com a tendência mundial de transição demográfica. Neste quadro, os jovens entre 15 e 29 anos somam 51.330.569 e representam 27% da população geral.

Em Santo André, o número de pessoas com 50 anos ou mais soma 178.468 pessoas, o que representa 25% de toda a cidade, e o número de jovens com 15 a 29 anos soma 174.809 pessoas, representando também 25% de toda a população.

Com relação ao sexo, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) para 2013, a população brasileira se divide em 49% de homens e 51% de mulheres, e em Santo André 48% são homens e 52% são mulheres. Com relação à cor/raça agrupada, enquanto no Brasil 49% da população se autodeclaram *não negras* e 51% *negras*, em Santo André, 72,5% da população se autodeclaram *não negras* e 27,5% da população, *negras*, informações relacionadas ao conteúdo dos próximos capítulos.

Tabela 3.2 – Taxa da população residente por grupos de idade e área de ponderação, Santo André, 2013.

Área de ponderação	População total	Faixa etária							
		0 a 14 anos (%)	15 a 17 anos jovem adolescente (%)	18 a 24 anos jovem-jovem (%)	25 a 29 anos jovem adulto (%)	15 a 29 anos (%)	30 a 39 anos (%)	40 a 49 anos (%)	50 anos ou + (%)
1	25.284	15,2	3,4	9,3	7,7	20,4	15,6	15,6	33,2
2	28.043	16,5	3,8	10,8	9,0	23,6	15,8	14,8	29,3
3	36.387	14,0	2,7	9,6	7,9	20,2	15,4	15,3	35,1
4	36.488	29,3	6,2	13,0	9,6	28,7	16,8	12,8	12,3
5	24.217	12,7	2,8	9,1	7,5	19,4	14,9	15,7	37,3
6	36.055	23,0	4,5	13,2	9,7	27,4	16,3	15,0	18,2
7	38.152	21,3	4,7	12,9	9,5	27,1	16,6	14,3	20,7
8	29.336	15,8	3,7	9,9	8,4	22,0	17,0	15,6	29,6
9	32.173	16,7	4,2	9,7	8,7	22,7	16,3	14,5	29,9
10	28.682	21,1	4,7	12,6	9,7	27,0	17,4	13,9	20,6
11	34.670	27,5	5,4	13,2	9,0	27,6	17,3	13,8	13,7
12	29.198	15,0	3,5	10,8	8,4	22,7	15,1	14,6	32,5
13	17.463	24,5	5,7	12,8	8,7	27,1	15,0	14,6	18,7
14	32.130	21,7	5,6	13,7	9,5	28,8	16,3	14,7	18,5
15	31.603	17,8	3,7	11,7	8,7	24,2	15,0	15,0	28,0
16	28.995	16,1	4,5	11,0	8,8	24,4	15,3	15,5	28,7
17	28.194	15,7	3,3	11,6	9,1	24,0	15,5	15,5	29,2
18	28.736	17,3	3,8	10,9	9,0	23,7	16,8	14,3	28,0
19	29.079	17,2	3,7	11,6	9,2	24,4	16,2	15,6	26,6
20	33.453	18,2	4,9	11,3	9,2	25,4	15,5	15,3	25,7
21	27.970	21,1	4,0	12,4	9,7	26,0	17,0	13,9	21,9
22	37.764	21,5	4,4	13,6	9,9	27,9	16,4	13,6	20,6
23	30.867	15,0	3,7	9,6	8,9	22,2	16,4	14,7	31,7
Total	704.939	19,1	4,2	11,6	9,0	24,8	16,1	14,7	25,3

Fonte: Microdados do Censo / IBGE 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3.3 – Taxa da população residente por grupos de idade e região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	População total	Faixa etária							
		0 a 14 anos (%)	15 a 17 anos jovem adolescente (%)	18 a 24 anos jovem-jovem (%)	25 a 29 anos jovem adulto (%)	15 a 29 anos (%)	30 a 39 anos (%)	40 a 49 anos (%)	50 anos ou + (%)
Norte	206.899	17,3	4,1	11,5	8,9	24,5	15,7	14,9	27,6
Leste	103.287	20,7	4,4	12,7	9,5	26,5	16,4	14,9	21,5
Sul I	99.131	26,4	5,3	12,9	9,4	27,6	17,1	13,5	15,5
Sul II	17.463	24,5	5,7	12,8	8,7	27,1	15,0	14,6	18,7
Centro	85.889	14,0	2,9	9,4	7,7	20,1	15,3	15,5	35,1
Oeste	192.274	18,2	4,3	11,2	9,2	24,6	16,5	14,6	26,2
Total	704.943	19,1	4,2	11,6	9,0	24,8	16,1	14,7	25,3

Fonte: Microdados do Censo / IBGE 2010 estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

De forma geral, e em diversos âmbitos, Santo André tem apresentado perfil de desenvolvimento social, porém desigualdades coexistem com essa realidade. Dessa forma, e com vistas ao desenvolvimento de ações de superação da pobreza, a Prefeitura, em seu *Panorama da Pobreza em Santo André* (PSA, 2015:a: 35-36), destaca as regiões da cidade com maior e menor vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com a publicação, a presença relativa da pobreza é mais pronunciada em áreas de ponderação localizadas nas regiões Sul I e Sul II da cidade: Cata Preta (Área 4), Jardim do Estádio (Área 10), Jardim Santo André (Área 11), Parque Andreense (Área 13) e Vila Luzita (Área 21). Isto significa dizer que mais de 25% da população de cada uma destas regiões estão em situação de po-

breza, vivendo com menos de meio salário mínimo mensal per capita. Já nas áreas de ponderação Vila Assunção (Área 1), Campestre (Área 3), Centro (Área 5), Jardim Bom Pastor (Área 8), Vila Linda (Área 20) e Vila Pires (Área 23), há menos participação relativa da pobreza (entre 4 e 8% da população). Com isto, fica nítida a disparidade e desigualdade entre as regiões, que têm perfis populacionais, ambientais, econômicos e de desenvolvimento muito distintos.

O Condomínio Maracanã (Área 7), uma área de considerável presença da pobreza (entre 18 e 25%) é a área de ponderação mais populosa da cidade, com 38.152 habitantes. O Parque Andreense (Área 13), por sua vez tem alta presença relativa da pobreza, é a área menos populosa, com 17.463 habitantes, e, considerando a pequena população e grande área

territorial, pode-se dizer que esta área é pouco povoada, também. Cata Preta (Área 4) destaca-se por ser a área com maior presença relativa de crianças (29,3%), em contraste com a área de ponderação Centro (Área 5), em que se encontra a maior proporção de pessoas com 50 anos ou mais (37,3%). Aliás, em concordância com a tendência de envelhecimento da região, lá também há a menor proporção de jovens de 15 a 29 anos da cidade, com 19,4%. A faixa juvenil também é mais representada no Parque Capuava (Área 14), onde 28,8% da população pertencem a ela. Trata-se também de uma área de considerável pobreza.

Considerando as regiões organizadas para esta pesquisa e que correspondem a agrupamentos das áreas de ponderação, a região Norte é a mais populosa, com 206.899 pessoas, e destaca-se também por ter a maior participação de pessoas com 50 anos ou mais (27,6%). Também é a região que possui a maior presença de jovens de 15 a 29 anos em números absolutos, registrando em torno de 50,7 mil jovens, como ilustra o mapa 3.1 exposto na página 36. O Oeste também tem uma pronunciada participação da faixa etária mais velha, com 26,2% de sua população, e é a segunda região com a maior população juvenil em números absolutos, contabilizando em torno de 47,3 mil jovens. No outro extremo está o Sul II como região menos populosa, contando com 17.463 habitantes. Ali é o local onde o jovem se encontra em maior vulnerabilidade socioeconômica, e onde 17,2% dos jovens entre 15 e 29 anos vivem com menos de meio salário mínimo mensal per capita. Ali também se encontra uma das maiores proporções de crian-

Tabela 3.4 – População residente por faixa etária segundo cor/raça, Santo André, 2013.

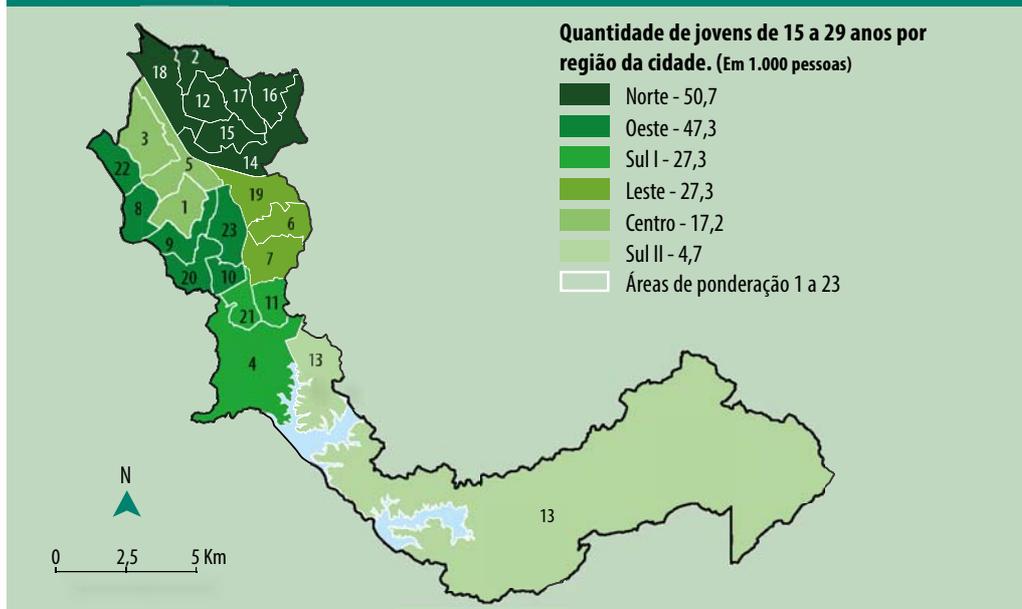
Faixa etária	Taxas médias anuais		Total
	Não negra	Negra	
0 a 14 anos	92.532	41.898	134.430
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	19.831	10.067	29.898
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	55.303	26.221	81.524
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	44.966	18.421	63.387
30 anos ou +	297.666	98.038	395.704
Total	510.298	194.645	704.943

Fonte: Microdados do Censo / IBGE 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPPP/PSA.

ças na composição populacional (24,5%). Contudo a maior participação de crianças se encontra na região Sul I, com 26,4% de sua população. Nesta região, a tendência jovem se confirma ao se verificar a maior proporção de pessoas entre 15 e 29 anos da cidade (27,6%), e é a região com a segunda pior condição para esta faixa etária: 14,5% da faixa vivem na pobreza. Depois do Sul I, o Oeste apresenta uma condição ligeiramente melhor para a faixa etária, com 9,5% de jovens vivendo na pobreza. Em seguida vem o Norte (8,2%), Leste (8,1%) e por fim o Centro (4,9%), com as melhores condições. Não por acaso verifica-se na região a mais baixa proporção de jovens entre 15 e 29 anos, com 20,1% da população.

Em Santo André, de modo geral, a população tem boas condições para reproduzir sua existência material e simbólica, e tal condição faz com que a cidade figure entre aquelas com baixa vulnerabilidade social, conforme relatado em recente estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Mapa 3.1 – Distribuição territorial do número de jovens 15 a 29 anos, Santo André, 2013.



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Aplicada (IPEA) ¹. Por outro lado, os resultados auferidos neste trabalho, no que tange ao mercado de trabalho, à educação, sobretudo no quesito fora da escola, fora do trabalho², e à taxa de homicídio reúnem a totalidade de traços relevantes e que se encontram no tipo de capitalismo que vigora na sociedade brasileira. É o chamado tipo ideal weberiano. Como exemplos, podemos citar o desemprego juvenil, que é tão elevado em Santo André como na sociedade brasileira e nos países de capitalismo avançado; e a

maior vitimização pela letalidade entre os jovens, notadamente os jovens negros, característica comum em todo o território brasileiro.

Entre outras regiões que apresentam como características principais as condições precárias de vida, a região Sul I da cidade é sua maior expressão, reunindo significativas condições de vulnerabilidade social, a que estão sujeitas a população que ali reside, principalmente em termos de trabalho e renda, como se poderá observar ao longo dos próximos capítulos.

1. <<http://www.ivs.ipea.gov.br>>

2. A expressão se refere ao fenômeno dos jovens *nem-nem* que será tratado em capítulo específico.

3.1 do mercado de trabalho

Apresentamos agora alguns aspectos do funcionamento do mercado de trabalho com recorte em torno do tema trabalho para a juventude andreense. Fundamentam tal exposição informações captadas a partir da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED/Seade/Dieese)³, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE)⁴, do Censo Demográfico e

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE⁵. Do conjunto das informações, destacamos os seguintes indicadores do mercado de trabalho: taxa de ocupação, taxa de desemprego total (desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento), taxa de desocupação (desemprego aberto), taxa de

3. Pesquisa Emprego e Desemprego, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese)/ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

4. Relação Anual de Informações Sociais (Rais), realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5. Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 3.1.1 – Taxas de desemprego no Brasil (1) e São Paulo (2), 1989-1999.

Tipo de desemprego	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aberto, no Brasil	3,4	4,3	4,8	5,8	5,3	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,8
Total, em São Paulo	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,3	19,5
Aberto, em São Paulo	6,5	7,4	7,9	9,2	8,6	8,9	9,0	10,0	10,3	11,7	12,3
Oculto, em São Paulo (SP)	2,2	2,9	3,8	6	6	5,3	4,2	5,1	5,7	6,6	7,2
Pelo trabalho precário	1,5	2	2,9	4,6	4,7	4,0	3,3	3,8	4,2	4,6	4,9
Pelo desalento	0,7	0,9	0,9	1,4	1,3	1,3	0,9	1,3	1,5	1,9	2,2

Fonte: PED/SEADE-DIEESE; PME/IBGE. (apud *Brasil Desempregado*, p.12)

(1) Total das regiões metropolitanas; 1999 = média janeiro-maio.

(2) Região metropolitana de São Paulo; 1999 = média janeiro-junho.

participação, taxa de informalidade, rendimento e nível de qualificação.

A inserção do jovem no processo de trabalho tem sido em condições adversas⁶, inclusive em contexto de capitalismo desenvolvido, ou seja, em economias onde predomina o desenvolvimento da mais valia relativa; quer dizer, onde há predomínio de profissionais qualificados, capazes de realizar trabalhos mais complexos, o que tende a resultar em aumento da produtividade.⁷

Na dinâmica do capitalismo brasileiro, não podemos deixar de recordar as reformas econômicas implementadas nas décadas de 80 e 90, cujo propósito visava a reorganização da produção e dos modos de exploração do trabalho. Embora objetivasse

a recuperação econômica e o ganho de competitividade, tais reformas foram marcadas por ambiente de baixo dinamismo econômico, com redução do emprego, sobretudo na indústria, e aumento da atividade informal.⁸ Nos anos de 1990, o país viveu um dos seus “piores desempenhos econômicos”, o que resultou em precarização das condições e relações de trabalho, e consequente expansão do desemprego e da informalidade entre os trabalhadores, principalmente nas camadas mais jovens.

A respeito do período mencionado, um estudioso no assunto organizou uma série histórica por tipo de desemprego para o Brasil e para o Estado de São Paulo, que reproduzimos aqui para compreen-

6. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2012, 17,5% dos jovens das economias desenvolvidas não tinham emprego. Esse índice diz respeito à média entre os chamados países de capitalismo avançado.

7. A respeito ver BERNARDO, João. Capítulo 2 Mais-valia relativa e mais-valia absoluta. In: *Economia dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

8. A respeito ver MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado – Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

são do cenário mencionado⁹ como se pode observar nas tabelas 3.1.1 e 3.1.2.

Diante da apresentação do problema, “a taxa de desemprego”, como escreveu um historiador num artigo, “é um indicador crucial, porque revela a relação entre a atividade das empresas e o comportamento do consumo particular. Não só os desempregados ganham menos, ou não ganham nada, como o desemprego pressiona à baixa dos salários dos que estão empregados.”¹⁰ Assim, além de rebaixar o padrão de vida dos trabalhadores, o desemprego os afeta de “maneira desigual”.¹¹

De maneira geral, as condições destinadas a favorecer tal desigualdade estão, de um lado, vinculadas ao fato de o mercado de trabalho ser marcado pela heterogeneidade e informalidade, porque a estrutura produtiva é heterogênea na maneira como se organiza e se desenvolve, sem que as classes capitalistas com isso percam a capacidade de coesão entre elas. De outro lado, a desigualdade se favorece porque os trabalhadores estão social e economicamente dispersos, fragmentados, individualizados, porque divididos por tipos de contrato, formas de inserção, jornada de trabalho, níveis salariais, níveis ocupacionais, cor, sexo, idade.¹² Nessas circunstâncias, enquanto a taxa média

Tabela 3.1.2 – Perfil do desemprego (taxas médias) no Brasil (1) e São Paulo (2), de 1989 a 1999.

Características	Taxas médias anuais				Variação em % 1989/1999
	1989	1994	1998	1999	
Total (PED) ¹	8,7	14,2	18,3	19,5	110,3
Aberto (PME) ²	3,4	5,1	7,6	7,8	123,5
Com experiência (PED) ¹	7,5	12,3	15,9	17,0	110,7
Faixa etária					
10 a 14 anos	32,1	42,9	49,2	50,9	53,3
15 a 17 anos	21,9	38,0	46,8	48,9	113,7
18 a 24 anos	11,9	20,1	25,7	27,7	116,0
25 a 39 anos	6,2	11,0	14,6	15,5	135,5
40 anos e mais	3,5	6,9	10,9	12,3	211,4

Fonte: PED/SEADE-DIEESE; PME/IBGE. (apud Brasil Desempregado... p.12)

(1) Total das regiões metropolitanas; 1999 = média janeiro-maio.

(2) Região metropolitana de São Paulo; 1999 = média janeiro-junho.

de desemprego no Estado de São Paulo em 1999 era de 19,5% da população economicamente ativa, para o trabalhador na faixa dos 15 a 17 anos ela beirava os 50%, e para o trabalhador de 18 a 24 anos chegou a 27,7%. No período de 1989 a 1999 a variação da taxa média de desemprego ultrapassou a casa dos 100% em todos os tipos de desemprego e em quase todas as faixas etárias, conforme ilustrado pela tabela 3.1.2.

9. MATTOSO, Jorge (1999) idem.

10. PASSA PALAVRA. *Ainda acerca da crise econômica. 1) o declínio dos Estados Unidos*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/08/28011>>.

11. Ibidem (1999), p. 14.

12. Um historiador das lutas sociais escreveu: “os gestores das transnacionais têm uma estratégia a longo prazo — a de unificar a organização econômica sem, com isso unificarem a força de trabalho, a de fragmentar, ou até individualizar, a mão-de-obra. E a estratégia a longo prazo da classe trabalhadora será de desenvolver as suas formas básicas de inter-relacionamento social contra a dispersão a que a querem condenar, utilizando o quadro das novas tecnologias para sobre ele internacionalizar as relações de classe. Será assim que se preparará, no período atual de refluxo, as condições da luta ofensiva que inaugurará o próximo ciclo longo da mais-valia relativa.” (p.21) BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Já a expansão e modernização do capitalismo no Brasil, na chamada década inclusiva (2003-2012), com suas taxas expressivas de crescimento econômico, ao aliar “concessões políticas e econômicas aos trabalhadores”, ampliou o número de pessoas empregadas no mercado de trabalho formal, especialmente a jovem força de trabalho. Ainda que o tipo de inserção tenha se dado em postos de trabalho de qualidade inferior, porque vinculados a setores da economia (como comércio e serviços) onde prevalecem as baixas taxas de produtividade, a proteção social se fez garantida em termos de direitos trabalhistas.¹³

Procedendo a um estudo do mercado de trabalho ao longo de uma década, o IPEA, assentado nas bases da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), revelou que “a taxa de desocupação média passou de 11,5%, em 2004, para 5,6%, em 2013”.¹⁴ Além da expansão da economia, a década inclusiva teve, como incremento, a redução da taxa de desemprego com aumento real do salário mínimo.¹⁵

Porém, mesmo com o bom desempenho do mercado de trabalho até 2013, muitos jovens acabaram por acessar postos de trabalho com vínculos contratuais instáveis e/ou temporários. Desse modo, ficaram sujeitos às elevadas taxas de rotatividade e, consequente-

mente, apresentaram maior probabilidade de entrada na situação de desemprego ou de informalidade.

Tais considerações sugerem que os jovens estão na batalha. Nesse contexto, a literatura especializada no assunto juventude¹⁶ já demonstrou que o *jovem trabalha, e muito*, e não é diferente para a força de trabalho juvenil da cidade de Santo André, ou seja, aquela que constitui o grupo populacional de 15 a 29 anos. Um exemplo que expressa a parcela da população jovem que está ocupada ou em busca de uma ocupação é a taxa de participação, que consiste entre a razão da população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA).¹⁷

Nesse caso a taxa de participação dos jovens de 15 a 29 anos é de 73% do total desse grupo etário que, segundo estimativa do IBGE, em 2013, contabilizava na cidade 175 mil pessoas, isto é, 25% da população andreense.

A maioria dos trabalhadores de 15 a 29 anos de Santo André (54,5%) está em contratos de jornada completa – entre 40 e 44 horas semanais (gráfico 3.1.1). Entre aqueles que trabalham até 44 horas semanais, estão os assalariados do setor de serviços e comércio, setores de atividade onde é comum o acúmulo de funções, razão central da intensificação

13. A respeito ver, PASSA PALAVRA. *Austeridade à brasileira*. <<http://passapalavra.info/2015/03/103142>>.

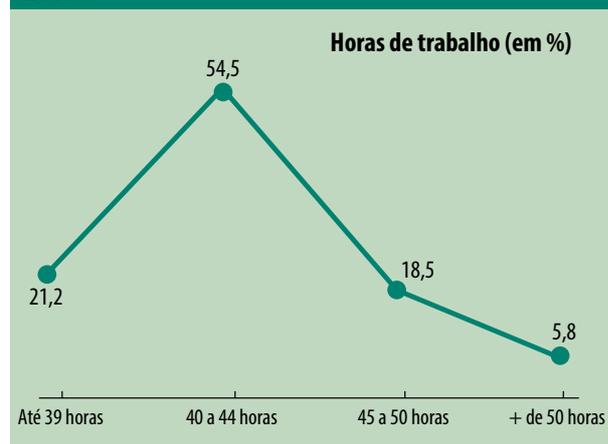
14. *Efeitos da População Economicamente Ativa sobre a Taxa de Desemprego*. IPEA. Carta Conjuntura, dez. 2013.

15. No período de 2000-2008, segundo IPEA, no Brasil a média de crescimento do PIB foi de 3,7%. Nesse mesmo período, as economias desenvolvidas cresceram em média 2,3%.

16. Ver a respeito os seguintes estudos: *Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo*, realizado por Carla Coelho de Andrade. Nota técnica. Brasília, IPEA, 2008; *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Boletim n. 55. Brasília. IPEA, 2013.

17. A população em idade ativa (PIA), no caso da faixa de 15 a 29 anos, coincide com a população que se encontra em tal faixa etária.

Gráfico 3.1.1 – Distribuição de jovens de 15 a 29 anos segundo jornada de trabalho semanal, Santo André, 2013.

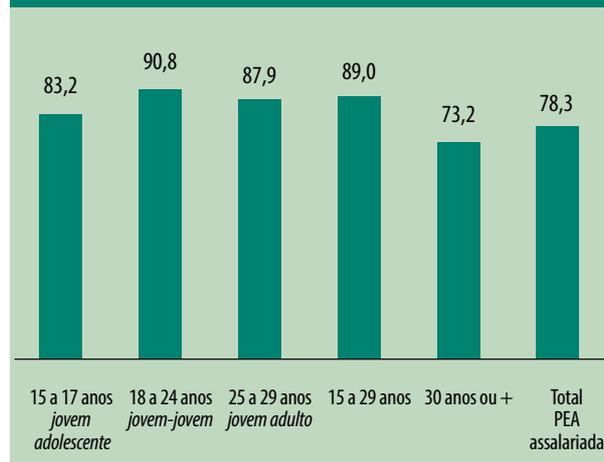


Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

do trabalho, ou seja, da extensão da jornada semanal. 21,2% deles aparecem com jornada inferior a 40 horas, e 24,3 % deles com tempo adicional, ou seja, com jornada acima da máxima, situação a sugerir que esses trabalhadores têm mais de um emprego.

As informações de 2013, provenientes do Censo/IBGE, indicam que a taxa de assalariamento juvenil, ou seja, aquela que se refere ao conjunto de trabalhadores jovens inseridos em relação de assalariamento com ou sem registro em carteira, é de 89%, como ilustra o gráfico 3.1.2. Ao observar os grupos etários juvenis, percebe-se que a menor taxa de mão de obra assalariada está na faixa de 15 a 17 anos (83,2%). Por sua vez, o total de PEA assalariada em Santo André corresponde a 78,3%. Desse universo, uma camada de trabalhadores está inserida em contextos socioeconômicos

Gráfico 3.1.2 – Taxa de assalariamento por faixa etária Santo André, 2013, (%).



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3.1.3 – Rendimento médio do jovem trabalhador de 15 a 29 anos segundo cor/raça, Santo André, 2013 (R\$).

Cor/ raça agrupada	Rendimento médio
Não negra	R\$ 1.700,41
Negra	R\$ 1.223,48
Total	R\$ 1.552,21

Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA. Valores corrigidos pelo IPCA de julho de 2014.

micos de assalariamento precário, e outra integrada em contexto de assalariamento formal e de longo prazo.

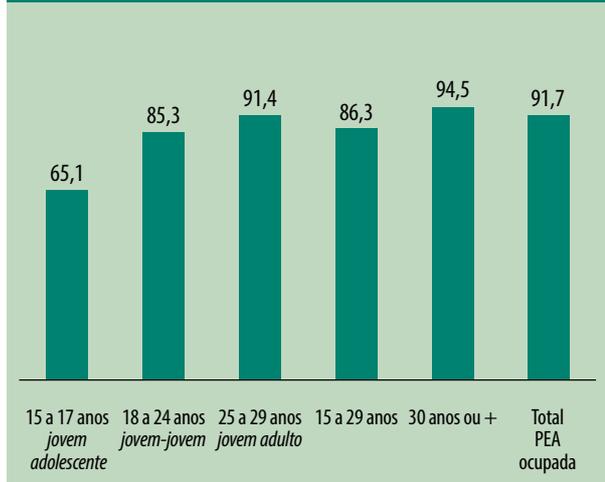
Já o indicador que expressa a taxa de ocupação mostra no ano analisado que o percentual de ocupados entre os mais novos está bem abaixo dos demais. Como pode ser visto no gráfico 3.1.3, apenas 65,1% dos jovens de 15 a 17 anos exerciam uma atividade, o

que vai refletir em elevada taxa de desocupação. No caso da quantidade de jovens trabalhando no grupo de 15 a 29 anos (em torno de 111 mil pessoas Censo/IBGE estimativa 2013) verificou-se taxa de 86% e, assim como reportado no gráfico 3.1.3, a taxa de ocupação da mão de obra em Santo André em 2013 era de 91,7% (quase 350 mil trabalhadores).

O rendimento médio real recebido pelos jovens trabalhadores de 15 a 29 anos em Santo André ficou em torno de R\$ 1.552,21, registrando o equivalente a 64% do valor médio pago na cidade (R\$ 2.431,88). Entre estes, percebe-se intensa desigualdade de rendimento entre trabalhador *negro* e *branco*. Um trabalhador *negro* de 15 a 29 anos recebe o equivalente a 78% (R\$ 1.223,48) do rendimento médio real pago para esse segmento etário de trabalhadores, e chega a receber 72% do que ganha um trabalhador branco de 15 a 29 anos, cujo salário médio é de R\$ 1.700,41, conforme tabela 3.1.3, exposta na página 41.

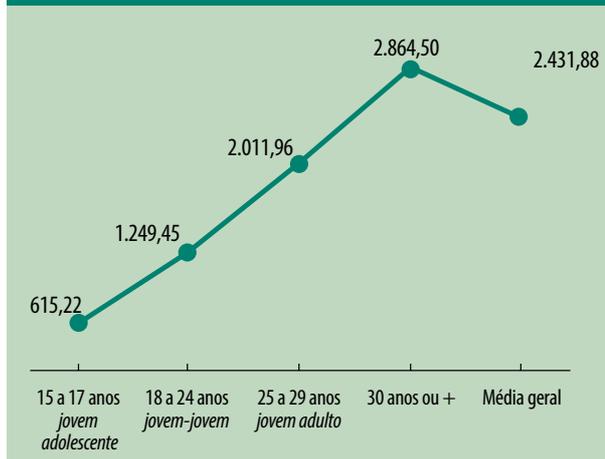
O grupo etário com rendimento mais elevado, entre os jovens, são aqueles com idade entre 25 e 29 anos, conforme gráfico 3.1.4. Eles recebem em média 83% (R\$ 2.011,96) do rendimento geral, sendo que um trabalhador *negro* desse segmento etário ganha 73% (R\$ 1.594,66) do que ganha um trabalhador *branco* (R\$ 2.177,10). A qualificação desses trabalhadores (de 25 a 29 anos) é um quadro a ser tomado como evidência para explicar maiores ganhos salariais, embora não seja critério para nivelar salários entre *brancos* e *negros*. Nesse sentido, 30% dessa força de trabalho detêm nível elevado de qualificação (graduação, mestrado, doutorado), entre os quais, 27% são trabalhadores nesse grupo etário de cor *branca* e 3% são trabalhadores *ne-*

Gráfico 3.1.3 – Taxa de ocupação por faixa etária, Santo André, 2013, (%).



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 3.1.4 – Rendimento médio real do trabalho Santo André, 2013, (R\$).



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA. Valores corrigidos pelo IPCA de julho de 2014.

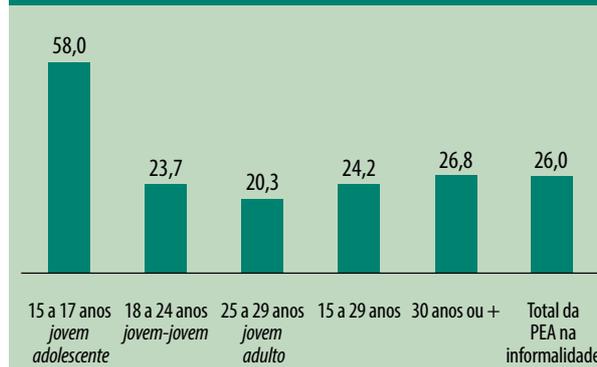
gros. Já a escolaridade observada para os jovens de 18 a 24 anos em atividade revelou que quase 39% deles possuem ensino médio completo, denominada qualificação média, e 12% deles têm graduação concluída.

O menor rendimento, inclusive em patamares bem abaixo do valor do salário mínimo, aparece no grupo de trabalhadores dos 15 a 17 anos. O rendimento desses trabalhadores é de R\$615,22. A razão de rendimento entre a primeira faixa etária e a última de jovens ocupados é de 40%, ou seja, um trabalhador de 15 a 17 anos em Santo André recebe 2/5 do que recebe um trabalhador de 25 a 29 anos de idade.

Nesses termos, pode-se destacar a dificuldade de integrar os jovens ao mercado de trabalho formal e, com efeito, essa é uma questão a ser considerada para medir a qualidade dos postos de trabalho acessados por este grupo. Segundo dados coletados no Censo IBGE de 2010, com estimativa para 2013, a taxa de informalidade dos trabalhadores de 15 a 17 anos era de 58% (gráfico 3.1.5), e atingia a cifra de quase 60% para os trabalhadores *negros* nessa faixa de idade (gráfico 3.1.6). Ou seja, mais da metade dos jovens nessa faixa estava na condição de trabalhador informal. E, conforme a cor do trabalhador, maior a taxa de informalidade.

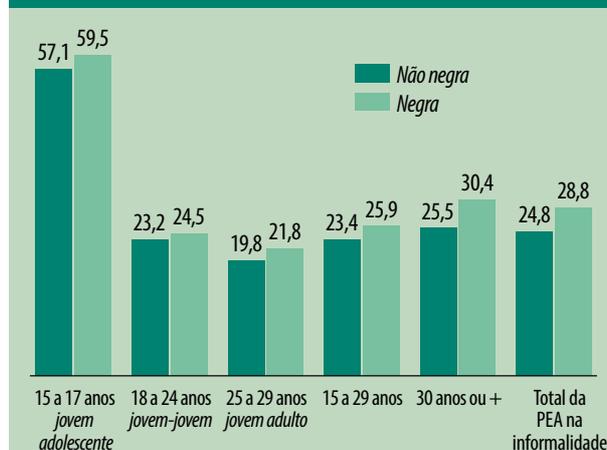
Assim, quando observamos o nível de informalidade entre as demais faixas temos: jovens de 18 a 24 anos aparecem com taxa de 23,2% para o trabalhador *branco* e 24,5% para trabalhador *negro*; enquanto que para os jovens de 25 a 29 anos a taxa ficou em 19,8% no caso do trabalhador *branco* e as cifras chegam a 21,8% no caso dos jovens *negros* desse grupo etário. Já para o arco etário de 15 a 29 anos a taxa de infor-

Gráfico 3.1.5 – Taxa de informalidade segundo faixa etária, Santo André, 2013, (%).



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 3.1.6 – Taxa de informalidade segundo faixa etária e cor/raça agrupada, Santo André, 2013, (%).



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

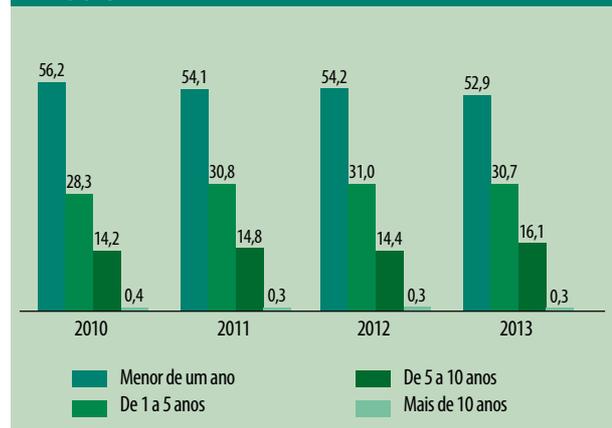
malidade atingiu quase 26% dos trabalhadores *negros*, que se aproxima do nível de informalidade médio da PEA ocupada de Santo André (gráfico 3.1.6).

Na medida em que aumenta o grau de informalidade, aumenta o número de trabalhadores sem nenhuma cobertura social, quer dizer, há um movimento em direção ao desassalariamento formal, resultando em perda de *direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, jornadas de trabalho mais longas, remuneração oscilante no tempo, múltiplas fontes de rendimentos etc.*¹⁸ E isto também significa intensificar o rebaixamento do valor da força de trabalho.

Outro aspecto da dinâmica do mercado de trabalho refere-se ao tempo de permanência no emprego. Mais da metade dos trabalhadores de 15 a 29 anos, em contexto de formalização, mantém elevadas taxas de rotatividade ao longo do período analisado, como mostra o gráfico 3.1.7. Como o tempo médio de duração do vínculo trabalhista do jovem tende a ser menos de um ano, esse estrato da classe trabalhadora será o mais afetado pela Medida Provisória (MP) nº 665¹⁹, que restringe o prazo mínimo de acesso ao benefício do seguro-desemprego a um ano de vínculo trabalhista para o trabalhador que é dispensado involuntariamente.

Outra evidência a ser percebida, pela informação apresentada no gráfico 3.1.7, sugere que esses trabalhadores estão inseridos em setores da economia em que

Gráfico 3.1.7 – Tempo de emprego dos trabalhadores de 15 a 29 anos com carteira assinada, Santo André, 2010-2013, (%).



Fonte: RAIS/MTE 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA

praticamente não há investimento em formação da mão-de-obra, ou para empregar outros termos, não há introdução de inovação tecnológica por parte da empresa, um dos fatores da alta taxa de rotatividade. Trata-se, como elucidou um estudo do assunto, de analisar a rotatividade como indicativo para compreender a dinâmica produtiva da economia em certas atividades.²⁰

Segundo dados da Relação Anual de Informa-

18. CARDOSO JR, José Celso. Capítulo 4. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. In.: *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. JACCOUD, Luciana (org.); SILVA, Frederico Barbosa da; DELGADO, Guilherme C.; CASTRO, Jorge Abrahão de; CARDOSO JR., José Celso; THEODORO, Mário; BEGHIN, Nathalie. Brasília, 2005.

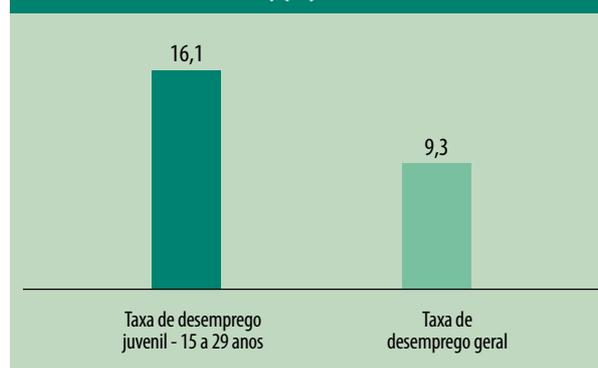
19. *Os reflexos das Medidas Provisórias 664 e 665 sobre as pensões, o abono salarial e o seguro-desemprego em suas modalidades defeso e formal*. Texto para discussão n. 2067. IPEA, 2015.

20. “[...] um indicativo de que as empresas incorrem em custos irrecuperáveis por ter de treinar sua mão-de-obra com terceiros ou disporem de algum sistema de aprendizado tecnológico próprio. Isso tornaria a rotatividade dos trabalhadores relativamente mais cara. Sendo assim, é razoável acreditar que o processo de aprendizado exerce influência no tempo de permanência, pois as empresas têm dispêndios de treinamento que seriam perdidos com uma rotatividade alta. Por outro lado, o emprego mais estável favorece o aprendizado tecnológico e retroalimenta as potencialidades da firma – ao mesmo tempo, reduz os dispêndios de treinamento, contratação e demissão de pessoal”. (p. 32 e 33). [continua >]

ções Sociais (RAIS/MTE) de 2013, o setor de serviços concentra mais da metade de trabalhadores de 15 a 29 anos, absorvendo 53% da população ocupada nessa faixa de idade. O comércio é o segundo maior setor, empregando 26,4% dessa mão de obra, seguido da indústria, que emprega 14,1%. Comércio e serviços são setores que ganharam importância na estrutura produtiva, notadamente na criação de emprego e renda para certos segmentos de trabalhadores. É importante aqui destacar que, embora o setor de serviços esteja entre aqueles em que o investimento em formação de mão de obra seja baixo e, por sua vez, nele observa-se elevada rotatividade, há segmentos nessa atividade econômica que se notabilizam pelo suporte à indústria, e por isso contam com “ocupações de maior conteúdo tecnológico, especialmente relevantes do ponto de vista da eficiência da economia. Ocupações em empresas especializadas na prestação de serviços para outras empresas, telecomunicações, transporte são exemplos de ocupações de maior dinamismo tecnológico”, revela a situação, um estudo do assunto.²¹

Como se pode observar, o crescimento econômico nos anos 2000, com o aumento na produtividade do trabalho e com a massiva incorporação de trabalhadores em regime de assalariamento, não foi suficiente para baixar o desemprego juvenil. A taxa de

Gráfico 3.1.8 – Taxa de desemprego*, Santo André, triênio 2012/2013/2014, (%).



Fonte: Elaboração DISE/SOPP/PSA, a partir da PED, 2012/2013/2014.

*Compreende desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento

desemprego desse estrato da classe trabalhadora é bem acima do verificado no total da PEA de Santo André, conforme dados extraídos a partir da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) realizado pelo Seade/Dieese durante o triênio 2012/2013/2014. Ela chega a 16,1% (em média, 19 mil trabalhadores jovens), ao passo que a média registrada para o conjunto de trabalhadores nessa situação é de 9,3% (em média, 30 mil desempregados)²², conforme gráfico 3.1.8.

Em 2015, tem sido tendência o aumento na taxa de desocupação no Brasil, e percebe-se o mesmo mo-

Capítulo 1. Tecnologia, exportação e emprego. NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de; COELHO, Danilo; TURCHI Lenita. In: *Tecnologia, exportação e emprego*. NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de; COELHO, Danilo (orgs.). Brasília, 2006.

21. Página 20 do Capítulo I: Tecnologia, exportação e emprego.

22. Essas taxas dizem respeito ao desemprego total, que compreende que é medida levando-se em consideração três categorias: desemprego aberto (quando o trabalhador procurou emprego sem realizar qualquer tipo de atividade, como bico, por exemplo); desemprego oculto por trabalho precário; e desemprego oculto pelo desalento (quando o trabalhador realizou alguma atividade como bico).

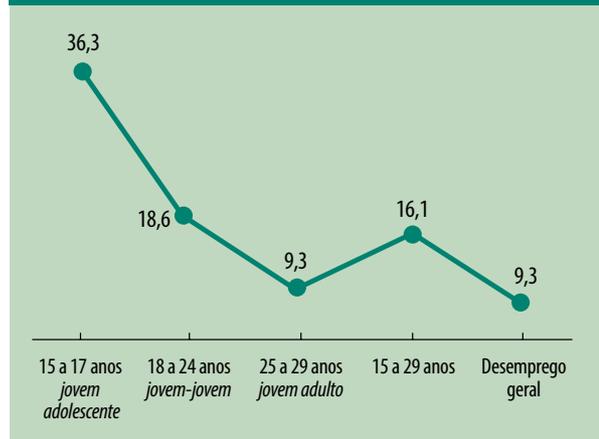
vimento na Região do ABC, de modo que tal quadro tem relação com a dinâmica macroeconômica de baixo crescimento observada em 2014 e que tende a persistir no decorrer de 2015.²³ Apesar do cenário atual de desaceleração da atividade econômica, demissões, sobretudo no setor industrial, a performance do mercado de trabalho brasileiro ainda tem mantido taxas de desemprego consideradas baixas quando comparado a outros países capitalistas.²⁴

Segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), nos primeiros três meses de 2015 o índice no mercado de trabalho brasileiro ficou em 7,9%. Em maio, de acordo com informações divulgadas pela Fundação Seade e pelo Dieese, a Região do ABC registrou um índice de desemprego total de 12,1%.

Conforme ilustra o gráfico 3.1.8 na página anterior a proporção de jovens desempregados é de quase 7 (6,8) pontos percentuais acima da taxa geral. Esta proporção pode ser analisada como a razão entre a taxa de desemprego juvenil e a taxa geral de desemprego. No caso, o desemprego juvenil supera em 1,7²⁵ vez a taxa de desemprego geral, ou seja, para cada três trabalhadores desempregados, praticamente dois são jovens.

Quando se observa o comportamento do merca-

Gráfico 3.1.9 – Taxa de desemprego* por grupo de idade, Santo André, triênio 2012/2013/2014, (%).



Fonte: Elaboração DISE/SOPP/PSA, a partir da PED, 2012/2013/2014.

*Compreende desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento

do de trabalho em Santo André desagregado em três faixas etárias — 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos —, nota-se variação na taxa de desemprego. O grupo de 15 a 17 anos apresenta maior taxa de desemprego, com 36,3%, superando em 1,9 vez a dos trabalhadores de 18 a 24 anos (18,6%), e em 3,9 vezes a dos trabalhadores de 25 a 29 anos (9,3%), como revela o gráfico 3.1.9.

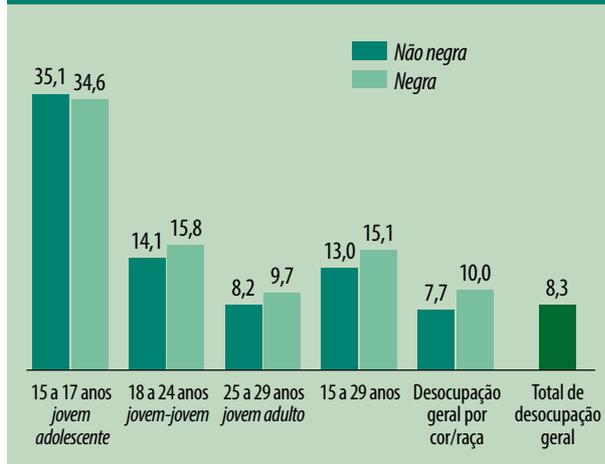
Segundo dados oriundos do Censo/IBGE, a cor do trabalhador jovem desempenha acentuado papel na

23. O Boletim n. 58, de março de 2015 – Mercado de Trabalho – analisa o desempenho do mercado de trabalho no Brasil, abordando os últimos doze meses (março de 2014 a fevereiro de 2015).

24. A taxa média de desemprego nos países do Euro tem registrado 11,3%. Entre as maiores taxas encontram-se Grécia (25,6%) e Espanha (23,2%), Itália (12,7%) e França (10,6%). Dois países dos Brics, no caso China e Rússia, registram taxas baixas de desemprego, respectivamente, de 4,1% e de 5,9%. Fonte: Portal Brasil.

25. É a razão que indica quantas vezes a taxa de desemprego juvenil supera a taxa de desemprego geral.

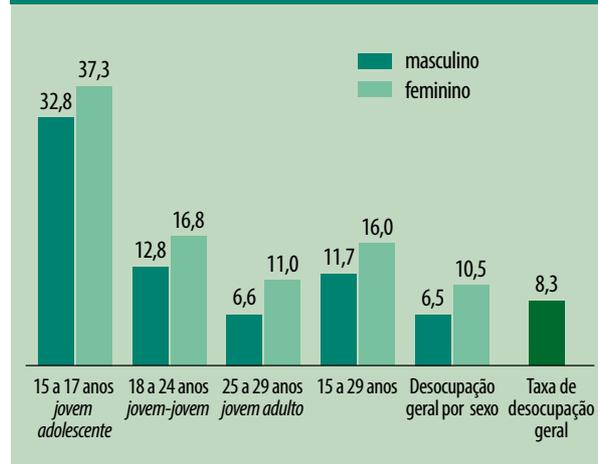
Gráfico 3.1.10 – Taxa de desocupação* segundo faixa etária e cor/raça agrupada, Santo André, 2013, (%).



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.
* Compreende o desemprego aberto.

taxa de desemprego²⁶. Os trabalhadores *negros* estão mais suscetíveis ao desemprego em relação aos trabalhadores *brancos* a partir dos 18 a 24 anos de idade, como ilustra o gráfico 3.1.10. Este fato também se confirma para o conjunto de trabalhadores da cidade, visto que a taxa de desemprego se dá de forma mais intensa para o trabalhador *negro* (10%) do que para o trabalhador *branco* (7,7%). A depender das condições sociais e dos requisitos pessoais de um trabalhador, este estará mais sujeito ao desemprego e, com isso, sujeito a perder suas habilidades com a inatividade caso ela se mantenha por tempo prolongado. Em Santo André,

Gráfico 3.1.11 – Taxa de desocupação* segundo faixa etária e sexo em Santo André, 2013, (%).

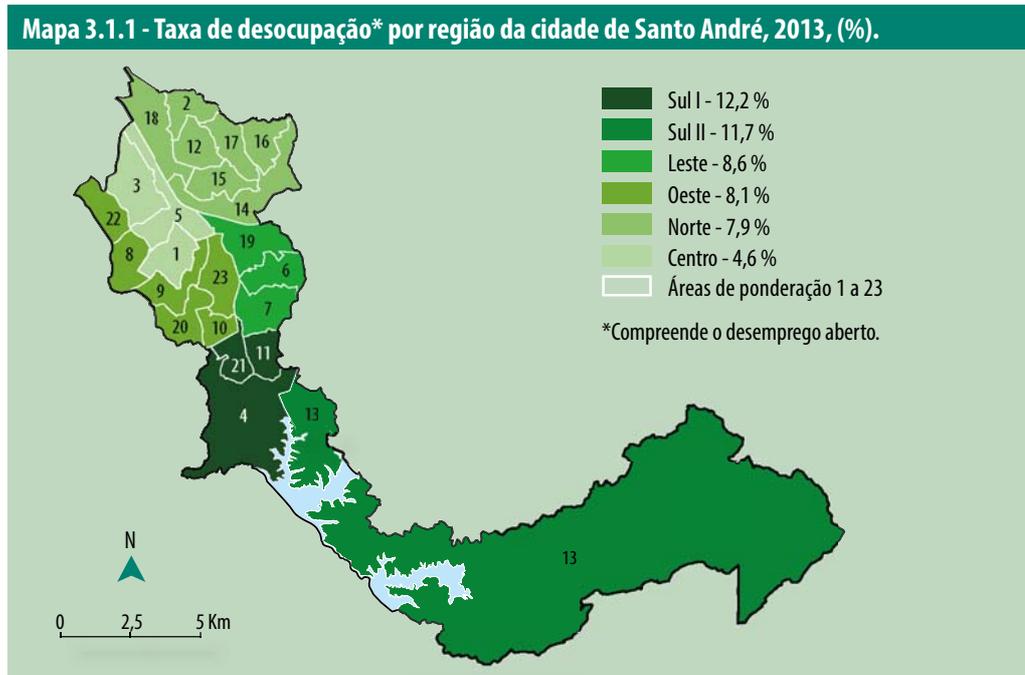


Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.
* Compreende o desemprego aberto.

a situação de um trabalhador *negro* de 15 a 29 anos registra taxa de desemprego de 15,1%, ou 2.1 pontos percentuais (p. p.) acima da taxa de um trabalhador *branco* como ilustra o gráfico 3.1.10.

No caso do sexo do trabalhador, o desemprego é significativamente mais acentuado entre as trabalhadoras. Em todas as faixas juvenis as mulheres superaram os homens, como demonstra o gráfico 3.1.11. A dinâmica da economia capitalista afeta desigualmente homens e mulheres. Embora as mulheres tenham ampliado sua participação na vida econômica, “tanto nas áreas formais quanto informais da vida econômica”, in-

26. A taxa de desocupação captada a partir dos microdados do Censo/IBGE não mede o desemprego oculto por trabalho precário e o desemprego oculto por desalento, por isso ela difere dos índices captados pela PED/Diecese/Seade que em sua metodologia capta trabalhadores em tais condições.



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

clusive, melhorando sua situação em termos de remuneração, nos termos empregados por uma estudiosa do tema, as mulheres ainda sofrem *pesada discriminação salarial e de inserção socioeconômica*.²⁷ Segundo observação de vários estudos²⁸, as mulheres vêm apresentando maiores taxas de escolarização/qualificação, o que, em tese, aumentariam suas perspectivas de trabalho e de rendimento, porém esta tendência não se confirma, ou quando se confirma, diz respeito à pequena parcela de

trabalhadoras – no caso daquelas que estão inseridas no topo da estrutura ocupacional.

Quando se observa o desemprego territorializado na cidade, nota-se que a parcela Sul de Santo André contabiliza as maiores taxas como apresentado no mapa 3.1.1. Trata-se de um território em que o número de trabalhadores se revela excedente e com pouca qualificação, pois apenas 3,7% deles têm nível elevado de qualificação (graduação completa). Em 2013 as regiões

27. A respeito da divisão entre trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo das implicações econômicas advindas desta divisão, ver HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu (17/18) Campinas, 2001/02: pp.139-156. <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06>>

28. A respeito, ver Parte I Perfil socioeconômico. In: *Mulheres de Santo André, em pauta*. Elaboração Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos (DISE/SOPP/PSA), 2015.

Sul I e Sul II apresentavam taxas de desocupação superiores à média do conjunto da população economicamente ativa, que é de 8,3%. Conforme o mapa 3.1.1, a região Sul I registrou 12,2% e a Sul II 11,7% de pessoas em situação de desemprego aberto.

Um estudo realizado pelo IPEA mostra que o desemprego é “importante determinante da pobreza”²⁹; e, quando concentrado em estratos da classe trabalhadora que vivem em condições materiais de vida inaceitáveis, tende a agravar sua condição de miséria. Na tabela 3.1.4, também nota-se que o Sul da cidade registra o maior percentual de pessoas vivendo em condições de extrema penúria (renda *per capita* inferior a R\$ 77,00) e na pobreza (renda *per capita* maior ou igual a R\$ 77,00 e menor que R\$ 154,00). Esse segmento de trabalhadores, como estratégia de sobrevivência, acaba por aceitar tarefas precárias ou, em outros termos, está mais suscetível ao desemprego oculto pelo trabalho precário.

As regiões onde a taxa de desemprego aberto tem maior incidência sobre os trabalhadores evidenciam desigualdades observadas nas diferentes porções da cidade de Santo André, como podemos observar no mapa 3.1.1. No nível mais geral, trata-se de locais da cidade reservados às camadas mais pobres da classe trabalhadora, onde não há infraestrutura de equipamentos sociais e onde predominam as moradias precárias – como favelas, bairros e conjuntos habitacionais populares. São partes da cidade onde as pessoas vivem nas mais difíceis condições de vida.

Tabela 3.1.4 – Se o domicílio tem seus moradores em situação de extrema pobreza ou de pobreza (pelo critério do Bolsa Família), Santo André, 2013, (%).

Região da cidade	Total população	Taxa de extrema pobreza	Taxa de pobreza
Norte	206.900	3,7	5,8
Leste	103.286	2,9	5,8
Sul_I	99.129	4,2	10,6
Sul_II	17.464	6,3	13,0
Centro	85.889	2,4	2,9
Oeste	192.274	3,8	6,6
Total	704.942	3,6	6,5

Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3.1.5 – Percentual de jovens de 15 a 29 anos em situação de extrema pobreza (pelo atual critério do Bolsa Família), Santo André, 2013.

Região da cidade	Cor/raça agrupada			
	Não negra	Taxa de extrema pobreza (%)	Negra	Taxa de extrema pobreza (%)
Norte	35.651	3,4	13.550	2,5
Leste	17.142	1,8	9.442	4,8
Sul_I	14.047	4,8	12.035	4,9
Sul_II	2.315	5,3	2.130	8,2
Centro	14.990	2,2	1.841	3,9
Oeste	32.022	4,0	13.685	3,0
Total	116.167	3,4	52.683	3,8

Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

29. *A estrutura do desemprego no Brasil*. Texto para discussão n. 478. IPEA, 1997.

Como podemos observar na tabela 3.1.5, essas regiões também registram os maiores percentuais de jovens *negros* e extremamente pobres. Percebe-se, pois, que os antagonismos estão postos em termos sociais, econômicos e raciais. Desse modo, um trabalhador jovem, pobre e *negro* de periferia tem seu espaço reduzido na sociedade em termos de perspectivas sociais, “a quem o capitalismo oferece a lumpenização, a desclassificação social e o sentimento de que se trata de um contingente populacional composto de ‘supérfluos’”.³⁰

As regiões Sul I e Sul II, por exemplo, onde subsiste desigualdade de condições ainda maiores, concentram expressiva camada de trabalhadores vivendo situação extrema de miséria. E a desigualdade na repartição dos rendimentos está correlacionada à desigualdade de condições no acesso aos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, no acesso aos tipos de trabalho, o que se pode verificar nesta porção da cidade.

Com relação à taxa de desocupação entre os jovens de 15 a 29 anos distribuída territorialmente e cruzada com a variável cor/raça, pode-se notar que o desemprego tem maior incidência entre os trabalhadores *negros* em quatro das seis regiões, sobretudo em locais dessas regiões homogeneamente pobres em termos de renda, conforme observamos na tabela 3.1.6. Nesse sentido, existe forte correlação espacial entre os locais de moradia de certa camada de trabalhadores e as maiores taxas de desemprego aberto, pois são pedaços da cida-

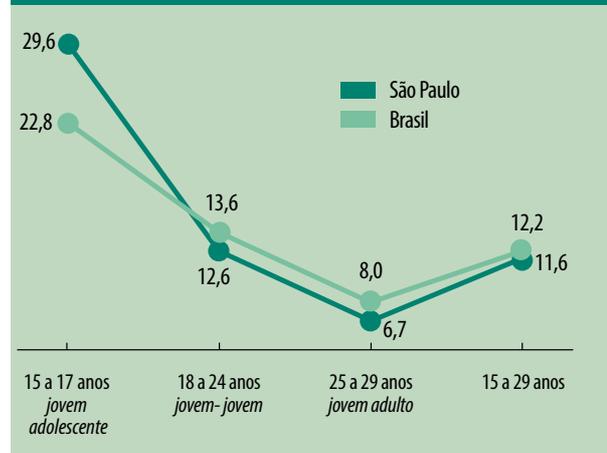
Tabela 3.1.6 – Taxa de desocupação* de jovens de 15 a 29 anos segundo região da cidade e cor/raça, Santo André, 2013.

Região da cidade	Não negra (%)	Negra (%)
Norte	11,9	14,6
Leste	10,5	17,1
Sul_I	18,1	18,2
Sul_II	15,9	18,4
Centro	10,4	6,9
Oeste	14,3	12,1

Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

*Compreende o desemprego aberto.

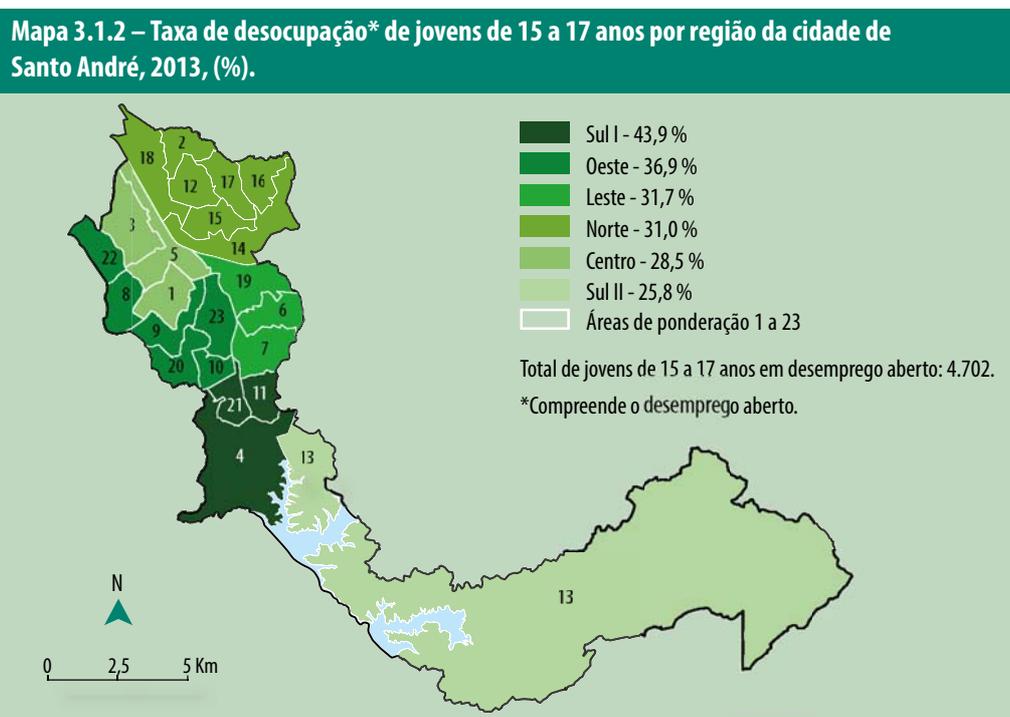
Gráfico 3.1.12 – Taxa de desocupação* segundo faixa etária no Brasil e no Estado de São Paulo, 2013, (%).



Fonte: DISE/SOPP/PSA, a partir da PNAD, 2013.

*Compreende o desemprego aberto.

30. TRAGTENBERG, Maurício. Prefácio. In: *Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: Musa, 2000.



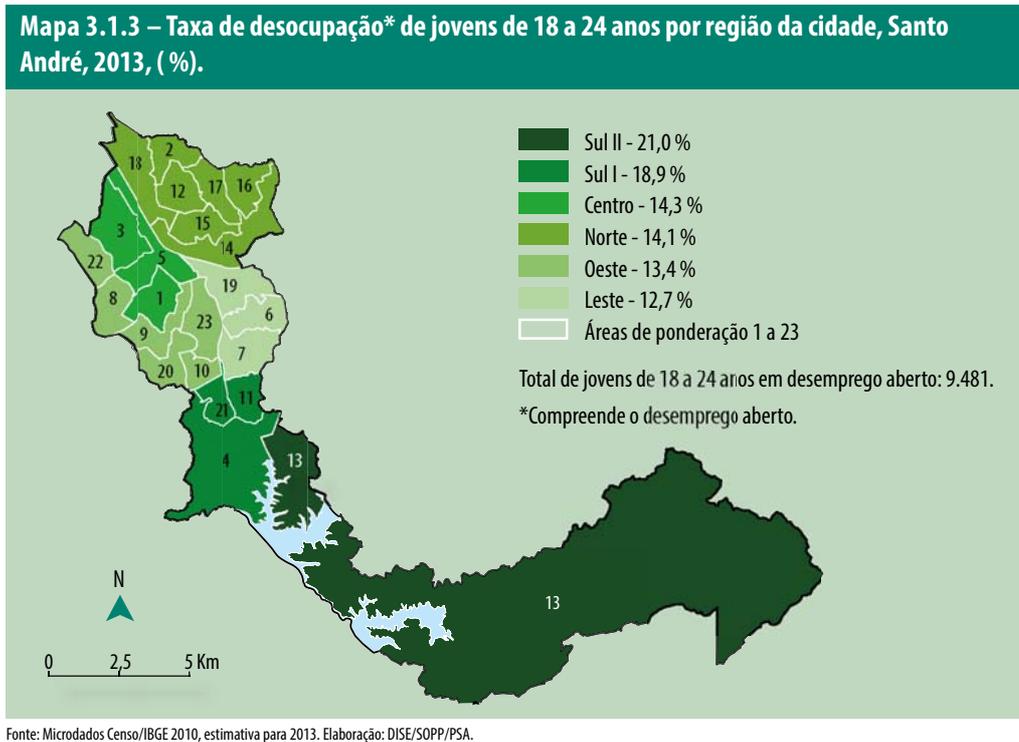
Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

de, principalmente as regiões Sul I e II, Leste e Norte, lugares onde habita uma parcela da população que sofre desvantagens econômicas e sociais. Já no caso da região Sul I, o desemprego incide igualmente tanto para os trabalhadores *negros* quanto para os *brancos*, no que podemos inferir, como causa, a relativa homogeneidade de condições de vida entre os habitantes da região.

No passo seguinte, observamos o desemprego no conjunto da população economicamente ativa por região e faixa etária. E novamente enfatizamos o pedaço sul da cidade. As regiões Sul I e II reúnem traços de caracteres homogêneos. Nelas observamos

as maiores taxas de pobreza e extrema pobreza, da mesma forma que constatamos as maiores taxas de desemprego aberto em todas as faixas juvenis estudadas, conforme podemos observar no mapa 3.1.2 acima exposto, e nos mapas 3.1.3 e 3.1.4 expostos, respectivamente, nas páginas 52 e 53.

Quando se direciona a análise para o Brasil ou para o Estado de São Paulo, nota-se que a situação segue a mesma tendência observada em Santo André em relação ao desemprego juvenil. Por exemplo, os dados captados pela PNAD 2013 revelam que, entre os grupos etários de jovens, é na faixa de 15 a 17 anos onde se

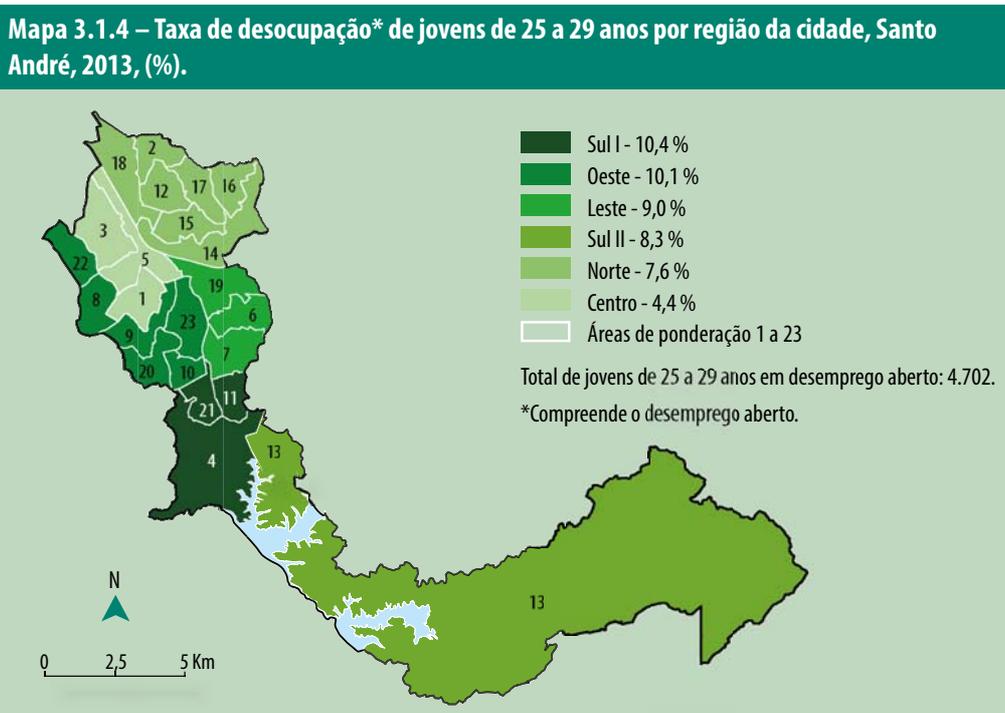


concentra expressiva parcela de trabalhadores que não está ocupada, registrando taxa de desemprego nos valores de 22,8 % e 29,6%, respectivamente, para o caso do Brasil e de São Paulo, conforme consta no gráfico 3.1.12 exposto na página 50.

Como se observou, os jovens, em termos relativos, tendem a apresentar maiores taxas de desocupação e elevado grau de informalidade, justamente porque para eles é mais difícil conseguir um emprego ou se manter empregado e, quando conseguem trabalho, tende a ser o de pior qualidade. Dentre as dificuldades da camada mais jovem de trabalhadores em con-

seguir ou se manter em um emprego está o contexto de qualificação profissional. Esse problema, o da baixa qualificação profissional, não se restringe apenas à nova geração, mas nela se mostra mais intenso.

Como é um segmento de trabalhadores em formação, o jovem ainda está aperfeiçoando as habilidades exigidas para exercício da função, considerando o fato de que tais habilidades são adquiridas com combinação da formação teórica e prática, o que o torna mais instável no emprego. No caso do grupo de 15 a 17 anos, os *jovens adolescentes*, evidências sugerem que essa parcela de trabalhadores esteja em busca do seu



Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

primeiro emprego, o que faz com que a taxa de desemprego seja maior. Quando esse grupo acessa uma ocupação, ele se insere em um posto de trabalho de pior qualidade, e como pudemos ver anteriormente, é nessa parcela da população jovem que se concentra a maior taxa de informalidade.

A literatura crítica do capitalismo abre inúmeras perspectivas de abordagem para pensarmos as condi-

ções de inserção do jovem no mercado de trabalho. Uma delas diz respeito à formação da nova força de trabalho indicadora de um tipo de conflito - o conflito de geração, que se dá entre a nova geração de trabalhadores e a geração precedente. Deste fato resulta o chamado conflito de geração da força de trabalho, que não está no campo da biologia, mas no contexto de equilíbrio do desenvolvimento econômico³¹.

31. Por esse fato, o estudo adverte: “Geração, na sua acepção biológica, tem sentido unicamente para cada pessoa, individualmente considerada, medir o decurso da sua vida. Mas, como a cada instante por todo o mundo vão nascendo crianças, uma geração, enquanto coletivo, não é suscetível de qualquer definição biológica. No caso da força de trabalho, considero como uma geração a que resulta de uma mesma tecnologia formativa; quando me refiro à defasagem de gerações, quero dizer que se passou de um para outro método na formação da força de trabalho; e, [continua >]

Nos termos em que o problema foi colocado no decorrer da exposição, o desemprego costuma atingir as gerações mais novas e as mais velhas, e ele se faz sentir intensamente na força de trabalho menos qualificada, visto que a inserção no mercado de trabalho não ocorre de forma igualitária. Além disso, o desemprego estrutural entre os jovens prenuncia o aumento da “imobilidade social intrageracional” (a

última ocupação não se diferencia do primeiro emprego), escreveu um estudioso do desemprego. E este estudioso prossegue enfatizando que, mesmo quando não se dá a regressão intrageracional (a posição de vida e de trabalho do filho é inferior à do pai), pode-se perder de vista a construção de um futuro por meio do trabalho, mesmo em se tratando de trabalhadores com alto grau de qualificação.³²

quanto mais rápida for a alteração destes métodos, portanto, quanto mais acelerado for o processo técnico, tanto mais rapidamente também se sucederão as gerações. Em suma, é no contexto do aumento das qualificações de cada jovem futuro trabalhador, relativamente à força de trabalho anterior, que aqui defino gerações.” (p.103) E mais adiante esclarece [...] “se as gerações formadas em estágios tecnológicos anteriores tivessem sido produzidas no estágio seguinte, necessitariam de menos tempo de trabalho para adquirir as qualificações que possuem. O que quer dizer que cada geração de trabalhadores é desvalorizada quando a nova geração formada efetiva a passagem de *output* para *input*. Cada força de trabalho *output* aumenta de valor relativamente às gerações que a precederam, apenas para perder valor após a passagem a *input*”. (p.110 e 111) BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

32. POCHMANN, Marcio. *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos*. São Paulo – fevereiro de 2.007. <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/transformar_leitura/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf>.

3.2 da educação

No Brasil, a educação é um direito garantido pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013, aos jovens com idade entre 15 e 29 anos. Inclui-se no Estatuto da Juventude o direito à educação de qualidade, e à garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que não tiveram acesso na idade adequada. E de fato, observou-se na segunda metade do século XX a expansão de oportunidades educacionais no Brasil, o que propiciou uma significativa elevação dos patamares de escolaridade da população. Mais adiante, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2012, em

análise relacionada à educação da população brasileira, entre os Censos de 2000 para 2010, também se verificou que a escolarização das crianças e adolescentes continuou em crescimento, havendo declínio do analfabetismo e elevação do nível da educação da população como um todo. Em Santo André, no que toca a escolarização de forma geral, os dados também apontam para o desenvolvimento, o que poderá ser observado ao longo do capítulo, junto às informações sobre as regiões mais vulneráveis da cidade do ponto de vista da educação dos jovens, e das formas de desigualdade ainda existentes entre parcelas da população.

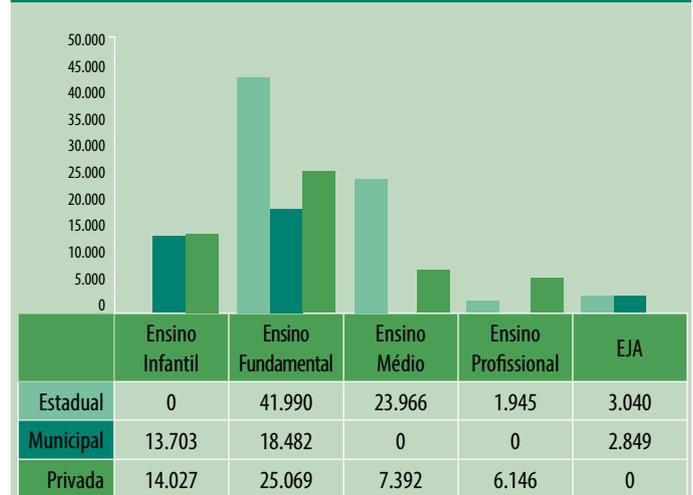
No que diz respeito aos jovens e de acordo com o Censo Escolar havia em Santo André, em 2013, 46.853 alunos matriculados na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo 33.003 alunos entre 15 a 17 anos (70%), 12.193 entre 18 a 24 anos (26%) e 1.657 alunos entre 25 a 29 anos (4%). Inserção no mercado de trabalho, formação de novas famílias e a questão da idade-série podem explicar as maiores concentrações de escolarização nas faixas mais jovens.

A rede estadual é a que mais absorve os *jovens adolescentes* (15 a 17 anos) e os chamados *jovens-jovens* (18 a 24 anos) com 76,4% das matrículas, contra 23,6% das matrículas no ensino particular. A rede municipal de ensino é responsável pela educação infantil, ensino fundamental, ensino profissional e o ensino de jovens e adultos (EJA) e, dessa forma, absorve menos jovens, como podemos observar no gráfico 3.2.1.

Conforme estimativa do IBGE havia, em 2013, um total de 174.808 pessoas com idade entre 15 a 29 anos no município de Santo André. O total de jovens adolescentes (idade entre 15 e 17 anos) era de 29.897 pessoas, sendo que 90,6% frequentavam a escola (ou seja, 27.077 pessoas). Verifica-se que o município apresentava um quadro elevado de escolarização nesta faixa etária, apesar de 9,4% desses jovens adolescentes estarem fora da escola precocemente, o que em termos absolutos é um número bastante significativo (2.820 pessoas).

Com relação aos *jovens-jovens* (com idade entre 18 e 24 anos), de um total de 81.524 pessoas o percentual dos que frequentavam a escola era de 38%. Essa proporção relaciona-se ao fato de que a maior

Gráfico 3.2.1 – Quantidade de alunos matriculados no município de Santo André por tipo de escola e escolaridade, 2013.

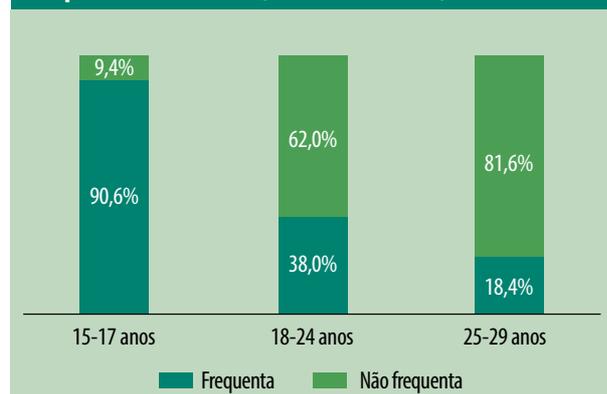


Fonte: Microdados do Censo Escolar - MEC/Inep - 2013, e informações da Secretaria de Educação de Santo André. Elaboração: DISE/SOPP/PS.

parte dos jovens nessa faixa etária já havia terminado o ensino médio e estava fora da escola. A mesma explicação se aplica para a faixa etária dos *jovens adultos* (com idade entre 25 e 29 anos), dos quais 81,6% não frequentavam a escola, como podemos observar no gráfico 3.2.2.

Com relação à composição por sexo dos estudantes matriculados em 2013 percebe-se no gráfico 3.2.3, a seguir, que na fase *jovem adolescente* o maior percentual de estudantes era do sexo feminino e na faixa *jovem-jovem* predominavam os jovens do sexo masculino. Na fase *jovem adulto* as mulheres representavam 0,3% acima do percentual masculino, com maior presença de mulheres nas faixas etárias dos matriculados com 15 - 17 anos, e com 25 - 29 anos.

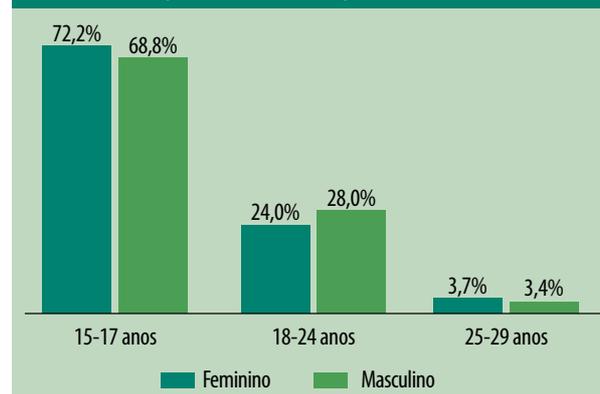
Gráfico 3.2.2 – Percentual de jovens entre 15 a 29 que frequentavam a escola, em Santo André, 2013.



Fonte: Microdados Censo 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria Nacional da Juventude IPEA & SNJ (2014), na segunda metade do século XX, com a melhoria do acesso à escola no país, houve um aumento dos patamares de escolaridade da população, e em especial do subgrupo feminino, que superou a situação de desvantagem em que se encontrava até o início da década de 1990. Cabe ressaltar que, como tendência geral, as mulheres apresentam mais anos de estudo que os homens, o que lhes confere participação dobrada no mercado de trabalho. Segundo o IPEA (2014), a proporção de mulheres no nível superior é maior do que a dos homens, e, embora a gravidez na juventude seja considerada uma “transição condensada” para a fase adulta, a trajetória escolar para as mulheres de forma geral não é interrompida – vale lembrar que as trajetórias escolares já eram erráticas anteriormente.

Gráfico 3.2.3 – Percentual de matriculados por sexo e faixa etária, em Santo André, 2013.



Fonte: Microdados do Censo Escolar - MEC/Inep - 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Com relação à composição por cor/raça dos alunos matriculados de todas as faixas etárias, nos casos em que esta foi autodeclarada, verificou-se maior quantidade de alunos *não negros*, acompanhando a característica da cidade de Santo André, que possui população predominantemente declarada como de cor/raça *não negra* com 72,5%, e outros 27,5% que se declaram de cor/raça *negra*, conforme o IBGE (2013). Em que pese o fato de que 40% da origem racial dos alunos não tenham sido declarados, pode-se observar que pelo menos 17% entre os jovens são *negros*. Considerando-se apenas a população jovem de cor/raça declarada (um total de 28.230 alunos), constata-se que 71% desses eram *não-negros* e 29% eram *negros*.

Observando-se a tabela 3.2.1, a seguir, verifica-se que Santo André tem um total de 163.251 estudantes. Destes, 110.089 estão na rede pública e 53.162, na rede privada de ensino. Desta forma, alunos da

Tabela 3.2.1 – Distribuição das pessoas matriculadas segundo modalidades de ensino, faixa etária e cor/raça, Santo André, 2013.

Faixa etária	Estadual			Municipal			Privada			Total
	Não negra	Negra	Não declarada	Não negra	Negra	Não declarada	Não negra	Negra	Não declarada	
0-14 anos	21.458	9.521	9.460	17.099	7.087	8.861	27.951	2.620	7.949	112.006
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	10.619	4.933	8.604	136	93	169	4.587	564	3.298	33.003
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	2.835	1.629	3.152	186	156	319	1.518	565	1.833	12.193
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	89	52	419	39	33	113	122	74	716	1.657
30-39 anos	157	74	506	140	112	307	143	33	821	2.293
40-49 anos	188	58	205	147	127	257	90	14	184	1.270
50 anos ou +	89	25	67	148	141	279	36	6	38	829
Total	35.435	16.292	22.413	17.895	7.749	10.305	34.447	3.876	14.839	163.251

Fonte: INEP/MEC. Elaboração DISE/SOPP/PSA

rede privada compõem menos de um terço do total de alunos do município. Considerando-se apenas os estudantes entre 15 e 29 anos de idade da cidade, conforme visto, obtemos um total de 46.853 estudantes em 2013, com 32.975 matriculados na rede pública e 7.430 na rede privada, o que significa que entre os jovens, menos de um quarto estuda na rede privada.

Como já mencionado, apenas 60% dos estudantes jovens têm cor/raça declaradas, ficando assim um grande contingente de alunos de fora da análise desta variável (18.623 deles). A respeito de jovens negros declarados: 6.614 deles estão na rede estadual e 282 na rede municipal, totalizando ao menos 6.896 jovens negros na rede pública. Dos alunos jovens em rede privada, 2.471 declaram-se *negros*. Percebe-se, destarte, que jovens *negros* declarados da rede pública representam quase o triplo dos da rede privada, acompanhando a proporção geral de jovens no ensino público e privado.

Outro dado relevante refere-se ao baixo percentual de analfabetismo em todo o arco etário de 15 a 29 anos. Na fase etária de 15 a 17 anos, são apenas 106 pessoas não alfabetizadas, o que corresponde a 0,35% do total de jovens nessa fase. De 18 a 24 anos, são 717 analfabetos e de 25 a 29 anos, são 532 pessoas, o que corresponde respectivamente a 0,88% e 0,84% do total de jovens em cada fase.

A Educação é um conceito amplo que abrange processo contínuo de formação pessoal e desenvolvimento de qualidades úteis para o mundo do trabalho. A respeito destes fins, e embora assim como o Brasil, Santo André apresente níveis altos de escolaridade e perfil de desenvolvimento, há diversidade (e desigualdade) de trajetórias. E a falta de oportunidades educacionais impacta em diversas configurações sociais, fenômeno que se evidencia ao observar-se, por exemplo, a população carcerária do estado de São Paulo. Como

mostra o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2012), 58% desta população pararam de estudar antes de completar o ensino fundamental, e, desta forma, o abandono escolar, altamente presente nas trajetórias de menores infratores e de presos adultos, mostra-se considerável fator de vulnerabilidade à violência.

Ao aprofundar o olhar sobre as desigualdades existentes no âmbito da educação nos dados do Censo Escolar, 2013, notam-se parcelas desfavorecidas da população da cidade. É o caso, por exemplo, da população jovem *negra* declarada. Esta população perfazia 32% dos jovens da rede estadual e 44% da rede municipal. Destes, podemos dizer que eram jovens que frequentavam a educação de jovens e adultos e estavam em defasagem de idade-série, em proporção bem maior do que aquela encontrada para a população total de jovens *negros* da cidade (31%). Considerando o número de alunos em cada tipo de escola, 33% de alunos eram jovens *negros* na rede pública e 16% na rede privada, uma proporção bem abaixo daquela encontrada para a população jovem *negra* na cidade.

Os dados sobre população jovem *negra*, declarada no Censo Escolar 2013, também podem ser desmembrados por fase etária. Na fase entre 15 e 17 anos (*jovem adolescente*), ela representava apenas 11% da rede privada, o que significa dizer que há poucos jovens *negros* no Ensino Médio privado. De outro lado, os jovens *negros* declarados eram 31% na rede estadual, tipo de escola com os maiores valores de abandono es-

colar e reprovação. A significativa presença do jovem *negro* declarado nesta rede colabora no entendimento da vulnerabilidade deste grupo no que se relaciona às transições para a vida adulta.

Na fase etária entre 18 e 24 anos, os jovens *negros* representavam 46% da rede municipal e 27% da rede privada. Entre *jovens adultos* (25 a 29 anos), *negros* declarados eram 46% da rede municipal, 38% da rede privada e 37% da rede estadual. Esta fase etária é a única em que o percentual da rede privada era maior do que o percentual da rede estadual, fato que pode ser explicado pela grande quantidade de universidades e centros universitários privados que em hipótese, atendem essa demanda mais adulta entre os jovens.

No âmbito do analfabetismo, embora os dados para a população da cidade como um todo e principalmente para os jovens sejam bastante favoráveis, é necessário lembrar que “saber ler e escrever” nem sempre significa melhoria da qualidade educacional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) destaca que na América Latina o processo de alfabetização só se consolida de fato para as pessoas que completaram a 4ª série do ensino fundamental. Entre aqueles que não concluíram esse ciclo de ensino verificam-se elevadas taxas de volta ao analfabetismo³³. No Brasil, utiliza-se o termo “analfabetismo funcional” para a pessoa com menos de quatro anos de estudos completos. Para o IBGE³⁴ (2010 *apud* IPEA, p.3)

33. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1721-educacao-no-brasil>>.

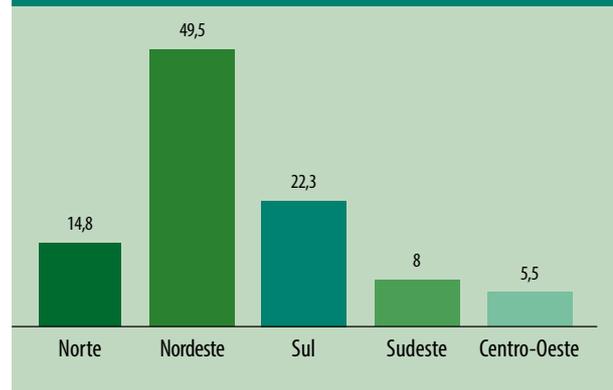
34. IPEA (2010). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>.

são considerados analfabetos funcionais as pessoas que não conseguem ler e escrever um bilhete simples, apesar de serem capazes de identificar letras e números. Para o IPEA (2010), a redução do analfabetismo gera, em curto e médio prazo, o aumento do analfabetismo funcional, o que não implica necessariamente no agravamento da situação educacional da população, mas em passo intermediário na efetivação do direito de todos à educação (IPEA, 2010, p. 4).

Neste sentido, também se pode afirmar que no Brasil verifica-se a redução progressiva das taxas de analfabetismo funcional. Porém, quando se analisam os índices das cinco grandes regiões brasileiras observa-se que os ritmos dessa redução são diferenciados. Tais desempenhos podem ser justificados pelos seguintes motivos: fluxos migratórios, envelhecimento da população e o nível de acesso aos cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos (IPEA, 2010, p.4). O gráfico 3.2.4 apresenta o percentual de pessoas com idade entre 15 e 29 anos nas grandes regiões brasileiras que possuem menos de quatro anos de estudo. Por meio dele, constata-se que o Nordeste apresenta a maior taxa de jovens incluídos no grupo dos analfabetos funcionais, ainda que tenham ocorrido avanços recentes na evolução do alfabetismo na região.

A Ação Educativa registra os avanços do alfabetismo/ redução do analfabetismo funcional no país:

Gráfico 3.2.4 – Proporção de pessoas de 15 a 29 anos com menos de 4 anos de estudo³⁵. Grandes Regiões do Brasil, 2012, (%).



Fonte: PNAD/IBGE, 2012. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

De modo geral, o Brasil já avançou principalmente nos níveis iniciais da alfabetização, mas não conseguiu progressos visíveis no alcance de níveis mais altos, que são hoje condição para inserção plena na cultura letrada e direito de todos os cidadãos, a quem se assegura o acesso pelo menos ao ensino fundamental (AÇÃO EDUCATIVA, 2011, p. 18)

Em Santo André, com relação à participação dos jovens no Ensino Médio, os dados do Censo Escolar/2013 indicam que a maior proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos estudavam neste ciclo de ensino, considerado adequado para a faixa etária; 385 estudantes cursavam a Educação de Jovens e Adultos (EJA); e, de acordo com o Censo/IBGE

35. Nota: Anos de estudo - período estabelecido em função da série e do grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação.

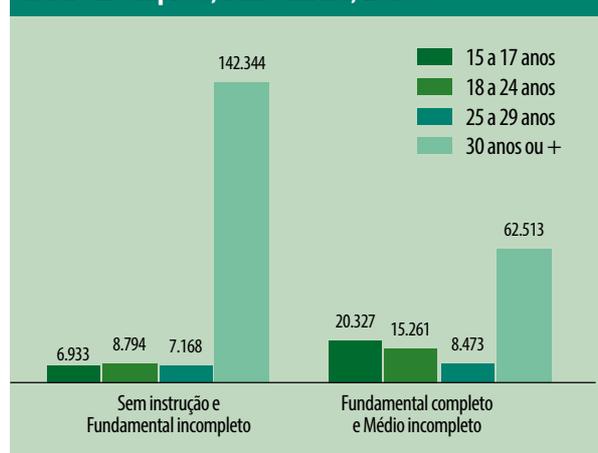
2013 (estimativa do censo 2010), cerca de 1.837 *jo-vens adolescentes* (entre 15 e 17 anos) estavam fora da escola e fora do trabalho, condição de que trata a próxima seção desta publicação.

Ainda por meio do Censo Escolar/2013, observa-se uma expressiva participação de pessoas de 18 a 29 anos que frequentavam a modalidade de ensino EJA, em busca da conclusão do processo de escolarização, com um total de 2.845 alunos. De acordo com o IPEA/SNJ (2014), a ampliação do acesso à educação por meio da EJA contribui para a permanência dos jovens na escola e para o aumento dos anos de estudos dos jovens no ensino básico³⁶. Conforme os dados censitários do IBGE, em 2013 (estimativa do censo 2010) havia em Santo André um total de 22.895 jovens de 15 a 29 anos sem instrução e com ensino fundamental incompleto. Essa parcela da população que não conseguiu completar a escolarização na idade-série³⁷ teoricamente considerada adequada, correspondia ao público potencial da EJA.

De acordo com o gráfico acima havia em Santo André 244.553 pessoas com ensino médio incompleto, somando-se as pessoas acima de 18 anos e incluindo-se os diferentes níveis de formação. Desse contingente, 158.306 pessoas (64,7% do total acima de 18 anos) não tinham instrução ou possuíam o fundamental incompleto.

Do conjunto das pessoas com escolaridade incom-

Gráfico 3.2.5 – Pessoas acima de 15 anos sem instrução e Fundamental incompleto; e Fundamental completo e Médio incompleto, Santo André, 2013.



Fonte: Microdados do Censo 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

pleta ou sem escolaridade percebe-se também uma dramática diferença entre os jovens de 15 a 29 anos e os adultos acima de 30 anos, que representavam 86% deste conjunto. Há de se considerar que a partir dessa informação podemos dizer que, atualmente, os jovens estão menos suscetíveis ao analfabetismo e têm mais oportunidades de escolarização do que os jovens de décadas passadas. Os adultos representam a maioria do grupo e não conseguem reaver o que lhes foi negado em seu período de transição para a vida adulta, tampouco conseguem se beneficiar das recentes conquistas de ampliação do acesso ao estudo.

36. Ressalta-se que a rede privada de ensino não oferece a modalidade EJA.

37. Idade-série corresponde à adequação teórica entre a série e a idade do aluno. Este indicador permite avaliar os alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>>.

Com relação à idade-série adequada, observa-se, conforme a tabela 3.2.2, que 27% dos *jovens adolescentes* de Santo André encontravam-se em defasagem escolar. Para refletir sobre esse assunto, há que se olhar para as especificidades das regiões do município, pois há heterogeneidade entre elas. O Centro firma-se como a região de menor porcentagem de alunos fora da idade-série esperada, com 18,6% de casos entre o total de alunos da região. Já a maior porcentagem de alunos que se encontram fora da idade-série é da região Sul I, correspondendo a 34,8% dos alunos da região, fato que completa o quadro geral de vulnerabilidade do jovem nesta região da cidade.

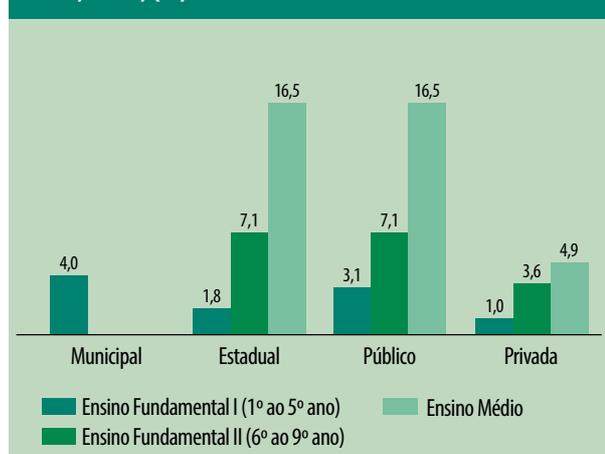
Outro desafio posto, embora seja observada a melhora geral da situação do jovem na escola, relaciona-se ao acesso pleno, permanência e conclusão dos estudos. Abandono, defasagem e reprovação ainda impactam negativamente os índices de educação no município. Em Santo André, as taxas mostram que a tendência ao abandono da escola aumenta conforme o grau de ensino. A taxa de reprovação e abandono no ensino médio estadual possui dados preocupantes segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013), e conforme podemos observar nos gráficos 3.2.6 e 3.2.7, a seguir. Além disso, no que diz respeito especificamente ao abandono, percebe-se também que este concentrava no Ensino Público Médio, sem registro de casos para a rede particular, conforme podemos observar no gráfico 3.2.7.

Tabela 3.2.2 – Jovens de 15 a 17 anos se estão no nível de ensino recomendado (Ensino Médio-regular), por região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	Não está no nível	%	Está no nível	%	Total
Norte	2.078	26,9	5.648	73,1	7.726
Leste	1.028	25,4	3.017	74,5	4.045
Sul_I	1.571	34,7	2.947	65,2	4.518
Sul_II	241	27,2	644	72,7	885
Centro	457	18,6	1.995	81,3	2.452
Oeste	2.017	27,0	5.435	72,9	7.452
Total	7.392	27,3	19.686	72,7	27.078

Fonte: Microdados do Censo 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 3.2.6 – Taxa de reprovação de ensino em Santo André, 2013, (%).³⁸



Fonte: INEP/MEC. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

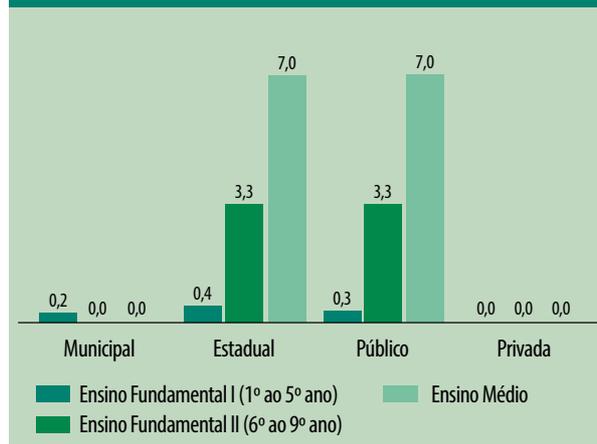
38. Público corresponde ao ensino Municipal e Estadual somados.

De acordo com o IPEA e SNJ (2014) a defasagem idade-série no Ensino Fundamental pode contribuir para as altas taxas de abandono no Ensino Médio, e à medida que o estudante chega ao Ensino Médio com idade considerada mais avançada do que a adequada à série respectiva, ele poderá abandonar a escola ou ampliar a distorção idade-série. Os motivos para que os jovens abandonem a escola antes da conclusão do ensino básico, possivelmente se relacionam à necessidade de trabalho e/ou formação de nova família, mas também podem estar conexos ao desinteresse pela escola e pelos estudos. Sobre os motivos que levam os jovens a se afastarem da escola no Brasil, o IPEA explica que:

Mais de 10% dos jovens entre 15 e 17 anos apenas trabalham, o que significa que pouco mais da metade dos jovens fora da escola foram atraídos pelo mercado do trabalho. O restante nem trabalha nem estuda, e é importante entender qual motivo para o desinteresse destes jovens pelo estudo. Outro fator importante neste contexto é a proporção de 7% dos jovens nesta faixa de idade com filhos (IPEA; SJN, p.15, 2014).

Outra questão que aponta a desigualdade refere-se ao acesso ao ensino superior, que ainda é muito restrito e concentrado nas camadas mais ricas da população (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2014, p. 2). No município de Santo André, conforme informações de 2013 (estimativa do censo/IBGE 2010) observa-se que a cidade apresenta desafios a serem superados para a ampliação do acesso dos jovens ao ensino superior, principalmente no que se refere aos jovens de 18 a 24 anos como

Gráfico 3.2.7 – Taxa de abandono de ensino, em Santo André, 2013, (%).



Fonte: INEP/MEC. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3.2.3 – Distribuição absoluta e relativa de jovens segundo acesso ao Ensino Superior em Santo André, 2013.

Faixa etária	População (2013)	Superior (cursando ou concluído)	%
18 - 24 anos	81.524	8.466	10,38%
25 - 29 anos	63.387	17.365	27,40%
18 - 29 anos	174.809	25.831	14,78%

Fonte: Microdados Censo/IBGE 2010, estimativa para 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

se pode observar pela tabela 3.2.3. O fato de haver maior proporção de universitários na faixa de 25 a 29 anos sugere um acesso relativamente tardio a este nível de escolaridade, uma vez que, seria de se esperar uma proporção maior de jovens na faixa de 18-24 anos no ensino superior.

A despeito de todos os avanços na conquista da ampliação do acesso ao estudo e na diminuição do analfabetismo, a situação de educação do jovem, sobretudo a educação do pobre da periferia, reflete seu desamparo e vulnerabilidade. Em todo o Brasil, hoje encontramos um jovem de classe empobrecida, fortemente estimulado a abandonar os estudos e a entrar no mercado de trabalho precocemente, o que o levará a sérias consequências em sua trajetória profissional futura. Postos de menores salários e privação de direitos o aguardam, por fim, como se pode conhecer na seção referente ao mercado de trabalho.

Além da escolaridade, experiência (ou falta dela) também influencia na situação de emprego. O despreparo (tanto técnico quanto de experimentação estética e cultural) ainda prejudica o jovem (CAMPOS, PHINTENER e COELHO, 2012). Além disso, anteriormente considerada o principal fator de transição para a vida adulta, a passagem escola-trabalho agora deve ser avaliada juntamente a muitos outros fatores, tais como formação de nova família, e constituição de domicílio, entre outros (CAMARANO, 2006). Maior tempo na escola (que pode ser concomitante com inserção no mercado de trabalho) é parte dessa tendência. No intuito de aumentar suas chances, o jovem precisa se qualificar mais para atender as exigências do mercado de trabalho, cada vez maiores. Trata-se de um mercado cada vez mais exigente de mão de obra, porém cada vez menos dependente dela. Como consequência, temos um jovem dependente por mais tempo, o que se relaciona ao processo de juvenilização da sociedade.

Além disso, embora tenha sido reduzido, ainda há um hiato educacional entre ricos e pobres, e entre *brancos* e *negros*. Segundo dados do IPEA (2014) estabilidade e crescimento econômico dão às famílias mais condições para investir em formação – porém desigualdades de cor e renda ainda são impactantes. Como ressaltado por PHINTENER e CAMPOS (2011), à medida que não se democratizam oportunidades, o espectro de escolhas de vida dos jovens reduz-se a situações de risco, sendo parte dos jovens absorvida em atividades ilegais da economia capitalista. Já que experimentação é uma necessidade da idade, é essencial que os jovens conheçam as possibilidades que lhes são disponíveis para amadurecer escolhas. Por esta razão, formação e capacitação são de suma importância.

Como no Brasil apenas recentemente a educação tem sido parte da estratégia de desenvolvimento, a antecipação da vida adulta se traduz em prejuízo da experimentação. Onde a vida adulta é antecipada há menos desenvolvimento e persistem desigualdades e pobreza. Desta forma as dificuldades de acesso à educação, bem como de permanência nela, o ingresso precoce no mercado de trabalho e a exclusão são desafios próprios à faixa etária, que levam ao debate sobre a transição do jovem para a vida adulta.

Há que se pesar ainda que a transformação de uma realidade é algo complexo e de lenta resolução, pois toca-se integralmente em cada vida que se pode reorganizar em função de diversos fatores estruturantes, como educação e trabalho. Embora possam surgir novas oportunidades para o jovem,

Um estudo sobre os jovens de Santo André

o tempo de apropriação das mesmas pela cultura social é um tempo mais lento. Além disso, as políticas que se referem à educação, trabalho, saúde,

entre outras, se não articuladas entre si com objetivos comuns, não dão conta de se conformarem enquanto possibilidade de mudança.

3.3 fora da escola, fora do trabalho

Convém agora discutir o caso de jovens que não estudam nem trabalham, denominados pela expressão *nem-nem*, um fenômeno que, segundo reportagem de um órgão de informação, “não é exclusividade do Brasil”. Em um estudo de 2013, pesquisadores observaram, com base em relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que “aproximadamente dois terços da população jovem em países em desenvolvimento encontram-

se desempregados, empregados informalmente, inativos ou sem estudar”. Como apontam esses pesquisadores, tal fenômeno também ocorre nos países de capitalismo desenvolvido, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde “um em cada seis jovens não possui emprego, não está estudando ou realizando treinamento”³⁹. Ainda com relação à reportagem mencionada, que se calça em dados da

39. ULYSSEA, Gabriel; COSTA MELO, Joana Simões de. O Fenômeno dos jovens nem-nem. In: *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

OIT, entre 2007 e 2012 “a parcela dos jovens *nem-nem* (15 a 29 anos) cresceu em 30 de 40 países” analisados, entre eles a Irlanda e a Espanha.⁴⁰

As pessoas na condição de *nem-nem* compõem parcela da população que não participa da população economicamente ativa (PEA), quer porque não está ocupada nem procurando emprego, nem estudando. Estariam, então, esses jovens em desalento?⁴¹ Em outras palavras, esta condição acarreta desvalorização da força de trabalho, contribuindo para a piora do nível de vida desses trabalhadores.

Nesse passo de argumentação, em 2012, segundo um estudo que se utilizou de dados captados da PNAD, no Brasil, 15% dos jovens de 15 a 29 anos não estudavam, não trabalhavam, nem procuravam trabalho, percentual similar ao observado em Santo André para 2013, como veremos adiante.⁴²

Esse fato tem implicações graves para o país, uma vez que o capital humano é determinante para o desenvolvimento social e econômico. Portanto, dadas as condições de *nem-nem* que caracterizam parcela expressiva de jovens brasileiros, passa a ser preocupante o prolongamento dessa situação, podendo lançar na miséria larga camada dessa população. De outra perspectiva, novamente

Tabela 3.3.1 – Jovens de 15 a 29 anos segundo informação: se estão na escola e/ou no trabalho, Santo André, 2013.

Escola e/ou no trabalho	15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Está na escola e/ou no trabalho	28.060	93,85%	66.820	81,96%	52.205	82,36%
Está fora da escola e do trabalho	1.837	6,15%	14.705	18,04%	11.182	17,64%

Fonte: Microdados do Censo 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

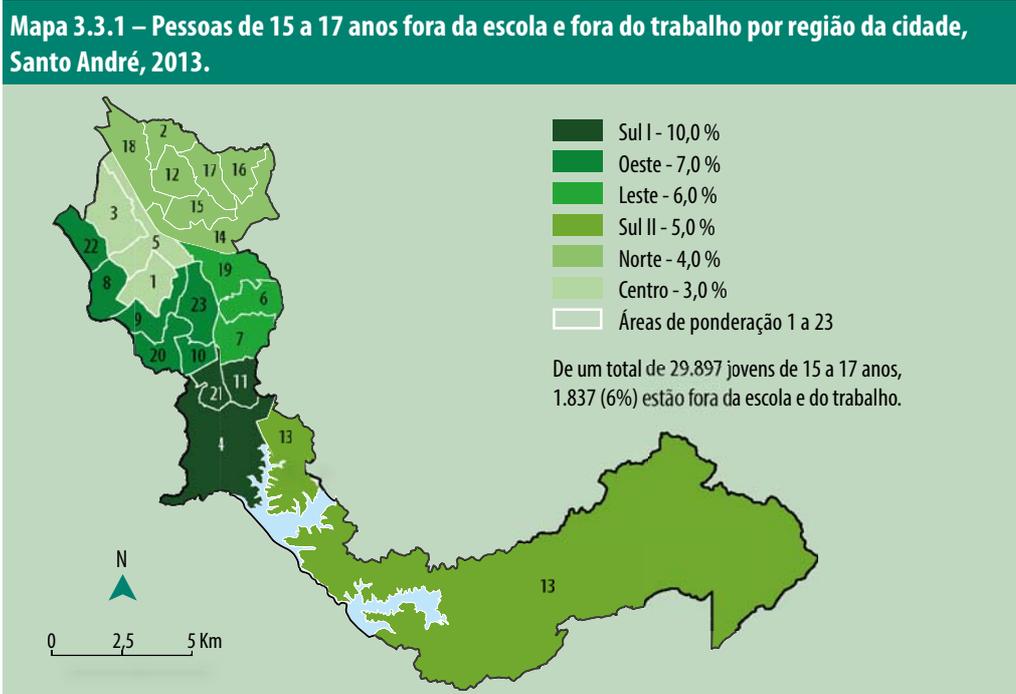
poderíamos perguntar o que explica o fato de que parte dos jovens esteja fora das escolas e do mercado de trabalho. Estariam eles expressando uma contestação, ao rejeitar as péssimas condições de trabalho e de educação que lhes são ofertadas? A depender de sua origem social, estes jovens saberiam de antemão que estarão tradicionalmente excluídos dos melhores empregos e das boas condições de ensino?

Em 2013, Santo André registrava cerca de 170 mil pessoas entre 15 a 29 anos, o equivalente a 24,8% da população total do município (estimativa do IBGE a partir do Censo 2010), das quais 15,9% não estavam na escola e no mercado de trabalho, totalizando 27.724 pessoas na condição de *nem-*

40. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,geracao-dos-jovens-nem-nem-cresce-em-30-paises-diz-oit,176169e>>.

41. O desalento consiste num fenômeno “no qual as pessoas não economicamente ativas que estavam procurando emprego há pelo menos seis meses desistem por não encontrarem qualquer tipo de trabalho, ou um trabalho com remuneração adequada, ou ainda um trabalho de acordo com as suas qualificações” (p.112) *Efeitos da População Economicamente Ativa sobre a Taxa de Desemprego*. Carta de Conjuntura | dez. 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3392/3/cc21_nt02_efeitospopulacao.pdf>.

42. ULYSSEA, Gabriel; COSTA MELO, Joana Simões de. Cap. 3 - O fenômeno dos jovens *nem-nem*. In: *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

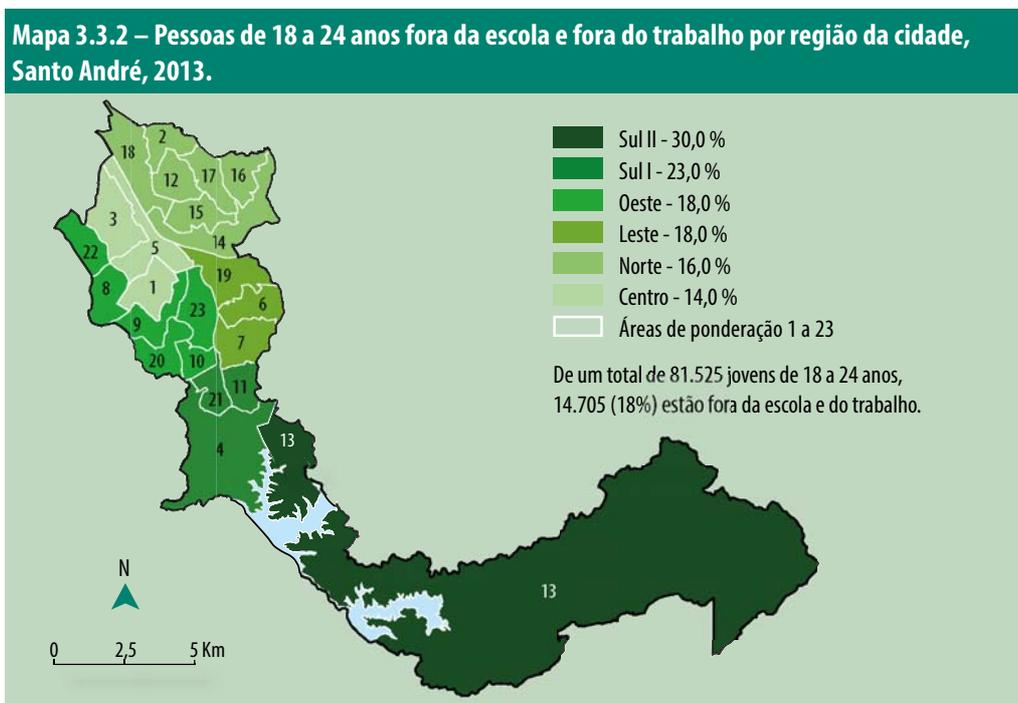


nem. Observando o subgrupo etário no interior da faixa de 15 a 29 anos percebem-se percentuais diferenciados: 6% entre 15 a 17 anos, 18% entre 18 e 24 anos e 17,6% entre 25 e 29 anos, tabela 3.3.1 apresentada na página 67.

Ao observar os jovens considerados como *nem-nem* por região de Santo André, pode-se perceber que algumas localidades possuem índices considerados altos. Uma delas é a região Sul I, que se destaca em todas as faixas etárias, conforme os mapas 3.3.1, 3.3.2 e o mapa 3.3.3 disponibilizado na página 70. Na faixa de 18 a 24 anos, além da região Sul I (23%), a região Sul II (30%)

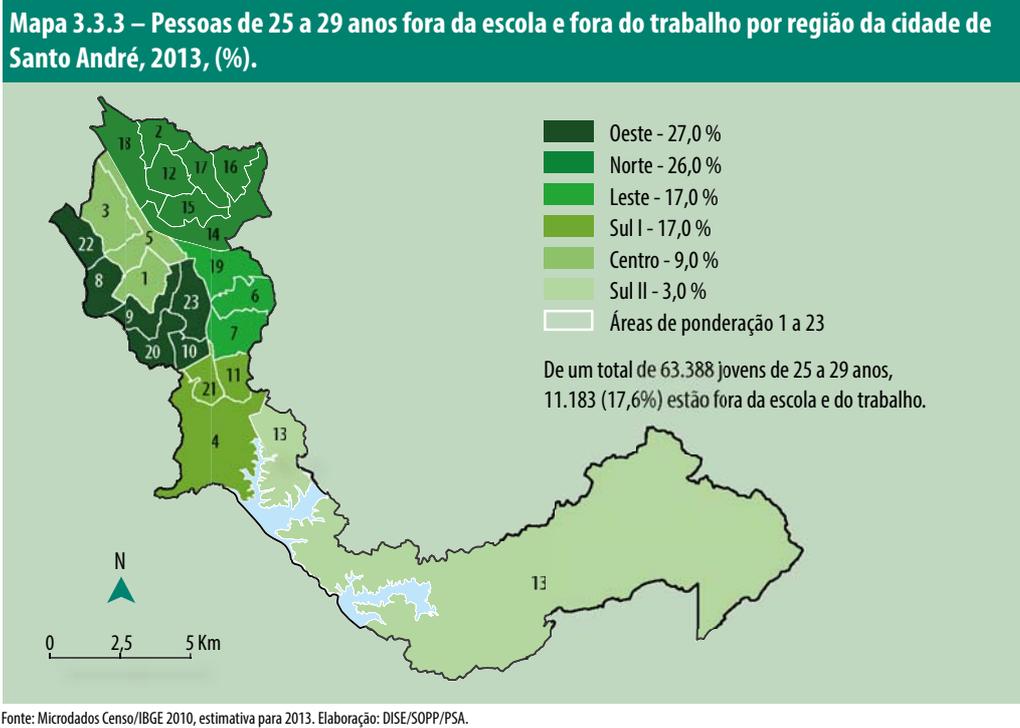
apresentou maior proporção de jovens na condição de *nem-nem* (mapa 3.3.2). Já para a faixa de 25 a 29 anos, a condição de *nem-nem* é um fenômeno mais relevante nas regiões Norte (26%) e Oeste (27%) da cidade (ver mapa 3.3.3 na página 70).

Quando analisamos a quantidade de pessoas fora da escola e do trabalho de acordo com a categoria sexo, nota-se que as mulheres estão mais associadas à condição de *nem-nem*. Do total de jovens de 15 a 29 anos (174 mil), 15,9% (27 mil) não participam do mercado de trabalho (estão fora da PEA) e tampouco estudam formalmente. Entre estes, 9.898 são homens, o que representa 11,3% dos



jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino, e 17.826 são mulheres, 20,4% das jovens de 15 a 29 anos da cidade. Em análise mais acurada, constata-se situação mais equilibrada apenas na categoria *jovens adolescentes* (idade entre 15 a 17 anos) com percentual aproximado para ambos os sexos. Na faixa *jovem-jovem* (18 a 24 anos), as mulheres chegam a 22%, e na faixa *jovem adulto* (25 a 29 anos), o percentual de mulheres chega a 25%, conforme se observam nas tabelas 3.3.2, 3.3.3 e 3.3.4 da página 71. No caso dos homens, o maior percentual foi verificado na faixa de 18 a 24 anos, representando 14,1% dessa população, como mostra a tabela 3.3.3 na página 71.

É importante destacar a concentração de jovens do sexo feminino que não estudavam e não trabalhavam, na faixa etária entre 18 e 24 anos, em 2013. Esse dado possivelmente esteja conexo à análise do IPEA (2012) acerca do forte componente de gênero que se relaciona a esse fenômeno social no Brasil, explicado pelo fato de que uma parte dessas jovens mulheres constituiu família e está desempenhando o tradicional papel de mãe e dona de casa. Conforme o IPEA (op. cit., p. 38), aproximadamente dois terços das mulheres que não estudavam e não trabalhavam eram casadas e 61,2% já tinham filhos em 2010. Por outro lado, entre as mulheres localizadas nas outras categorias de inserção



social, a proporção de casadas não ultrapassou 20%. Conforme o IPEA (2012, p.41) “o estado conjugal e maternidade são fatores que parecem associados à condição de não trabalhar e não estudar, o que determinaria uma transição para a vida adulta”.

São várias as questões que envolvem as condições de vulnerabilidade dos jovens *nem-nem*, e que nos incumbem de pensar sobre os seguintes fatores: “não

procuram trabalho por desalento; não estudam por motivos de renda ou falta de perspectiva de vida, ou parcela desses jovens vivem em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho” (CAMARANO, 2006, apud IPEA, 2012, op. cit. p.37).

Um jornal de economia dedicou matéria sobre a geração *nem-nem*⁴³, utilizando-se de uma passagem

43. In: *Relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2014*, apud Camilla Veras Mota. Geração ‘nem-nem’ é fenômeno mundial, diz relatório da OIT. *Jornal Valor Econômico* 22/01/2014.

Tabela 3.3.2 – Pessoas de 15 a 17 anos segundo a informação: se estão fora da escola e/ou fora do trabalho, segundo sexo, Santo André, 2013.

Sexo	Está na escola e/ou trabalho		Está fora da escola e do trabalho	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Masculino	14.253	93,8%	947	6,2%
Feminino	13.807	93,9%	891	6,0%
Total	28.060	93,9%	1.838	6,1%

Fonte: Microdados do Censo 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3.3.3 – Pessoas de 18 a 24 anos segundo a informação: se estão fora da escola e/ou fora do trabalho, segundo sexo, Santo André, 2013.

Sexo	Está na escola e/ou trabalho		Está fora da escola e do trabalho	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Masculino	35.169	85,9%	5.781	14,1%
Feminino	31.650	78,0%	8.923	22,0%
Total	66.819	82,0%	14.704	18,0%

Fonte: Microdados do Censo 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3.3.4 – Pessoas de 25 a 29 anos segundo a informação: se estão fora da escola e/ou fora do trabalho, segundo sexo, Santo André, 2013.

Sexo	Está na escola e/ou trabalho		Está fora da escola e do trabalho	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Masculino	28.295	89,9%	3.170	10,1%
Feminino	23.910	74,9%	8.012	25,1%
Total	52.205	82,4%	11.182	17,6%

Fonte: Microdados do Censo 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

do relatório da OIT de 2014 que faz referência à elucidação das causas deste fenômeno social: “Jovens entre os *NEETs*⁴⁴ podem ser menos comprometidos e menos satisfeitos com suas respectivas sociedades do que aqueles empregados ou que fazem parte do sistema educacional”. Cabe-nos perguntar se este estado de espírito que tende a estigmatizar o jovem e, em grande medida, marginalizá-lo, não seria isso uma modalidade de resistência que esta juventude vai tecendo no cotidiano contra as suas condições materiais de existência, ainda que passivamente?

44. Expressão inglesa *NEET* para o termo *nem-nem*, que significa *neither in employment, nor in education or training*.

3.4 da violência

*“Há quem tenha medo que um dia o medo acabe.”
“Para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas”*

**Mia Couto,
durante a Conferência de Estoril sobre Segurança, 2011⁴⁵**

“Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes, e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado”
Sociólogo Herbert de Souza⁴⁶

Quando se trata de violência e juventude fica evidente o quanto o debate público ainda carece de qualificação. O discurso corrente de diversos meios de comunicação e de personalidades políticas é o da total responsabilização do jovem pela violência, atribuição que não pode ser sustentada por nenhum dado empírico ou científico. A própria caracterização das vítimas de homicídio e da população encar-

cerada exposta a seguir demonstra como é o jovem desfavorecido por esta concepção de sociedade punitiva, pois que reflete a privação de direitos como escolha política dos governantes ao longo da história. Assim também se pode dizer da atual onda política conservadora, que se relaciona ao discurso favorável à redução da maioria penal, reflexo de profundos problemas políticos e culturais brasileiros.

45. *Apud* IBCCRIM (2015).

46. *Apud* Projeto Pela Vida, Não à Violência (2015)

O que se pode observar por meio das informações estatísticas é que a juventude está largamente desprotegida, quer por ser vítima dos próprios atos violentos, como o homicídio, quer por sofrer outros tipos de violência como a falta de acesso ao mundo escolar e ao trabalho, assim como pudemos observar nas informações expostas em outros capítulos. Como exemplo, dados destacam o jovem (em especial o negro da periferia) como principal vítima dos homicídios, tanto em nível nacional como também para Santo André, com índice de 24 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Essa discussão é particularmente forte no Brasil no ano de 2015, momento em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos. O ECA (Lei 8.069/90) é um documento de direitos humanos que consolidou com sua promulgação, em 13 de Julho de 1990, extremos avanços da sociedade brasileira em termos de reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, alterando significativamente as possibilidades de intervenções arbitrárias do Estado na vida dessa parcela da população. Desde sua promulgação, vem sendo feito grande esforço para efetivar o que considera a legislação, no âmbito governamental e não-governamental, com grande evidência da participação da sociedade civil nesta causa, e sua implementação integral ainda representa longo caminho a ser trilhado.

Em meio ao balanço de êxitos e desafios deste importante instrumento de garantia de direitos, sucede-se o retorno emblemático da discussão que aponta a redução da maioria penal no país para 16 anos como possibilidade, encaminhada por meio de deter-

Tabela 3.4.1 – Ranking da população carcerária no mundo.

País	Número de presos	Taxa de presos por 100 mil habitantes	Capacidade carcerária usada
EUA	2.228.424	707 (2º lugar)	99%
China	1.701.344	124 (124º lugar)	Não-divulgada
Rússia	671.400	467 (12º lugar)	83,60%
Brasil	548.003	275 (42º lugar)	171,90%

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados disponíveis no International Centre For Prison Studies (2013).

minada corrente parlamentar. Com este fato, faz-se necessário verificar as origens de certas concepções calcadas na privação dos direitos dos jovens – e que, logo, querem perpetuá-la – que se recrudescem por meio de valores extremamente conservadores, enfatizando a punição como ponto de partida e solução para a organização das políticas públicas.

Dados do INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES (2013) mostram que o Brasil é o quarto país do mundo em termos de número absoluto de presos, atrás apenas dos Estados Unidos, o primeiro, da China e da Rússia, segundo e terceiro, respectivamente, como mostra a tabela 3.4.1.

Um fato que chama a atenção é a saturação da capacidade carcerária, que é utilizada em 171% no país, ou seja, muito além de seu limite, considerando ainda que muitos condenados deixam de ser presos por falta de vagas nas prisões. O número de presos no Brasil é muito alto, assim como a taxa de presos por habitante, número que em grande parcela se relaciona às altas taxas do Estado de São Paulo.

De acordo com dados do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2012), a população total do estado de São Paulo estava estimada em 41.252.160 pessoas. Considerando-se um total de 195.695 pessoas encarceradas para esse total de população, obtém-se a taxa de 474,39 presos para cada 100 mil habitantes, sendo que do total de encarcerados, 95% são homens, cerca de 190 mil pessoas.

Calcula-se também que 58% dos encarcerados no estado têm escolaridade até o Ensino Fundamental incompleto, incluindo-se aí alfabetizados e analfabetos. Os encarcerados que têm especificamente Ensino Fundamental incompleto, desconsiderando-se a parcela analfabeta, compõem 37% do total de presos (71.634 pessoas), formando a faixa mais frequente, como podemos observar na tabela 3.4.2. Tais números sugerem o impacto que a falta de oportunidades de estudo tem sobre as trajetórias dos encarcerados, observando-se ainda que pouquíssimos deles conquistaram o acesso ao ensino superior (menos de 8%).

De acordo com o advogado José Nildo Alves Cardoso, membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e colaborador da Frente contra a Redução da Maioridade Penal de Santo André, o grande *boom* da evasão escolar ocorre da quarta para a quinta série do ensino fundamental. Além da pobreza, entre outras características, a evasão escolar é freqüente entre os menores infratores. Os dados do Ministério da Justiça corroboram esta informação como válida também para encarcerados na maioridade.

A maioria do encarcerados cumpre pena por crimes contra o patrimônio e tráfico de entorpecentes,

Tabela 3.4.2 – Número de presos segundo grau de instrução no Estado de São Paulo, 2012.

Grau de instrução no Estado de São Paulo	Total	%
Analfabeto	5.717	3
Alfabetizado	32.893	16
Ensino Fundamental incompleto	71.634	37
Ensino Fundamental completo	30.195	15
Ensino Médio incompleto	25.797	13
Ensino Médio completo	18.195	9
Ensino Superior incompleto	1.314	7
Ensino Superior completo	752	0,4
Ensino acima de Superior completo	8	0
Não informado	4.643	2,4

Fonte: Ministério da Justiça, 2012. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3.4.3 – Distribuição por cor/raça no Estado de São Paulo, 2012. Comparação entre população geral do Estado e presos do Estado.

Cor/raça	População geral do Estado*	%	Encarcerados do Estado*	%
Não negra	27.107.361	63,8	76.433	40
Negra	15.390.078	36,2	90.090	47
Total	42.497.439	100		

*Fonte: PNAD, 2012 e Ministério da Justiça, 2012. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

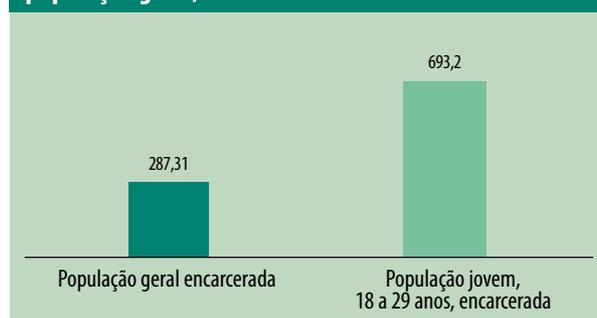
que juntos somam quase 90% de todos os tipos de crime pelos quais foram presos. Um total de 115.588 (59% dos detentos) cumpre pena por crimes contra o patrimônio (aí incluídos furto, roubo, estelionato, receptação, entre outros), e 57.130 pessoas (29% dos presos) estão presas por tráfico de drogas, nacional ou internacional.

A questão racial está plenamente evidenciada no tocante à população encarcerada do estado de São Paulo, dado que a proporção racial dos presos não reflete a proporção racial da população geral. Negros correspondem a 36% da população geral paulista (Pesquisa Nacional por Domicílio - PNAD, 2012), e são 47% de toda a população carcerária no estado, expondo um viés racial e étnico do emprisonamento, como podemos observar na tabela 3.4.3.

Considerando-se a população de forma geral, enquanto o Brasil tem taxa de 287,31 pessoas encarceradas por 100 mil habitantes, no estado de São Paulo a taxa é de 474,39, um valor mais de 1,5 vezes maior, o que revela a situação específica do estado, onde as prisões têm sido levadas ao cabo de maneira exacerbada. Entretanto, quando se trata de juventude a situação se torna ainda mais dramática, tanto no nível estadual (no caso de São Paulo) quanto no nível nacional.

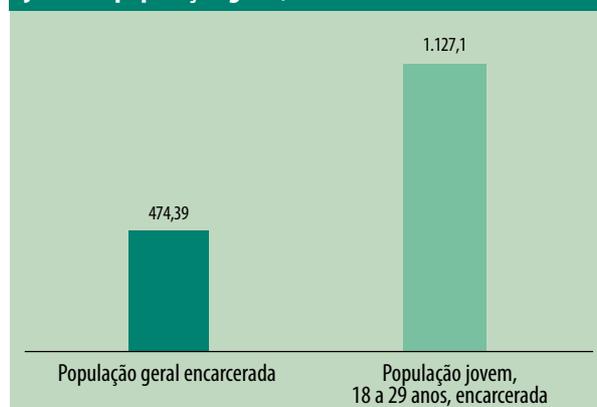
No Brasil, a taxa de presos por 100 mil habitantes para a juventude (faixa entre 18 e 29 anos de idade) é de 693,22, quase 2,5 vezes que a taxa geral do país. No estado de São Paulo, por sua vez, a taxa para a juventude (faixa entre 18 e 29 anos de idade) é de 1.127,1, quase 2,4 vezes maior do que para a população geral do estado e quase duas vezes maior que a taxa para a juventude brasileira. Se isto não revela uma vulnerabilidade dos jovens em relação ao recrutamento para o crime, ao menos evidencia o jovem como alvo de políticas punitivas nos dois âmbitos, onde em termos relativos podemos conferir que no estado de São Paulo encarcerava-se muito mais. Além disso, como se pode verificar, sexo, cor da pele, idade e escolaridade são claramente caracterizadores dos presos no Estado de São Paulo.

Gráfico 3.4.1 – Taxa de encarcerados por 100 mil habitantes no Brasil. Comparação entre jovens e população geral, 2012.



Fonte: Ministério da Justiça, 2012. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 3.4.2 – Taxa de encarcerados por 100 mil habitantes no Estado de São Paulo. Comparação entre jovens e população geral, 2012.



Fonte: Ministério da Justiça, 2012. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Como constatado a partir de dados do INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES (2013), tem-se no Brasil uma população carcerária de 548.003 pessoas amontoadas em cerca de 300 mil

vagas, em um sistema que já está em 171,90% de sua capacidade. De acordo com DIAS (2015), 41% dos presos brasileiros são provisórios. Caso aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, quem serão os adolescentes que se juntarão a esta população existente? Considerando-se a atual desigualdade no cumprimento das punições e a partir dos dados já expostos, podemos inferir que será a parcela mais pobre da população, miseráveis, não escolarizados e negros. Com o fracasso da guerra às drogas, não houve redução de oferta e demanda dos entorpecentes, mas certamente aumentou a demanda por presos (DIAS, 2015).

O Mapa do Encarceramento (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015) mostra ter havido crescimento de 74% da população brasileira encarcerada entre 2005 e 2012, e identifica o perfil da população nas prisões do país: homens, jovens (abaixo de 29 anos), negros, com Ensino Fundamental incompleto, acusados de crimes patrimoniais. No caso dos adultos, os presos estão condenados e cumprindo regime fechado, na maioria dos casos com penas de quatro até oito anos.

O Mapa também destaca a seletividade racial do sistema prisional ao calcular as taxas de encarceramento segundo grupos de cor/raça. Em 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes *brancos* havia 191 *brancos* encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes *negros* havia 292 *negros* encarcerados. Portanto, em 2012 verificou-se que foi encar-

cerada 1,5 vez mais *negros* do que *brancos* (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015: 91).

* * *

"A carne mais barata do mercado é a carne negra"

Elza Soares⁴⁷

Como colocado por CAMARANO (2006), a violência e o homicídio são formas de negação da transição do jovem para a idade adulta. Certos grupos são especialmente visados nesta negação, como homens e jovens. Enquanto na população geral 8% morrem de causas externas, entre os jovens tais causas são razão de 74% das mortes.

Se certas características são visíveis nos agressores e transgressores da lei, uma série de traços similares são visíveis nas vítimas de violência, mais especificamente nas vítimas de homicídio. O Brasil só perde para a Nigéria em número de adolescentes assassinados. Em 2012 ocorreram 11 mil homicídios de brasileiros de 0 a 19 anos (UNICEF, 2014). Os homicídios são causa de 36,5% das mortes de adolescentes por causas não naturais. Entretanto, são causa de 4,8% do total da população. Só entre 2006 e 2012, pelo menos 33 mil adolescentes entre 12 e 18 anos foram assassinados no Brasil (MELO e CANO, 2014), em sua maioria, jovens pobres e *negros* das grandes cidades.

Destacam-se as altas taxas de violência contra

47. *Apud* DIAS (2015).

adolescentes e jovens entre 12 e 29 anos, especialmente *negros*, que em 2013 foram 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios do que os *brancos*, segundo a 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2014; SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015).

O Brasil tem o maior índice de mortes por arma de fogo do mundo. De acordo com a Anistia Internacional ocorreram 192 mil homicídios no país entre 2004 e 2007, sendo que no mesmo período, os doze maiores conflitos mundiais totalizaram 170 mil mortes. Mesmo diante deste cenário a taxa de resolução⁴⁸ de homicídios no país é de 8% (DIAS, 2015).

A questão etária está plenamente colocada, mesmo em recortes específicos de homicídio. Por exemplo, quando analisados os homicídios homofóbicos no Brasil em 2011, percebe-se que 61,16% de todas as vítimas homossexuais estavam na faixa de 15 a 29 anos. Entre estes, segundo informações de 2012 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, enquanto a faixa de 15 a 18 anos representou 1,23% das vítimas, a faixa entre 18 a 29 anos correspondeu a 59,93% dos assassinatos de homossexuais. Segundo o Grupo Gay da Bahia (2012), São Paulo é o estado com mais assassinatos

em números absolutos de homossexuais, porém em termos relativos, a região Nordeste é a que oferece mais perigo. Em que pese à subnotificação do crime homofóbico, há dados sobre suicídio de homossexuais, aqui também considerados vítimas da homofobia por assédio, *bullying*, *trollagem* ou outras formas de violência simbólica ou psicológica. A entidade baiana mostra que 44% dos suicidas homossexuais tinham menos de 30 anos de idade. Assim, não somente o preconceito por orientação sexual é um fator de risco, mas também, a morte atinge as vítimas exatamente no momento em que são adultos jovens, especialmente do sexo biológico masculino⁴⁹. A juventude é um momento de maior exposição, afirmação de identidades e escolhas pessoais, o que impacta fortemente a interrupção de vida destas vítimas em específico.

Preocupados com o desfavorecimento sistemático de certos grupos sociais, e comparando as diferentes regiões do país, a SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, a SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE e o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015) produziram conjuntamente o índice IVJ – Violência e Desigualdade Racial (o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial), que possibilita diagnóstico da situação de vítimas no país⁵⁰.

O IVJ 2014 é um indicador sintético, que abrange

48. Taxa de esclarecimento de homicídios.

49. Há que se considerar que o fornecimento de dados raciais específicos aos *gays* é precário.

50. Observação: enquanto o IVJ – Violência usou o Censo IBGE, os demais usaram dados PNAD-IBGE. Desta forma, pode haver diferenças e incompatibilidades de informação.

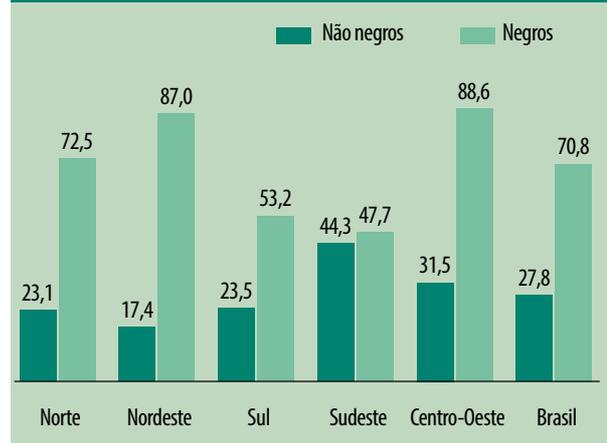
dimensões-chave como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, mortalidade por causas internas, mortalidade por causas violentas e valor do rendimento familiar médio mensal. Esses indicadores revelam o risco relativo dos jovens *negros* e *brancos* serem vítimas de homicídio, evidenciando o peso da desigualdade racial sobre a vulnerabilidade juvenil.

O trabalho de monitoramento da violência e da vulnerabilidade entre os jovens por meio dos índices citados fazem parte do Plano Juventude Viva, iniciativa do governo federal, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O Plano reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens *negros*, por meio da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para este público, baseando-se na premissa de que a vulnerabilidade é um fenômeno complexo que envolve diversas dimensões: educação; trabalho; família; saúde; renda; desigualdade racial.

Para possibilitar um mapeamento escalonado das dimensões, o Plano trabalha com escala de vulnerabilidade que vai de baixa vulnerabilidade (até 0,003) à vulnerabilidade muito alta (mais de 0,500). Nesta escala, os estados com maior valor na escala IVJ – Violência e Desigualdade Racial são Alagoas (0,608), Paraíba (0,517), Pernambuco (0,506), e Ceará (0,502).

No que toca a desigualdade de raça/etnia, os jovens *negros* têm maior risco de morrer por homicídio do que jovens *brancos* em todas as regiões do Brasil, de

Gráfico 3.4.3 – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes, na população jovem, por cor/raça, Brasil e regiões, 2012.



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012, Fórum Brasileiro de Segurança Pública apud SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015: Gráfico 3, p. 23).

forma mais acentuada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como poderemos observar no gráfico 3.4.3. Quando avaliamos os mesmos indicadores para os estados, podemos observar que em Alagoas, o risco de morte de um jovem *negro* é 8,75 vezes maior do que de um *branco* no mesmo estado. Em Pernambuco o risco é 11,57 vezes maior, na Paraíba, 13,40 vezes, e no Ceará, 4,01.

Os estados com menor valor na escala IVJ – Violência e Desigualdade Racial: São Paulo (0,200), Rio Grande do Sul (0,230), Santa Catarina (0,252), Minas Gerais (0,280), e Distrito Federal (0,294), sendo o Distrito Federal um caso particular à medida que, apesar de apresentar baixa vulnerabilidade juvenil, tem das maiores taxas de desigualdade para a mortalidade de jovens *negros* e *brancos*. A mortalidade

Tabela 3.4.4 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) 2014. Ranking dos municípios com mais de 100 mil habitantes, ano-base 2012.

Município	UF	Posição no ranking (2012)	Vulnerabilidade	IVJ Violência	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidente de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Cabo de Santo Agostinho	PE	1	Muito alta	0,651	0,782	0,52	0,604	0,78	0,578
Santo André	SP	244	Baixa	0,295	0,155	0,257	0,345	0,465	0,305
São Caetano do Sul	SP	288	Baixa	0,174	0,018	0,141	0,284	0,235	0,238

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012, Fórum Brasileiro de Segurança Pública apud SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015: Gráfico 3, p. 23).

do jovem *negro* no Distrito Federal é 6,53 vezes maior do que a do jovem *branco* (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2015).

A tabela 3.4.4 situa Santo André no contexto geral das cidades acima de 100 mil habitantes no país. A cidade está em 244º lugar em vulnerabilidade, estando entre os últimos colocados. Se comparados aos índices de 2010, ano base 2007, podemos observar que os indicadores demonstram melhora da situação de Santo André para todos os indicadores, alternando de vulnerabilidade média baixa para vulnerabilidade baixa, como se pode observar na tabela 3.4.6. Na tabela 3.4.5 se verifica que o estado de São Paulo também apresentou melhora em termos de redução de violência e de desigualdade de 2007 a 2012.

De acordo com o DATASUS (2010-2013), as causas externas são as principais causas de morte da faixa etária de 15 a 29 anos em Santo André,

Tabela 3.4.5 – Comparação IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2010 e 2014, Estado de São Paulo, anos-base 2007 e 2012.

UF	IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2007	IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2012	Varição (%)
SP	0,244	0,200	-18,0%

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014 (ano-base 2012); Fórum Brasileiro de Segurança Pública apud SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015: Anexo II, Tabela 14).

Tabela 3.4.6 – Comparação do IVJ – Violência 2010 e 2014, anos-base 2007 e 2012.

Município	Ranking 2012	IVJ Violência 2014 (ano-base 2012)	Ranking 2007	IVJ Violência 2010 (ano-base 2007)
Santo André	244	0,295	208	0,315

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014 (ano-base 2012); Fórum Brasileiro de Segurança Pública apud SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015: Anexo II, Tabela 14).

Tabela 3.4.7 – Número de vítimas de homicídio em Santo André, por faixa etária e tipo de homicídio, 2010 a 2013.

Faixa Etária	Homicídio qualificado e homicídio simples	%	Homicídio culposo	%	Homicídio culposo na direção de veículo automotor	%	Total
0 - 14 anos	3	1%	1	9%	5	4%	9
15 - 17 anos <i>jovem adolescente</i>	12	4%	2	18%	11	8%	25
18 - 24 anos <i>jovem-jovem</i>	54	20%	1	9%	39	29%	94
25 - 29 anos <i>jovem adulto</i>	44	16%	0	0%	19	14%	63
30 - 39 anos	87	32%	2	18%	24	18%	113
40 - 49 anos	46	17%	1	9%	14	10%	61
50 anos ou +	23	9%	4	36%	22	16%	49
Total	269	100%	11	100%	134	100%	414

Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

incluindo-se aí acidentes de transporte, disparo de arma de fogo e diversos tipos de agressão. A proporção de causas externas de morte para a faixa etária oscilou em 54% (2010), 59% (2011), 50% (2012), caindo vertiginosamente para 29% (2013). Em todos estes anos os números anuais absolutos de morte em Santo André para a faixa etária citada estão entre 206 e 224, sendo que mortes decorrentes de infecção por HIV não passaram de 5%. Se por um lado as doenças crônico-degenerativas típicas da velhice obviamente não podem atingir os jovens, por outro, este grupo etário é especialmente atingido pelo homicídio.

Para o quadriênio 2010-2013, percebe-se que 40% das vítimas de homicídio qualificado⁵¹ e homicídio simples⁵² (um total de 110 pessoas) são jovens (entre 15 e 29 anos), como podemos verificar na tabela 3.4.7. Entretanto, a presença de vítimas jovens é mais pronunciada nos homicídios culposos na direção de veículo automotor, em 51% num total de 69 pessoas. No que se refere de forma geral ao homicídio culposo, a proporção de jovens é baixa (27%), somando em três pessoas de 11 casos para o triênio. Percebe-se que nos acidentes de trânsito e onde há dolo, o jovem é nitidamente vitimizado. Na sociedade andreense, os jovens representam apenas 25% da população, mas

51. A pena para este tipo de homicídio é reclusão, de doze a trinta anos. De acordo com o Artigo 121 § 2º do Código Penal Brasileiro cada uma das características abaixo adicionam qualificadores ao homicídio: I - mediante pagamento ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil (como destempero ou briga); III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (como eliminação de testemunha). Tais qualificadores podem somar-se e combinar-se, assim aumentando a pena.

52. Segundo o Artigo 121 do Código Penal consiste em matar alguém, sem os qualificadores descritos em nota anterior para o homicídio qualificado.

Tabela 3.4.8 – Número de vítimas de homicídio em Santo André, por faixa etária, 2000 a 2012.

Ano	Fases etárias								Total
	0 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	> 60	Idade Ignorada	
2000	1	58	171	89	44	13	4	3	383
2001	6	53	144	73	41	9	6	3	335
2002	5	51	128	60	24	10	8	4	290
2003	7	48	132	65	31	9	5	1	298
2004	4	37	119	56	28	14	9	1	268
2005	0	28	69	39	17	6	5	0	164
2006	3	18	55	31	19	9	6	0	141
2007	1	7	40	22	13	9	2	3	97
2008	0	25	54	30	14	8	2	1	134
2009	2	6	58	22	17	7	4	2	118
2010	0	13	35	36	13	6	3	0	106
2011	0	7	40	25	11	5	1	1	90
2012	1	4	40	25	16	5	3	0	94

Fonte: SIM/DATASUS *apud* PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ (2015). Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

são 51% e 40% das vítimas dos casos de acidentes de trânsito e homicídio, respectivamente. Um dado que chama a atenção é que a faixa etária mais velha (acima de 50 anos) compõe 36% das vítimas de homicídio culposo. Do total de homicídios para o quadriênio (414), 44% são jovens (182 pessoas), como se pode observar pela tabela 3.4.7.

Na tabela 3.4.8, publicada pela Prefeitura de Santo André (2015), sobre homicídios no período 2000-2012, quando comparados os números absolutos de 2000 a 2012 para a faixa entre 15 e 29 anos, percebe-se que os números agregados para este arco etário em 2012 (4 + 40) é pelo menos cinco vezes menor do que para o ano 2000 (58 + 171), revelando tendência de queda. Tal

tendência se observa não só para a juventude, como para a população em geral também. No conjunto da população, o valor de 2012 (94) é pelo menos quatro vezes menor do que o valor de 2000 (383).

Ainda referindo-se à mesma tabela, podemos observar que a cada ano o percentual de jovens de 15 a 29 anos assassinados oscilou entre 47% e 60% de todas as vítimas, e que a partir de 2004, a queda da presença relativa do jovem foi acentuada. Para o período de doze anos (2000-2012) houve um total de vítimas de 2.518 pessoas em Santo André, das quais 57% eram jovens (1.440 pessoas), o que torna esta parcela da população, apesar da diminuição das taxas, um grupo bastante significativo.

Tabela 3.4.9 – Número de vítimas de homicídios em Santo André segundo cor/raça, 2010 a 2013.

Cor/raça	Homicídio qualificado e homicídio simples	%	Homicídio culposo	%	Homicídio culposo na direção de veículo automotor	%	Total
Não negra	186	59%	10	91%	81	63%	277
Negra	131	41%	1	9%	48	37%	180
Total	317	100%	11	100%	129	100%	457

Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

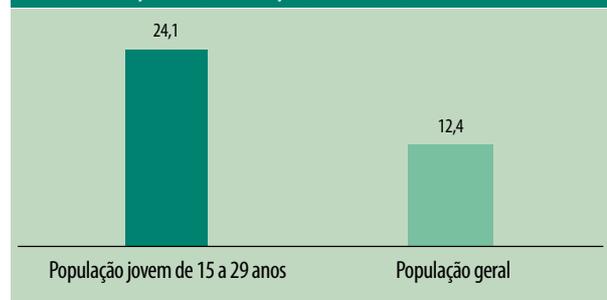
A questão racial também está fortemente colocada na caracterização das vítimas de homicídio em Santo André entre 2010 e 2013, sendo as vítimas *não negras* apenas maioria em homicídio culposo (91% de um total de 11 pessoas). Contudo, no que tange ao homicídio qualificado/simples e as mortes que envolvem direção de veículo automotor, a proporção de *negros* é de 41% e 37%, respectivamente. Além disso, *negros* são 39% das vítimas de todos os tipos de homicídio, num total de 180 pessoas para 457 casos, como podemos observar na tabela 3.4.9. O *negro* é, assim, mais vulnerável ao homicídio, visto que o total da população *negra* em Santo André é de apenas 27,6%, número proporcionalmente menor ao número relativo de vítimas *negras*.

Levando-se em consideração a taxa de homicídios por 100 mil habitantes para a população geral de Santo André, obtém-se o índice 12,4. Entretanto, considerando-se os homicídios entre jovens com 15 a 29 anos da cidade, encontra-se taxa de 24,1 para cada 100 mil habitantes – o que revela praticamente o dobro da vitimização para o referido grupo etário. De outra forma,

Tabela 3.4.10 – População por cor/raça agrupada, Santo André, estimativa 2013.

Cor/ Raça agrupada	Nº	%
Não negra	510.297	72,4
Negra	194.645	27,6
Total	704.942	100,0

Fonte: Dados do Censo IBGE 2010, estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 3.4.4 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, Santo André, 2011 a 2013.

Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

enquanto os jovens de 15 a 29 anos representam 25% da sociedade andreense, 33% das vítimas de homicídios em Santo André são deste grupo

Tabela 3.4.11 – Número de vítimas de homicídios em Santo André segundo sexo, tipo de homicídio, cor/raça, 2010 a 2013.

Sexo	Homicídio qualificado e homicídio simples		Homicídio culposo		Homicídio culposo na direção de veículo automotor		Total
	Não negra	Negra	Não negra	Negra	Não negra	Negra	
Feminino	27	7	3	0	23	10	70
	39%	10%	4%	0%	33%	14%	100%
Masculino	158	120	7	1	58	38	382
	41%	31%	2%	0%	15%	10%	100%
Indefinido	1	4	0	0	0	0	5
	20%	80%	0%	0%	0%	0%	100%
Total	187	131	10	1	81	48	459

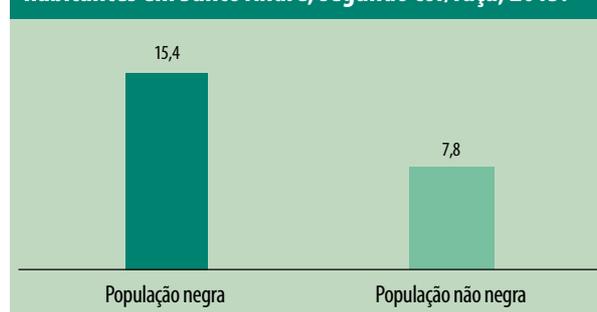
Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

etário, informação que elucida o quanto a violência desfavorece a juventude.

No que tange a cor/raça, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes para a população *não negra* é de 7,8, ao passo que para a população *negra* é de 15,8 – o dobro. Entre os jovens, a vulnerabilidade do *negro* é ainda mais exacerbada. Enquanto a taxa de homicídio para os jovens *não negros* é de 8,3 por 100 mil habitantes, a dos jovens *negros* é 25,6 – ou seja, mais do que o triplo. E quando combinamos gênero, e cor/raça para o quadriênio, notamos que o homem atinge os maiores números para todos os tipos de homicídio e que, embora em termos absolutos, seja a parcela da população *não negra* mais vitimizada, em termos relativos é o homem *negro* a maior vítima, como podemos observar na tabela 3.4.11.

Analisando o arco etário entre 15 e 29 anos, em diferentes tipos de homicídios, chega-se às seguintes conclusões: em homicídio qualificado/

Gráfico 3.4.5 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Santo André, segundo cor/raça, 2013.



Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

simples há 110 vítimas, das quais 44% são jovens *negros*. Há, por sua vez, uma pequena presença do homicídio culposo: três casos, sendo todos *não negros*. Dentre os jovens mortos por homicídio culposo na direção de veículo automotor somam-se 65 casos, sendo que 38% são vítimas *negras*. Os dados mais uma vez revelam proporção maior do

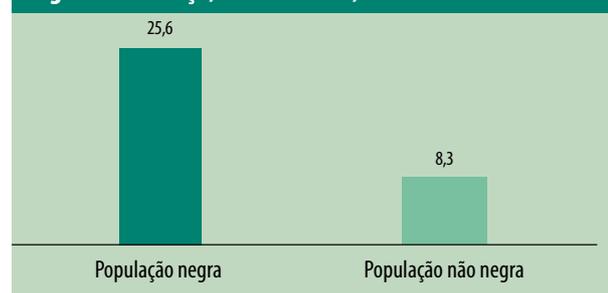
Tabela 3.4.12 – Número de vítimas de homicídios em Santo André segundo faixa etária e cor/raça, 2010 a 2013.

Faixa etária	Homicídio qualificado e homicídio simples		Homicídio culposo		Homicídio culposo na direção de veículo automotor		Total
	Não negra	Negra	Nãonegra	Negra	Não negra	Negra	
0 - 14 anos	2	1	1	0	3	2	9
	8%	11%	11%	0%	33%	22%	86%
15 -17 anos <i>jovem adolescente</i>	5	7	2	0	4	6	24
	21%	29%	8%	0%	17%	25%	100%
18 - 24 anos <i>jovem-jovem</i>	30	22	1	0	25	13	91
	33%	24%	1%	0%	27%	14%	100%
25 - 29 anos <i>jovem adulto</i>	29	15	0	0	11	6	61
	48%	25%	0%	0%	18%	10%	100%
30 - 39 anos	51	35	1	1	10	11	109
	47%	32%	1%	1%	9%	10%	100%
40 - 49 anos	31	13	1	0	9	4	58
	53%	22%	2%	0%	16%	7%	100%
50 anos ou +	19	4	4	0	18	3	48
	40%	8%	8%	0%	38%	6%	100%
Total	167	97	10	1	81	45	400

Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

negro como vítima de homicídio do que como parte da juventude, e podemos mais uma vez observar que as vítimas *negras* e jovens estão mais presentes onde há o dolo ao matar (tabela 3.4.12).

Em 2000, estimava-se que 4,5% dos homens de 15 anos não chegariam aos 30 anos. De acordo com dados do mesmo ano, no Brasil, nascer mulher *branca*, não importando onde, poderia significar 14 anos a mais de vida do que nascer homem no nordeste, não importando a cor. Entretanto, em mão contrária às estimativas, o alcance de maior esperança de vida ao nascer para ambos os sexos foi uma mudança

Gráfico 3.4.6 – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes na população jovens de 15 a 29 anos, segundo cor/raça, Santo André, 2013.

Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

importante, e dessa forma, lidamos hoje com uma realidade relativamente melhor. Porém, pudemos observar como ainda, e de forma contundente, “o encarceramento e as mortes violentas no país estão focalizados na população jovem e *negra*, o que indica sua seletividade etária e racial” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015). Em Santo André, se for feita uma singularização do grupo jovem (entre 15 e 29 anos de idade) e *negro*, constatar-se-á que somente ele representa 19% de todas as vítimas de homicídios na cidade.

Observando-se o método de territorialização dos dados adotado para este trabalho, podemos averiguar como as informações sobre homicídio se conformam na cidade, e de forma geral, pode-se observar como as regiões Norte e Sul I de Santo André se destacam com os mais altos índices.

Podemos observar que 29% dos homicídios registrados ocorrem na Região Norte da cidade, território que engloba as áreas de ponderação Camilópolis, Parque das Nações, Parque João Ramalho, Santa Terezinha, Parque Capuava, Parque Novo Oratório e Parque Oratório. Essa região é a área mais populosa de Santo André, mas também a área com maior participação relativa de pessoas com 50 anos ou mais (27,6%). Dessa forma, em uma região de população mais velha pronunciada, mostra-se com mais clareza a vitimização do jovem. A região Sul I, que compreende Vila Luzita, Jardim Santo André e Cata Preta, por sua vez, apresentou 62 casos,

Tabela 3.4.13 – Ocorrência de homicídios por tipo em Santo André segundo região da cidade, 2010 a 2013. ⁵³

Região da cidade	Homicídio qualificado e simples	%	Homicídio culposo	%	Total
Centro	50	15%	1	9%	51
Leste	41	13%	1	9%	42
Norte	96	30%	3	27%	99
Oeste	56	17%	1	9%	57
Sul_I	57	18%	5	45%	62
Sul_II	7	2%	0	0%	7
Sem Id*	18	6%	0	0%	18
Total	325	100%	11	100%	336

Fonte: Elaboração DISE/SOPP/PSA a partir dos microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. * Sem identificação.

ou 18% do total da cidade para o quadriênio, como podemos observar na tabela 3.4.13. Ali há a maior proporção de crianças e jovens da cidade, em uma das maiores taxas de vulnerabilidade para o grupo etário. O jovem desta região sofre vitimização econômica e da violência.

A Região Sul II, que corresponde à área de ponderação Parque Andreense, é a área menos populosa, e também onde ocorrem menos homicídios em termos absolutos – sete casos, correspondendo também à menor proporção (2%) em relação ao total da cidade.

A grande maioria dos homicídios para o quadriênio 2010-2013 consiste em homicídios qualificados e simples (325 casos), com destaque

53. A tabela não considera homicídios culposos na direção de veículo automotor.

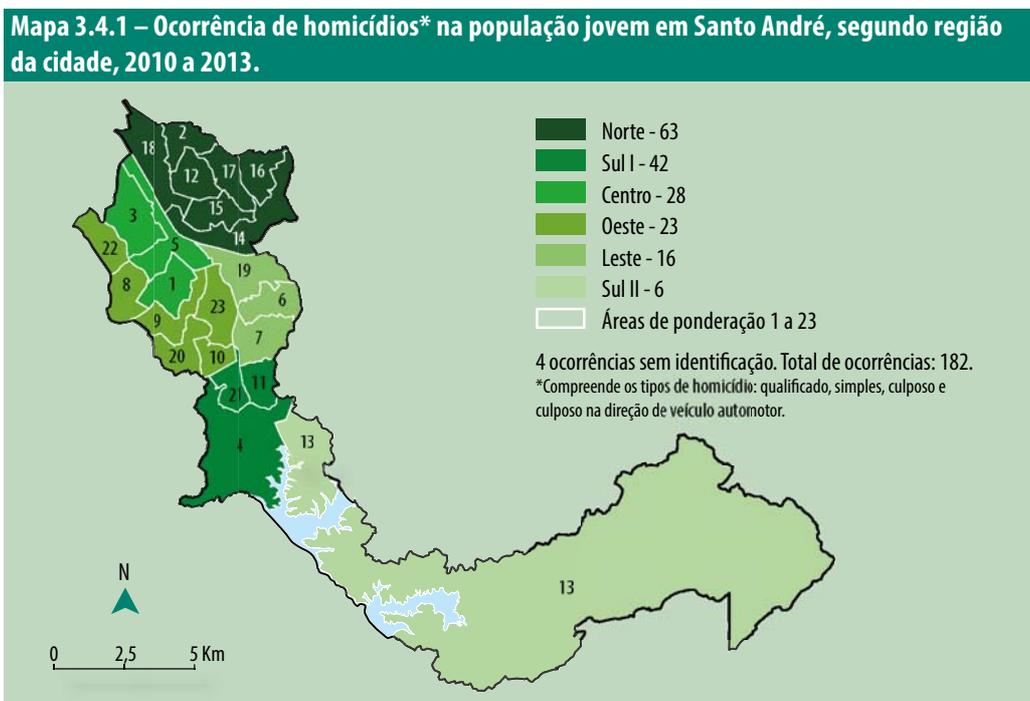
Tabela 3.4.14 – Ocorrência de homicídios por tipo em Santo André segundo região da cidade, 2010 a 2013.

Região da cidade	Homicídio qualificado e homicídio simples	%	Homicídio culposo	%	Homicídio culposo na direção de veículo automotor	%	Total	%
Norte	96	31%	3	27%	51	39%	150	33%
Sul I	57	19%	5	45%	24	18%	86	19%
Centro	50	16%	1	9%	24	18%	75	17%
Oeste	56	18%	1	9%	5	4%	62	14%
Leste	41	13%	1	9%	15	12%	57	13%
Sul II	7	2%	0	0%	11	8%	18	4%
Total	307	100%	11	100%	130	100%	448	100%

Fonte: Microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

para a Região Norte, com 96 casos, ou 30% de todos os homicídios qualificados/simples da cidade. Se aos números relativos aos homicídios qualificados/simples e culposos, forem somados os homicídios culposos na direção de veículo automotor, a Região Norte novamente aparece com o maior número de casos: 150 homicídios, ou 32% do total da cidade, como se pode observar na tabela 3.4.14.

Ao observarmos o número total de homicídios por região da cidade, agora entre a população jovem de 15 a 29 anos, percebemos que as regiões em que há maior número de homicídios para a população em geral, também se confirmam para este grupo etário, evidenciando-se novamente as regiões Norte e Sul I com os maiores números de ocorrências, conforme mapa 3.4.1.



Fonte: Secretaria de Segurança Pública para o Estado de São Paulo. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

3.5 OS JOVENS

de Santo André no Bolsa Família

Neste capítulo, apresentamos perfil do jovem beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF), principalmente do jovem titular do programa. Para tal, utilizaremos o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), base de dados que armazena e atualiza as informações das famílias brasileiras de baixa renda – no caso aquelas que vivem com até meio-salário mínimo.

O CadÚnico é uma importante ferramenta de gestão de informações sociais, demográficas e econômicas, por meio da qual é possível conhecer características das famílias e pessoas relegadas a formas extremas de

pobreza e, com isso, auxiliar a administração pública na composição de políticas sociais voltas a essa camada da população. Nesse sentido, as informações do CadÚnico também permitem identificar potenciais beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF, um programa de transferência de renda direcionado às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, que toma como parâmetros as famílias com renda per capita até R\$154.

Segundo a última atualização do CadÚnico, base de 2015, Santo André contabiliza mais de 123 mil pessoas cadastradas, ou 42.323 famílias, das quais 17.771 famílias são beneficiárias do PBF. Estas agrupam,

entre beneficiários diretos ou indiretos, mais de 55 mil pessoas que estão na situação de pobreza e extrema pobreza. Desse universo de beneficiários, 25,2% são jovens de 15 a 29 anos, conforme mostra a tabela 3.5.1.

Entre o conjunto de beneficiários de 15 a 29 anos, 3.992 (23,8%) detêm a titularidade do PBF, como contido na tabela 3.5.2, evidenciando que eles são responsáveis pelo domicílio. Em larga maioria são as mulheres jovens as titulares do cartão, em torno de 94,4% dos casos (3.769 pessoas). Vale destacar que atualmente, em Santo André 91,1% dos titulares para todas as faixas etárias são mulheres (15.973 pessoas).

No arco etário que vai de 15 a 29 anos, a faixa etária com maior número de titulares é a de 25 a 29 anos, somando mais de 2 mil pessoas, das quais 94% são mulheres, como ilustra a tabela 3.5.2. Ainda com relação aos jovens titulares do benefício, mais de 1.400 (33%) residem na zona Sul I da cidade, espaço com grande concentração de domicílios extremamente pobres (famílias com renda *per capita* até R\$ 77,00), como mostra o mapa 3.5.1 a seguir.

Como aponta o gráfico 3.5.2 da página 90, a maioria dos titulares se autodeclara *negro*, sobretudo nas faixas juvenis, cujos percentuais chegam a 60%, com exceção do grupo *jovem adolescente* (15 a 17 anos), em que a composição é de 52% de *não negros* e 47,8% de *negros*. No conjunto da população de Santo André, as pessoas que se autodeclararam *negras* chegam a 27,6%, e os jovens

Tabela 3.5.1 – Distribuição de pessoas beneficiárias do PBF segundo faixa etária, em Santo André, em 2015.

Faixa etária	Número	%
0-14 anos	23.514	42,3
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	4.787	8,6
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	5.887	10,6
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	3.298	6,0
15 a 29 anos	13.972	25,2
30-39 anos	7.926	14,3
40-49 anos	5.372	9,7
50 anos ou +	4.585	8,2

Fonte: CadÚnico, 2015. Elaboração: DISE/SOPPP/PSA.

de 15 a 29 anos com estas características representam 31,3% da população. Desse modo, evidencia-se que, nas camadas mais empobrecidas da população andreense, há diferenciais de incidência tanto de pobreza quanto de indigência entre *negros* e *brancos*.

Dos 3.992 jovens de 15 a 29 anos titulares do PBF, 83% são indivíduos responsáveis por famílias em situação de extrema pobreza⁵⁴, ou seja, com renda per capita até R\$ 77,00, e 17% (687 jovens responsáveis pelo domicílio e/ou famílias) responsáveis por famílias em situação de pobreza, ou seja, com renda per capita de R\$ 77,01 até R\$ 154,00.

Com relação aos titulares para todas as faixas etárias, 39% declara ter trabalho (6.763 responsáveis pelo benefício), e, entre estes, 17% (1.116 pessoas) são jovens

54. Consideramos, para efeito de análise, a renda média familiar declarada no momento em que a pessoa foi cadastrada no CadÚnico. Isto quer dizer que são famílias de baixa renda, com crianças e adolescentes. “O valor do benefício é definido de acordo com a composição familiar e respectiva renda *per capita*”.

de 18 a 29 anos de idade. Daqueles beneficiários titulares que estão em situação de desemprego, entre outras situações, parte está buscando trabalho e parte ocupa seu tempo no cuidado das crianças. Esse dado desconstrói o argumento equivocado de preconceito e desinformação que atribui ao beneficiário o desinteresse em trabalhar, e segundo o qual, o PBF seria um desincentivo à sua participação no mercado de trabalho.

A grande incidência de desemprego verificada entre os titulares do programa (10 mil casos), especialmente no caso das mulheres que são sua maioria, está fundamentalmente relacionada à falta de oportunidades de emprego que afeta intensamente determinados estratos da classe trabalhadora, assim como os beneficiários do PBF. E estudos apontam que também é menor a taxa de ocupação das mulheres beneficiárias titulares e que estas, quando estão trabalhando, tendem a “ajustar sua carga semanal de trabalho às custas da formalização do vínculo, por opção de buscar trabalho com jornada menor ou desconhecimento da compatibilidade entre ter carteira assinada e ser beneficiária do PBF”.⁵⁵

No seu desenho de política de enfrentamento à miséria, o PBF vincula a transferência de renda à formação profissional com vistas a investir na melhoria de qualidade da inserção no mercado de trabalho, criando condições para que a parte mais frágil e vulnerável do conjunto de trabalhadores possa laborar em setores mais estruturados da economia.

Tabela 3.5.2 – Distribuição de titulares do PBF segundo faixa etária e sexo, Santo André, 2015.

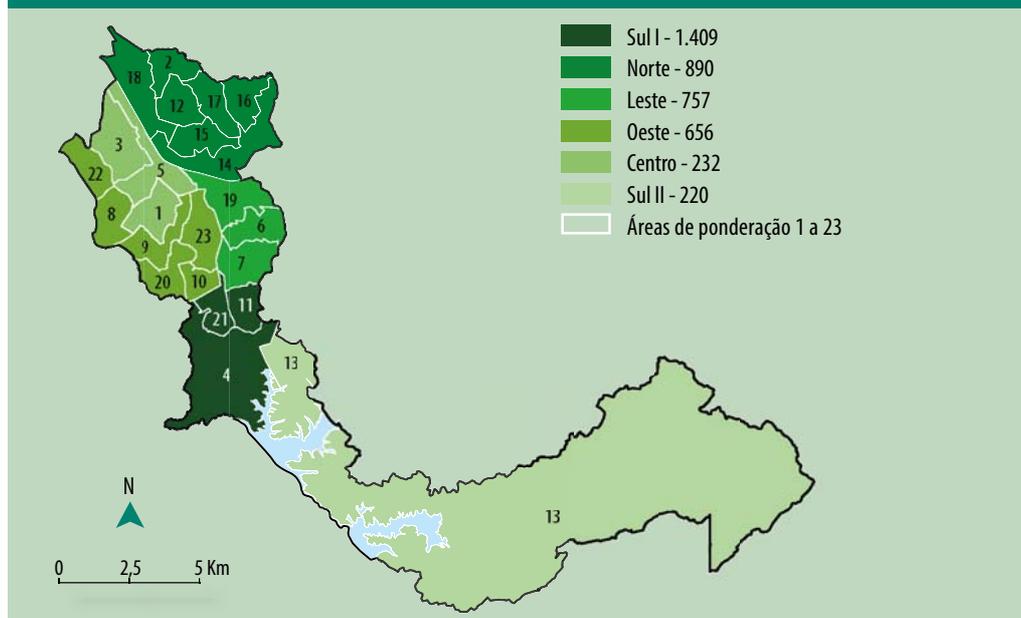
Faixa etária	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
15-17 anos <i>jovem adolescentes</i>	0	23	23
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	88	1.541	1.629
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	142	2.439	2.581
15 a 29 anos	223	3.769	3.992
30-39 anos	324	5.896	6.220
40-49 anos	367	3.682	4.049
50 anos ou +	643	2.626	3.269
Total	1.557	15.973	17.530

Fonte: CadÚnico, 2015. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Analisando o grupo etário juvenil, nota-se que esses beneficiários estão marcados pela informalidade e por formas de ocupações atípicas, revelando, por sua vez, o que tem sido uma estratégia de sobrevivência entre as camadas da classe trabalhadora mais empobrecida, como se pôde observar em estudos a respeito do trabalho informal (MATSUO, 2009). De forma genérica, esse tipo de inserção tende a estar associado aos piores rendimentos, além do fato de que o trabalhador nesta condição sofre com a *desproteção social*, sobretudo a previdenciária. Outra característica associada está relacionada à população economicamente autônoma (trabalhadores por conta própria, bico), que possui tipo de inserção em relações capitalistas de “assalariamento disfarçado”, onde os ganhos costumam ser incertos. Este tipo de inserção

55. Impactos do Programa Bolsa Família: uma síntese dos principais achados, p.186. In: *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (orgs.). Brasília: Ipea, 2013.

Mapa 3.5.1 – Distribuição de número de titulares do PBF de 15 a 29 anos por região da cidade, Santo André, 2015.



Fonte: CadÚnico, 2015. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

concentra grande maioria dos beneficiários dos grupos etários de 18 a 24 anos (87,6%) e de 25 a 29 anos (81,6%), como ilustra a tabela 3.5.3 a seguir.

Quanto ao grau de qualificação do titular do programa na faixa de 15 a 29 anos, ilustrado no gráfico 3.5.2, percebe-se que o nível é médio. Praticamente 62% declararam ter chegado à qualificação média (Ensino Médio completo ou incompleto), ao passo que não chega à cifra de 1% aqueles que acessaram a alta qualificação (Ensino Superior completo ou incompleto).

Apenas 2,3% dos titulares juvenis declararam não saber ler e escrever, praticamente a mesma taxa

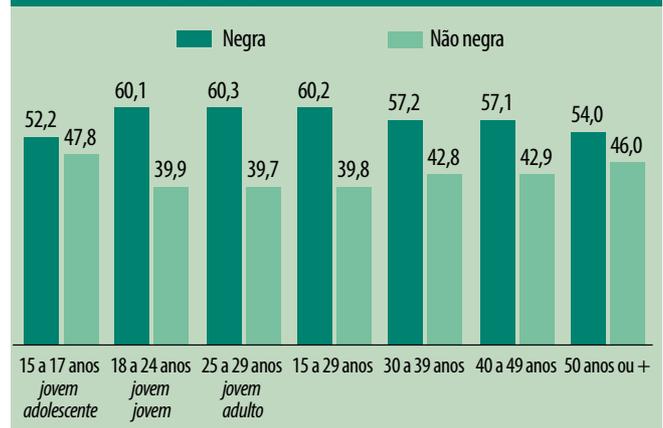
(2,1%) foi constatada para o conjunto da população de Santo André de 15 a 29 anos de idade, conforme foi ilustrado no capítulo relacionado à temática Educação deste estudo. Como discutido no Diagnóstico socioeconômico de 2013 (PSA – PPA 2014 - 2017), o capitalismo para expandir requer que a população economicamente ativa tenha no mínimo a mesma escolaridade básica, sem a qual o avanço não é possível. Entre outras causas e além dos aspectos positivos relacionados à alfabetização, esta é uma forma de justificar o declínio das taxas de analfabetismo, principalmente entre os trabalhadores e entre aqueles que são beneficiários do PBF. Quanto maior o nível de

escolaridade de um trabalhador, maior a sua capacidade de desenvolver tarefas mais complexas, e isso tende a ampliar, no interior da classe trabalhadora, os quadros mais qualificados da força de trabalho.

A camada de trabalhadores pertencente ao PBF, pela sua condição social, costuma possuir menor qualificação. Essa situação explica porque essa população está mais exposta a acessar condições de trabalho precárias, e de forma muito recorrente em setores da economia com baixa produtividade, onde predominam as longas jornadas de trabalho, falta de proteção social e risco de acidentes. Este fato tende a dificultar a superação da pobreza, pois atuando em setores de atividade com menor dinamismo econômico, esses trabalhadores estão mais sujeitos aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho. De outro lado, e como já foi exposto, também é fato que parte do estrato de trabalhadores pertencentes ao PBF, por desconhecer que não existe incompatibilidade entre carteira assinada (formalidade das relações de trabalho) e o programa, se ajusta ao trabalho autônomo, conta-própria, bico, temporário, trabalhos realizados informalmente mas não menos desvinculados da economia capitalista, um tipo de intensificação e exploração do trabalho, característicos da mais-valia absoluta.

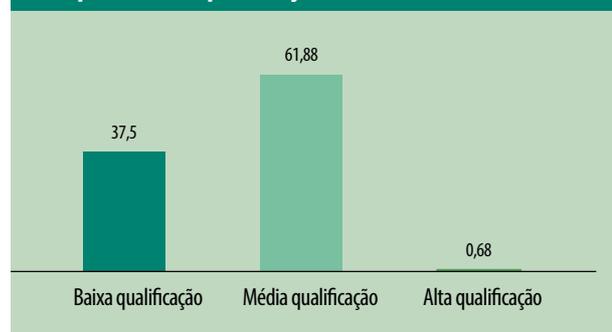
O PBF, por sua vez, revela-se importante mecanismo para as famílias e indivíduos enfrentarem as vicissitudes do mercado de trabalho no que concerne aos aspectos materiais. A esse respeito, informações colhidas do CadÚnico revelam que o PBF criou condições, no sentido econômico, e possibilitou

Gráfico 3.5.1 – Distribuição de titulares do PBF segundo faixa etária e cor/raça agrupada, Santo André, 2015, (%).



Fonte: CadÚnico, 2015. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Gráfico 3.5.2 – Distribuição dos titulares do PBF de 15 a 29 anos por nível de qualificação*, Santo André, 2015, (%).



Fonte: CadÚnico, 2015. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

*Nota: titulares com Ensino Fundamental completo ou incompleto foram classificados como de baixa qualificação, aqueles com Ensino Médio completo ou incompleto foram classificados como de qualificação média, e aqueles com algum tipo de Ensino Superior, foram classificados como de alta qualificação.

que 55% dos jovens de 15 a 29 anos titulares do programa deixassem a situação de extrema pobreza. Assim, entre as famílias com maior vulnerabilidade socioeconômica, os efeitos do benefício monetário já podem ser sentidos no cotidiano, em termos de erradicação da fome e estrutura organizacional da vida (como estimular os filhos a estudar, procurar se qualificar profissionalmente e buscar melhor inserção ocupacional).

Sob o aspecto educacional, percebe-se, em Santo André, um efeito positivo do PBF sobre a frequência escolar dos jovens de 15 a 17 anos, pois este grupo etário registra a menor taxa dos jovens que não estudam, nem trabalham, como foi constatado no capítulo que se dedica ao assunto⁵⁶. Tal aspecto diz respeito à existência da condicionalidade vinculada ao recebimento do benefício pela qual as famílias beneficiárias que possuem como membros jovens nesta faixa etária precisam garantir, no mínimo, 75% de frequência escolar destes adolescentes. Segundo relatório do MDS, os beneficiários entre 16 e 17 anos tem frequência escolar de 75% e os que estão na idade entre 6 a 15 anos apresentam frequência de 85% das aulas, um efeito positivo na redução das chances de crianças e adolescentes não estudarem.

A articulação do PBF a outras ações – no caso, elevação de escolaridade e ampliação das habilidades laborais –, aliada a questões macroeconômicas, como

Tabela 3.5.3 – Distribuição dos titulares do PBF segundo posição na ocupação, Santo André, 2015, (%).

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Faixa etária		
	18-24 anos jovem-jovem	25-29 anos jovem adulto	30 anos ou +
Trabalhador por conta própria bico autônomo	87,6	81,6	75,7
Trabalhador temporário em área rural	0,0	0,0	0,2
Empregado sem carteira de trabalho assinada	1,4	0,9	0,8
Empregado com carteira de trabalho assinada	10,2	14,5	19,6
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	0,6	2,1	2,3
Trab. domestico com carteira de trabalho assinada	0,0	0,6	1,1
Trabalhador não-remunerado	0,0	0,0	0,0
Militar ou servidor público	0,0	0,0	0,1
Estagiário	0,0	0,3	0,1
Aprendiz	0,3	0,0	0,0

Fonte: CadÚnico, 2015. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

crescimento da economia e expansão do mercado de trabalho, pode ampliar as perspectivas de vida do estrato social mais desfavorecido do ponto de vista socioeconômico e lhe possibilitar alçar condição de existência material e simbólica em outro patamar, do qual as chances de queda são menores.

56. No total de 28 mil jovens de 15 a 17 anos residentes de Santo André, 6,15% (1.837) encontram-se na situação de *nem-nem*. Na faixa de 18 a 24 anos de idade, o percentual de casos é maior, chegando a 18% de um total de 66 mil jovens. Enquanto que na faixa de 25 a 29 anos de idade, os casos em situação de *nem-nem* chegam a 17% de um total de 52 mil jovens.



Nanchi
Projeto Santo André, Cidade Grafitti, 2015.

4

de quando as transições são negadas

"O problema do menor é o maior"
Carlito Maia¹

Esta publicação não busca encerrar o debate, nem pretende cobrir todos os aspectos da discussão sobre os jovens e a redução da maioridade penal, mas procura olhar para esta época da vida que é a juventude por diversos pontos de vista, com o objetivo de trazer à tona informações que possam subsidiar a argumentação, de forma cuidadosa e responsável. Até o momento, a publicação se ocupou de informações sobre a violência sofrida pelo jovem, em diversos âmbitos de sua vida. De outro lado, quando a violência é cometida pelo jovem, há diversas questões também a serem analisadas.

1. *Apud* DIAS (2015).

No que tange ao menor infrator, há diversos pontos a serem observados, além daqueles suscitados ao longo do trabalho, para a juventude de forma geral. SILVA e OLIVEIRA (2015) ressaltam alguns assuntos importantes da discussão como a existência de certas características dos adolescentes em conflito com a lei e o tipo de delito; a constatação de que a impunidade é um mito, visto a existência de um sistema de justiça juvenil; a violação dos direitos dos jovens nas unidades socioeducativas; bem como os avanços já conquistados nas estratégias de liberdade assistida e prestação de serviços comunitários da Política Nacional de Assistência Social, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Entre as características comuns aos menores infratores, Ariel de Castro Alves resalta a desagregação familiar como importante fator de vulnerabilidade (BRASILINO, 2015). Neste sentido, pode-se enfatizar, entre outros aspectos, que em muitos casos de famílias que possuem como membro um menor infrator, o pai é ausente, quando não fisicamente, o é em seu papel de educador.

Com relação à desigualdade na distribuição de oportunidades, a Prefeitura de Santo André (2013) destaca esta como uma causa geradora de ambiente de desagregação. Tal ambiente contribui para a violência, que é intensificada nos centros

onde a segurança pública é precarizada. No caso de Santo André, a região Norte é a mais atingida pelo homicídio e a região Sul I destaca-se como a que oferece a maior vulnerabilidade para o jovem. SILVA e OLIVEIRA (2015) identificam relação entre o ato infracional juvenil e a desigualdade social no Brasil, observando-se como fragilidades de renda, escola e trabalho de grande parte dos adolescentes brasileiros evidenciam dívida social do Estado e da sociedade com jovens entre 12 e 18 anos incompletos.

Aliados aos fatores familiares e sociais, os aspectos psicológicos também devem ser levados em consideração. A psicanalista Ana OLMOS (2015) resalta a importância do consumismo como cultura que acentua a exclusão. Violência (real ou simbólica) ao psiquismo do jovem, situações que engendram a vergonha e crianças forçadas a deixar as brincadeiras precocemente podem ser listadas. A sociedade conservadora oferece o seguinte argumento: “Se a culpa é da situação a que os jovens estão submetidos, então por que nem todos se tornam infratores?”. O que está sendo esquecido ou sequer imaginado nesta visão é que a maioria dos infratores tem origem em situações de desestruturação econômica e familiar. Além disso, segundo José Nildo Alves Cardoso, nenhum menor de idade entra em conflito com a lei sozinho, havendo sempre um adulto a fornecer-lhe drogas ou armas.

4.1 da onda conservadora

“Os culpados pela violência no Brasil não são os jovens, mas o Estado absolutamente omissivo na sua função de garantir direitos.”

Marina Dias (2015, p. 5)

“Reduzir a idade penal seria como reconhecer a incapacidade do Estado brasileiro em garantir oportunidades e atendimento adequado à juventude. Seria como um atestado de falência do sistema educacional e de proteção social do país!”

Ariel de Castro Alves²

Conforme assinalado por BRUM (2015), há um problema de cultura em relação à violência. Vivemos em uma cultura que separa os de dentro e os de fora. Trata-se da cultura dos condomínios, da cultura do medo e da propagação do clima de insegurança. Dentro deste pensamento, manipula-se o sentimento de medo da sociedade e apaga-se a responsabilidade do Estado, restando uma sociedade cada vez mais fundada em muros que, mesmo cada vez mais altos, um dia poderão não ser suficientes.

Considerando a imensa população carcerária brasileira, Paulo Sergio Pinheiro afirma: “Caso a reclusão fosse a solução, o Brasil deveria ser o paraíso da não violência” (In: RIBEIRO, 2015). Mesmo diante desta constatação, as medidas repressivas têm sido apresentadas ou até mesmo vendidas como a panacéia dos problemas de violência, escapando à percepção geral o fato de que tais medidas severas já ocorrem e que a impunidade da juventude é um mito. Ademais, pouco se conhece do que existe na lei. No caso da proposição da Proposta de Emenda à Cons-

2. *Apud* BRASILINO (2015, p. 8).

tituição (PEC) 171, por exemplo, ignora-se que no Brasil crianças e adolescentes em conflito com a lei já podem ser imputados a partir dos 12 anos de idade.

Marcelo Novaes (In: DIP, 2015), defensor público de Santo André, comenta a prática das revistas em instituições de encarceramento. Mais do que medidas de segurança, elas visam a docilização dos corpos e a submissão dos internos. A tortura já é realidade e o extermínio também já existe. Muitos adolescentes, mesmo que não considerados perigosos, são exterminados após serem liberados das medidas socioeducativas, podendo-se afirmar que adolescentes mais morrem do que matam, não existindo dados que sustentem o contrário.

Além desta violência concreta e incontestada, outra faceta, também violenta, e que está na base desta concepção é o esquecimento por parte da sociedade de sua responsabilidade constitucional para com os jovens, principalmente para com o jovem *negro*, especialmente atingido pelo homicídio e pelo encarceramento. Como parte desta visão, também se pode citar um simplismo na defesa da meritocracia, como uma lógica perversa que alimenta tais crenças e sustenta tal esquecimento. De acordo com o advogado José Nildo Alves Cardoso a ideia de que o fracasso e o sucesso de alguém dependem exclusivamente dessa pessoa leva à reprovação dos chamados “fracassados” da sociedade, e nesta lógica se chega à mencionada isenção da sociedade de sua responsabilidade sobre os fracassos. Frequentemente estão associados a esses conceitos valores de consumismo que reafirmam as desigualdades e culminam em revolta erroneamente atribuída ao “ímpeto juvenil”, o

que atribui mais desconfiança da sociedade em relação ao jovem.

Essas e outras questões levam a um debate desqualificado sobre a redução da maioridade penal passando ao largo das causas e desviando do foco (SILVA E OLIVEIRA 2015). A associação das causas da violência a pessoas más e doentes mascara o problema, criando-se cegueira principalmente para aquela violência que permeia o cotidiano em seu nível micro. Não é de se surpreender que, segundo o Datafolha, 87% da população do país se diga favorável à redução.

Outro fator que fortalece tal visão de mundo é o fato de que muito meios de comunicação de largo alcance populacional claramente criam duas categorias de jovem em suas matérias e notícias: uma aceita e tolerada, comumente chamada de jovem, *teen* ou adolescente; e outra rechaçada e desvalorizada, a quem se reportam como menor, marginal, infrator, delinquente ou mesmo bandido. O que diferencia as duas categorias é sua classe social, o que torna patente mais uma face do conservadorismo. A desigualdade socioeconômica assim se apresenta como a base real em que se sustenta a eliminação dos direitos de parte da população jovem, justificada pelo olhar desumanizado e que atribui, a este grupo específico, o estigma de problema determinante da violência na sociedade.

Como visto anteriormente, para BOURDIEU (1983) conceber o jovem como grupo homogêneo, com unidade de interesses e trajetórias, é manipular. No caso do conservadorismo brasileiro podemos afirmar em análise esta manipulação que confere caráter

jovem só a parte da sociedade, negando a juventude à outra parte. Para KEHL (2015), para quem “fácil é punir o filho dos outros”, o Brasil vem de uma tradição de violências, que mal puniu a escravidão de séculos passados e ditaduras do século XX, mas tem ganas e facilidade para punir os jovens infratores.

FOUCAULT (2007) já havia comentado a respeito da tolerância que a sociedade tem em relação aos crimes de colarinho branco e de quanto os pobres e delitos cometidos por eles são sujeitos ao controle, ganhando ênfase a proteção da riqueza. As tecnologias de poder e controle sobre o detento se sofisticaram, sendo o ano de 1.757 um marco visto que, com o desenvolvimento do Estado moderno na Europa, a pena adquiriu um novo significado: reformar e corrigir o preso. Entretanto, esse pensamento conservador mencionado se afeiçoa a modelo anterior ao século XVIII, época em que crueldades, torturas e vinganças emocionais eram abertamente aceitas na execução das penas.

Pode-se observar, do ponto de vista histórico, a existência de ondas de intolerância que atribuem a causa do crime ao indivíduo, como coloca TONRY (2006). Os criminosos são assim vistos como pessoas más e as leis como não suficientemente severas. E nestas percepções se fundamentam muitas mudanças de leis que desconsideram estatísticas sociais. Pode-se citar que, em tendência geral, houve no Estado de São Paulo, redução de homicídios, e que, por exemplo, a sociedade de forma geral parece ignorar o crime organizado como um dos reguladores do homicídio no Estado, que controla certos espaços da cidade e garante a manutenção da ordem (FELTRAN 2010),

fato que poderia ser considerado se observados estudos no tema.

Outra questão a ser esclarecida diz respeito aos tipos e incidência de crimes cometidos pelos menores. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de adolescentes no Brasil com idades entre 12 e 18 anos é de 22 milhões de pessoas. Destes, apenas 0,9% ou 20 mil, cometem atos infracionais, como podemos observar em dados do Conselho Nacional de Justiça. “Deste total, quase 10 mil (ou quase 50%) estão em São Paulo, conforme dados da Fundação Casa, sendo que deste número, 40% estão internados por ligação com drogas, enquanto que por atos gravíssimos, como homicídio, o percentual é de apenas 0,05%” (KRAUSS, 2015).

São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará são os estados com mais adolescentes privados de liberdade. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), distinguem este adolescente no Brasil (o menor infrator) como *negro*, do sexo masculino, entre 16 e 18 anos, que não frequenta a escola e vive em condições de miséria. O perfil dos adolescentes brasileiros que cumprem medidas socioeducativas abrange então as seguintes características:

- 95% são homens;
- 66% vivem em famílias extremamente pobres;
- 60% são *negros*;
- 60% têm de 16 a 18 anos;
- 51% não frequentavam escola na época do delito;
- as principais infrações são o roubo e o tráfico de drogas.

Em 2013, havia 23,1 mil menores privados de liberdade, dos quais 64% estavam cumprindo medidas de internação, a mais severa pena para esta faixa etária. Para SILVA e OLIVEIRA (2015) a aplicação de tais medidas não corresponde à gravidade dos atos cometidos.

A atitude do jovem é fonte de preocupação. A instabilidade, a insegurança e a violência da sociedade são atribuídas ao ímpeto juvenil, ignorando-se peculiaridades socioeconômicas (CAMARANO, 2006) e as realidades estatísticas sobre o menor infrator. Como colocado por SOUSA (2006), a juventude sofre uma crise de reconhecimento, em uma batalha contra o medo e a desconfiança que a sociedade lhe deposita.

Para CAMPOS, PHINTENER e COELHO (2012) o problema das concepções presentes nas políticas é que ainda reforçam o duplo estigma sofrido pelo jovem de origem pobre: o jovem como problema, ou como elemento inferiorizado e passivo. Desta forma, coloca-se como necessidade o rompimento com o paradigma que reflete lógicas unidimensionais, salvacionistas, redentoras, disciplinadoras e homogeneizantes, que podem se desdobrar em equívocos, outras formas de repressão e ampliação da violência, ao contrário do que manifestam suas intenções. Tais lógicas e políticas não estão estruturadas para lidar com a diversidade de dinâmicas do universo juvenil ou suas demandas.

4.2 dos sujeitos “matáveis”

A sociedade e a forma jurídica do poder soberano aceitam que certos membros da sociedade sejam desprovidos de direitos. Giorgio AGAMBEN (2002) analisa o caso dos oferecidos em sacrifício, dos que aguardam execução - na zona intermediária da lei, na zona entre a vida e a morte. Aparatos jurídicos dos mais diversos lugares usam as mais variadas justificativas, calcadas na lei, no costume, na ciência ou na religião, para tirar o direito do outro. Esse outro se torna o *homo sacer*, conceito com o qual o autor italiano trabalha e que em latim significa “homem sagrado”, o oferecido em sacrifício. O que se apresenta neste capítulo é um questionamento so-

bre o porquê a privação de direitos de alguns sujeitos é aceita pela sociedade.

Por que se aceitou o holocausto dos judeus na época da Segunda Guerra Mundial e por que hoje é aceito tacitamente sacrificar o jovem *negro* de periferia por meio dos homicídios são, em contextos diferentes, perguntas de mesma natureza. Com base no arcabouço teórico de AGAMBEN (2002), o delegado de polícia Orlando ZACCONE (2015), do Rio de Janeiro, desenvolve reflexão sobre o contexto policial brasileiro e se pergunta como são produzidos os sujeitos “matáveis”, ou os “indignos de vida”.

Para o delegado, muitas vezes a polícia olha para a violência contra o jovem praticada por ela mesma como “legal”. Segundo dados da Anistia Internacional de 2011, o Brasil, mesmo sem pena de morte oficial, executa mais do que os 20 países que adotam a pena capital. Enquanto nesses países foram executadas 676 pessoas no ano em questão, as polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo mataram juntas 961 pessoas, um número 42% maior. Há uma verdadeira política de extermínio, justificada em antecedentes criminais. E são agentes da lei que perpetram tais ações, muitas vezes amparados na justificativa da guerra contra às drogas (CENÁRIO MT, 2015).

O aparato policial brasileiro foi constituído ao longo dos séculos, em grande medida, com base na repressão aos negros (escravos, quilombolas, e homens livres da cidade), e é este aparato que, mais sofisticado tecnologicamente, é utilizado atualmente na repressão às lutas sociais e na eliminação dos “sujeitos matáveis”, em nome da proteção da sociedade. O próximo passo da lógica perversa é o acobertamento da violência policial através do engavetamento de processos que restam enquadrados como “autos de resistência”. Os “autos de resistência” são uma política da ditadura que se manteve, e que confirma a tese de AGAMBEN (2004) de que muitas políticas de estado de exceção se perpetuam. O Ministério Público arquivou todos os autos de resistência (308) entre 2003 e 2009 no Rio de Janeiro. Entre 2000 e 2014 resultaram desses autos quase 13 mil mortes. Dado importante é que 75,6% dos autos ocorreram em favelas e 78% dos que morreram eram “negros e pardos”, como atesta Zaccone em sua investigação (BARROS, 2015).

Outra faceta desta lógica que vem tentando se reinventar no Brasil com a redução da maioria penal é que, em meio à sensação de insegurança propagada nos grandes meios de comunicação, muitos lucram com o medo generalizado na medida em que ele aumenta a audiência de programas sensacionalistas e justifica a existência de empresas privadas de segurança e administração de presídios. É inevitável questionar, nesta lógica, as intenções da bancada parlamentar que sustenta a proposta de redução da maioria penal. Conforme apontado por DIP (2015), gestores de penitenciárias privadas e empresas de segurança financiam deputados, somando-se a eles os fabricantes de armas. Ariel de Castro Alves questiona a legitimidade desses políticos que, além de não oferecerem bons exemplos aos jovens, ainda colocam-se no direito de punir os adolescentes (BRASILINO, 2015). Assim, a “convicção” dos parlamentares de que a redução é uma solução eficaz para a violência no país parece estar em segundo plano, tornando-se mais forte a ambição pelo lucro político que podem obter ao oferecer, ao seu eleitorado, “culpados” e explicações simplificadas para problemas sociais complexos.

Além disso, como já foi citado anteriormente, há uma concepção errônea de que os adolescentes que cometem ato infracional ficam impunes. O advogado José Nildo Alves Cardoso explica que um adulto primário que comete roubo pode ser condenado a seis anos de prisão, e com o direito a progressão de 1/6, ficará no regime fechado no máximo por um ano. Já o adolescente pode ficar até três anos internado pelo mesmo crime. Três anos internado

representam uma condenação de 18 anos para um adulto segundo a Lei de Execução Penal, visto que adolescentes não têm direito a progressão da pena. E conforme visto, de acordo com o ECA, a partir de 12 anos completos o jovem já responde pelos seus atos, e se estes forem graves ou com ameaça, ele pode ficar internado por tempo indeterminado, po-

dendo cumprir a internação até completar 21 anos. As medidas socioeducativas aplicadas aos menores infratores podem ser de internação (“detenção”) de no máximo três anos, mais semi-liberdade por mais três anos, e liberdade assistida, também por um máximo de três anos, podendo chegar a 9 anos se acumuladas.

4.3 eca

25 anos

“O ECA é uma legislação prestigiada e elogiada por setores da organização Mundial da Saúde e da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Ela só precisa ser cumprida”

Clilton Guimarães, procurador de Justiça³

Além das questões expostas anteriormente, este capítulo abre uma janela para se pensar consequências da aprovação da imputabilidade do jovem com idade entre 16 e 18 anos, naquilo que diz respeito aos direitos previamente conquistados. Para Ariel de Castro Alves a proposta de redução da maioridade penal é um verdadeiro golpe no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴. Como proteger o menor de idade do abuso sexual, do trabalho in-

fantil e de outras formas de violação de direitos na medida em que ele pode ser julgado como adulto? Em meio a este debate, em 13 de julho de 2015, o ECA completou 25 anos, ocasião em que vale a pena analisar sua trajetória, avaliando êxitos e desafios.

Como já mencionado em capítulo anterior, o ECA (Lei 8.069/90) é um documento de direitos humanos que consolidou extremos avanços da so-

3. *Apud* CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTO ANDRÉ (2013, p. 3).

4. *Apud* FERRAZ (2015).

cidade brasileira em termos de reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, alterando significativamente as possibilidades de intervenções arbitrárias do Estado na vida dessa parcela da população. Após 25 anos de esforços de sua implementação, são reconhecidos progressos em algumas perspectivas, e outras questões ainda persistem e se colocam como desafios.

Com relação aos êxitos obtidos, percebem-se desde aquele momento, avanços na redução da mortalidade, do analfabetismo e do trabalho infantil no Brasil. Além disso, foram ampliados o acesso à escola/creche e as denúncias de violações dos direitos e de abusos. No que tange à mortalidade infantil, se em 1990 a taxa era de 47 para cada mil nascidos vivos, em 2014 era de 14,40 (IBGE, 2013). A mortalidade teria sido reduzida pelo aumento da cobertura vacinal, uso de terapia de reidratação oral, implantação do programa nacional de atenção ao pré-natal e aleitamento materno, e pelo crescimento do número de estabelecimentos de saúde. Também impactaram nesta redução melhorias nas condições ambientais de saneamento básico e higiene pública, incluindo-se ainda a redução da fecundidade, aumento do grau de escolaridade das mães e da renda familiar.

Sobre o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, o índice passou de 19,4 % em 1990 para 8,5 em 2013 (PNAD, 2013). No que se refere ao trabalho

infantil, considerando-se a porcentagem de pessoas entre 10 e 15 anos de idade na sociedade brasileira, se em 1992 a taxa era de 23,63%, em 2010 ela era de 1,9% (Censo IBGE, 2010). As denúncias de abusos no Disque 100, fruto da aplicação do ECA, aumentaram muito de 2011 a 2013, notando-se que praticamente dobraram as denúncias de negligência e violência sexual, e mais que triplicaram as denúncias de trabalho infantil. Com relação às denúncias de violação aos direitos humanos nos conselhos tutelares, em 2009 eram quase inexistentes, mas em 2014 somavam um total superior a 40 mil (D'AGOSTINO 2015)⁵.

De outro lado, este quarto de século também foi um período em que houve aumento das taxas de homicídio de crianças e adolescentes. Como apresentado por D'AGOSTINO (2015), em 1990, a taxa de homicídio de crianças e adolescentes (0 a 19 anos) era 7,7 assassinados a cada 100 mil, e em 2013, esse número sobe para 13,9. Sobre a taxa de homicídio de adolescentes especificamente (16 e 17 anos), se em 1990 eram 26,2 assassinados a cada 100 mil, em 2013 passa a ser 54,1⁶.

Critica-se o seu potencial não preenchido. Como argumenta DIAS (2015), o fracasso em reduzir a criminalidade advém justamente do não cumprimento do Estatuto, da precariedade das unidades de internação, e dos maus tratos e torturas. A mesma autora ain-

5. Dados do Sistema de Informações para Infância e Adolescência (Sipia), sistema do Governo Federal que reúne as queixas de conselhos tutelares existentes em municípios e estados.

6. *Mapa da violência: adolescentes de 16 e 17 anos* de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, divulgado em 2015 a respeito do Brasil.

da mostra que, de acordo com o Mapa do Encarceramento⁷, a Defensoria Pública está ausente em 72% das comarcas do Brasil. Lígia Cintra de Lima Trindade, defensora pública do Núcleo de Infância e Juventude, afirma que o “ECA nunca foi colocado em prática” – e que, como visto anteriormente, a impunidade é um mito (In: DIP, 2015).

O Artigo 228 da Constituição Federal de 1988 estabelece a inimputabilidade para o menor, e em 1990 o ECA estabelece um tipo específico de responsabilidade para o adolescente. Enquanto o adulto pode ser imputado por crime, para o menor trata-se de ato infracional. O sistema penitenciário brasileiro já enfrenta desafios para reinserir adultos na sociedade, e vale lembrar a séria questão da reincidência, que é um dos mais fortes argumentos contra a redução da maioridade penal.

Ariel de Castro Alves é muito claro ao dizer que, conforme dados do Ministério da Justiça, o sistema de internação para adolescentes tem reincidência ao crime muito menor do que o sistema prisional brasileiro. Enquanto os encarcerados têm reincidência de 70%, menores em medidas socioeducativas têm reincidência de 30%, sendo que no que se relaciona à Fundação Casa de São Paulo o índice é de 14%⁸.

Por mais que se apresentem problemas na Fundação Casa, para o advogado parece absurdo que o Estado retire os adolescentes de unidades de in-

ternação, onde são atendidos por educadores, psicólogos e assistentes sociais para colocá-los no que chama de “masmorras medievais” (BRASILINO, 2015: 6). Já é lugar comum definir as prisões como verdadeiras escolas do crime, e dizer que um preso sai de lá pior do que entrou. Encarcerar adolescentes é expô-los à influência de facções do crime organizado, e tirar do jovem a perspectiva de reeducação para oferecer-lhe a perspectiva da prisão parece uma medida irracional.

Dessa forma, a proposta de redução da maioridade penal fica na contramão das medidas mais efetivas de enfrentamento à violência, agrava o contexto de vulnerabilidade e reforça a discriminação racial e social. Além disso, vale dizer, de outra forma, que sua aprovação, por meio da manipulação do medo, trará mais insegurança à sociedade.

Outra questão a ser considerada é que a medida ferirá acordos de direitos humanos assumidos internacionalmente pelo Brasil, como por exemplo, a Convenção sobre os Direitos da Criança (Viena, 1990), nos artigos 1, 37 e 40 (ONU, 2015). Segundo o professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Roberto da Silva, o Brasil pode ter problemas junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), visto que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93 se reflete na perda de direitos de crianças e adolescentes. O assunto

7. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2015)

8. O índice de 14% de reincidência da Fundação Casa não considera os jovens que completam 18 anos e vão para o sistema prisional quando da prática de novos crimes.

tornou-se objeto de discussão da referida instituição que protocolou documento questionando a aprovação da proposta em primeiro turno.

Além disso, a PEC fere cláusulas pétreas internas e outros tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e dessa forma, os países da Organização das Nações Unidas (ONU) devem se posicionar sobre a adoção da medida. Ao todo são mais de 190 países integrantes da ONU, e caso a maioria destes países se oponha à ação, o Brasil poderá sofrer sanções e até mesmo ser expulso do sistema ONU por violação de acordos. Olhos internacionais estão voltados ao Brasil na questão dos direitos humanos desde os casos da chacina da Candelária, do Carandiru, de Eldorado dos Carajás e mais recentemente em 2015, no caso das chacinas de Osasco e Barueri na Grande São Paulo.

Conforme noticiado por BRASILINO (2015), a pesquisa Tendências do Crime, feita em 2012 pela ONU, ao analisar a legislação de 57 países, concluiu que apenas 17% deles adotam a idade penal inferior a 18. A ONU (2015) reconhece a importância do debate, e espera que o Brasil continue sendo líder regional e global em busca de respostas que assegurem direitos humanos e ampliem a cidadania. A organização diz apoiar o Brasil no compromisso de assegurar os direitos das crianças e adolescentes, e convoca um diálogo para construir conjuntamente alternativas para aprimorar o sistema atual.

Propostas alternativas à PEC 171 são discutidas, tais como Projeto de Lei para aumentar o tempo de internação de menores infratores, de autoria do governador de São Paulo Geraldo Alckmin. Para o advogado José Nildo Alves Cardoso, contudo, esta não é uma boa solução porque não prevê progressão da pena, à qual os adultos condenados podem ter direito. Assim, conforme visto, a pena de um adolescente que ficar internado por oito anos indeterminadamente equivalerá a uma condenação de 48 anos de um adulto. Desta forma, coloca o advogado, o aumento da internação significa penalizar muito mais o adolescente do que um adulto que cometeu o mesmo crime. Dessa forma, também esta proposta trata o adolescente como inimigo do Estado e da sociedade, como se fosse o “culpado” pela violência para a qual o adulto o direcionou.

Soluções eficazes e menos dispendiosas enfatizarão a prevenção, e não a repressão; analisarão as causas, abordando o problema integralmente. A ONU (2015) enfatiza a necessidade de investir em adolescentes e jovens para o desenvolvimento social. Para OLMOS (2015) o comprometimento com as condições sociais da população é que farão a diferença, sendo a inclusão social uma necessidade.

SILVA e OLIVEIRA (2015) destacam as seguintes questões prementes: a aplicação correta do ECA/SINASE⁹; a criação de mecanismos para se trazer o jovem à escola, especialmente aqueles entre

9. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

15 e 17 anos; e sobretudo a atenção para a desigualdade como causa da violência.

Pelo fato de haver sobrerrepresentação de *negros* e jovens entre as vítimas de homicídio, a SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, a SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE e o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2015) enfatizam a necessidade de políticas de prevenção focalizadas nestes grupos, formação de gestores do tema, incorporação da juventude como público prioritário, e geração da compreensão do que significa ser jovem, dentro da formação de policiais, no intuito de combater o racismo institucional na abordagem da polícia. As ações vi-

sariam o desenvolvimento social como forma de acesso dos jovens a outro patamar de qualidade de vida, e o abandono dos estigmas de perigo e privação de direitos que ainda são associados a esta parcela da população.

Tal discussão só demonstra o quanto precisamos ampliar nossos horizontes a respeito da juventude: considerar o jovem em sua integralidade, estimular sua participação da sociedade, e entendê-lo como cidadão em formação, para que não lhe seja negado o direito de transição, para que não seja mais responsabilizado pelos problemas sociais, e para que esta sociedade verdadeiramente assuma a responsabilidade que lhe cabe. Por ele.

Um estudo sobre os jovens de Santo André

referências

bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendell. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, M. et. al. (org.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: MEC/UNESCO, 2007.

AÇÃO EDUCATIVA. INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL (2011). *Principais Resultados*. <http://www.acaoeducativa.org.br/images/stories/pdfs/informe%20de%20resultados_inaf2011.pdf>.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALLERBECK, Klaus; ROSENMAYR, Leopold. *Introducción a la sociología de la juventud*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1979.

BARROS, Maria Luísa. In: *Jornal O Dia Rio*. 6 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.odia.ig.com.br>>, acessado em 18 de junho de 2015.

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. *Estatuto da Juventude. Lei Federal n. 12.852/13, de 5 de agosto de 2013*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/estatuto/estatuto-de-bolso/estatuto-web>>.

BRASIL. *Marco legal. Saúde: um direito de adolescentes*. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASILINO, Luís. *Entrevista com Ariel de Castro Alves*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 8, n. 96, 2015.

BRUM, Eliane. *Mãe, onde dormem as pessoas marrons?*. In: *El País*, 22 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.elpais.com>>, acessado em 29/6/2015.

CAMARANO, Ana Amélia (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia, KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram emprego? In: *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA, Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

CAMPOS, Marisa; PHINTENER, Marcelo; COELHO, Rodrigo. Programa Juventude. Cap. 5. In: *Desenvolvimento, Trabalho & Inclusão*. Jundiaí: Maxprint, 2012.

CARDOSO JR., José Celso. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. In: *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

CENÁRIO MT. In: *Jornal Cenário MT*, 7/7/2015. Disponível em: <<http://www.cenariomt.com.br>>, acessado em 14 de julho de 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTO ANDRÉ. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n. 8.069, 13/6/1990*. Versão atualizada. Santo André: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo André, 2013.

D'AGOSTINO, Rosanne. *ECA: 25 anos depois*. *Jornal G1*, 13/7/2015. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/eca-25-anos-depois/>>, acessado em 15 de julho de 2015.

DIAS, Marina. *O problema do menor é o maior*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 8, n. 96, 2015.

DIAS, Marina; BRAGON, Ranier. *Governo aposta em mobilização contra redução da maioria*. In: Folha de São Paulo, 2/6/2015, B6, 2015.

DIP, Andrea. *Os interesses por trás da redução da maioria penal no Brasil*. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/05/os-interesses-por-tras-da-reducao-da-maioridade-penal-no-brasil.html>>, acessado em 26 de junho de 2015.

EPSTEIN, Robert. *Quase gente grande*. In: Revista Mente Cérebro, Ano XX, n. 253, 2014.

FERRAZ, Yara. *ECA, 25 anos e muito a avançar*. In: Diário do Grande ABC, Setecidades, p.1, 13/7/2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência*. São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/arquivos/ivj.pdf>>.

_____. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Edição VII*. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>>.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*. Caderno CRH, 2010, vol. 23, n. 58, pp. 59-73. ISSN 0103-4979. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000100005>>.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes. 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Acesso ao Ensino Superior no Brasil: A Contribuição dos programas federais no período recente*. Edição n. 18, 2014. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-comunica-18.pdf>>.

GONÇALVES, Hebe S. *Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade*. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, 2005.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Relatório anual de assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2012.

HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu (17/18) Campinas, 2001/02.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM). Editorial. Boletim 271, junho, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010. Trabalho e Rendimento, Educação e Deslocamento*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000011363712202012375418902674.pdf>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da educação básica: 2012. Resumo técnico*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>.

INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES. *Highest to Lowest. Prison Population Total*. 2013. Disponível em <<http://www.prisonstudies.org>>, acessado em 15 de julho de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

_____. *A estrutura do desemprego no Brasil*. Texto para discussão n. 478. Brasília: IPEA, 1997.

_____. *Efeitos da população economicamente ativa sobre a taxa de desemprego*. Carta Conjuntura, dez. 2013. Brasília: IPEA, 2013.

_____. *Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil. Período 2004-2009*. Ed. 70. Brasília: IPEA, 2010.

_____. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Boletim n.55. Brasília: IPEA, 2013.

_____. *Boletim Juventude Informa*. N. 1, ano 1. Brasília: SNJ, 2014.

_____. *Os reflexos das Medidas Provisórias 664 e 665 sobre as pensões, o abono salarial e o seguro-desemprego em suas modalidades defeso e formal*. Texto para discussão n. 2067. Brasília: IPEA, 2015.

_____. *Mercado de Trabalho*. Boletim n.58. Brasília: IPEA, 2015.

KEHL, Maria Rita. *Justiça ou vingança?* In: *Jornal Folha de São Paulo*. 14/6/2015. Disponível em: <www.app.folha.uol.com.br>, acessado em 15 de junho de 2015.

KOYANAGI, Raquel. *Programa Seguro-desemprego: combinação de eficiência econômica e proteção social*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Ceppac/UnB, 2010.

KRAUSS, Thiago. *Frente contra a redução da maioria penal é lançada em Santo André*. In: Prefeitura de Santo André. Disponível em: <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/component/k2/item/9795-frente-contra-a-reducao-da-maioridade-penal-e-lancada-em-santo-andre>>, acessado em 23 de junho de 2015.

LEÓN, Oscar Dávila. *Adolescência e Juventude: das noções às abordagens*. In: *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

MATSUO, Myrian. *Trabalho Informal e Desemprego: Desigualdades Sociais*. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, 2009.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MELO, Dorian Luis Borges de; CANO, Ignácio (orgs.). *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Violência social sob a perspectiva da saúde pública*. Cad. Saúde Pública [online]. 1994, vol.10, suppl.1, pp. S7-S18. ISSN 1678-4464. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos São Paulo – SP*. Brasília: Infopen, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Óbitos por causas evitáveis por faixa etária, Santo André, 2010. Categoria CID-10*. In: *Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)*. Brasília: Datasus, 2010. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>.

_____. *Óbitos por causas evitáveis por faixa etária, Santo André, 2011. Categoria CID-10. Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)*. Brasília: Datasus, 2011. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>.

_____. *Óbitos por causas evitáveis por faixa etária, Santo André, 2012. Categoria CID-10. Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)*. Brasília: Datasus, 2012. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>.

_____. *Óbitos por causas evitáveis por faixa etária, Santo André, 2013. Categoria CID-10. Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)*. Brasília: Datasus, 2013. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>.

MORIN, Edgar. *Paradigme perdu: la nature humaine*. Paris: Editions du Seuil, 1973.

Um estudo sobre os jovens de Santo André

_____. *O espírito do tempo. Cultura de Massas no Século XX*. Vol. 1 – Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

MOTA, Camilla Veras. *Relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2014*. Jornal Valor Econômico, 22/01/2014.

NEGRI, Fernanda de; NEGRI, João Alberto de; COELHO, Danilo; TURCHI, Lenita (orgs.). *Tecnologia, exportação e emprego*. In: *Tecnologia, exportação e emprego*. Brasília, IPEA, 2006.

OLMOS, Ana. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 8, n. 96, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Nações Unidas no Brasil se posicionam contra a redução da maioria penal*. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/nacoes-unidas-no-brasil-se-posicionam-contr-a-reducao-da-maioridade-penal/>>, acessado em 16 de junho de 2015.

PASSA PALAVRA. *Ainda acerca da crise econômica. 1) o declínio dos Estados Unidos*. Passa Palavra, 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2010/08/28011>>.

_____. *Austeridade à brasileira*. Passa Palavra, 2015. Disponível em <<http://passapalavra.info/2015/03/103142>>.

PHINTENER, Marcelo; CAMPOS, Marisa. *O Programa Juventude*. In: *Inclusão social com geração de ocupação e renda*. Osasco: SDTI/PMO, 2011.

_____. *Programa Juventude*. In: *Atlas da exclusão social de Osasco*. Osasco: SDTI/PMO, 2011.

POCHMANN, Marcio. *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos São Paulo*. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/transformar_leitura/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf>.

PORTAL BRASIL. *Redução da maioria pode influenciar na política externa*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/07/reducao-da-maioridade-pode-influenciar-na-politica-externa>>, acessado em 15 de julho de 2015.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. *Diagnóstico do Plano Plurianual Participativo*. Santo André: PSA, 2013.

_____. *Panorama da Pobreza em Santo André*. Santo André, SOPP/PSA. 2015

_____. *Mulheres de Santo André, em pauta. Perfil socioeconômico e mapa da violência*. Santo André, SOPP/PSA, 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Série Juventude Viva. Brasília: Presidência da República, 2015.

PROJETO PELA VIDA, NÃO À VIOLÊNCIA. In: *Pela Vida, Não à Violência*. <www.pelavidanaoaviolencia.blogspot.com.br>, acessado em 14 de julho de 2015.

RIBEIRO, Aline. *Paulo Sérgio Pinheiro: Baixar a maioria penal não reduz crimes violentos*. In: Revista Época. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/05/paulo-sergio-pinheiro-baixar-maioridade-penal-nao-reduz-crimes-violentos.html>>, acessado em 29 de maio de 2015.

RIBEIRO, Vera Masagão; CATELLI JR, Roberto; HADDAD, Sérgio (orgs.). *A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados*. Brasília: INEP, 2015.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: SDH/PR, 2012.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014*. Brasília: Presidência da República, 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*. IPEA, Nota Técnica n. 20. Brasília: IPEA, 2015.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; CAMPOLINA, Bernardo; HORN, Ross van. Impactos do programa Bolsa Família na alocação do tempo livre entre escola e trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 18 anos. In: *Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. *A sociedade vista pelas gerações*. In: Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política, v. 5, n. 8. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1802>>.

TONRY, Michael H. *Thinking about Crime: Sense and Sensibility in American Penal Culture*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. Prefácio. In: *Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: Musa, 2000.

Um estudo sobre os jovens de Santo André

ULYSSEA, Gabriel; COSTA MELO, Joana Simões de. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

UNICEF. Hidden in plain sight: a statistical analysis of violence against children, 2014. Disponível em < http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf>.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

ZACCONE, Orlando. *Indignos de vida. A forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

apêndice

Tabela 1 – População residente por sexo, situação e grupos de idade. Características gerais da população, Brasil.

Grupos de idade	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
0 a 14 anos	39.121.822	45.452.377	50.988.432	50.316.181	45.941.635
15 a 17 anos	6.389.787	8.486.894	9.229.657	10.727.038	10.353.865
18 a 24 anos	3.929.880	5.082.542	5.787.815	23.365.185	23.873.787
25 a 29 anos	6.402.341	9.449.489	12.638.078	13.847.499	17.102.917
30 a 39 anos	10.729.750	14.045.685	20.527.256	25.289.921	29.632.807
40 a 49 anos	8.000.480	10.379.672	13.959.402	19.273.412	24.843.143
50 anos ou +	9.559.984	13.893.023	19.000.306	27.053.620	39.007.646
Total	84.134.044	106.789.682	132.130.946	169.872.856	190.755.800

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 2 – Proporção da população residente por sexo, situação e grupos de idade. Características gerais da população, Brasil, 2013.

Grupos de idade	1970	1980	1981	2000	2010	Varição de 2010/2000 (%)
0 a 14 anos	46,50%	42,56%	38,59%	29,62%	24,08%	-8,69
15 a 17 anos	7,59%	7,95%	6,99%	6,31%	5,43%	-3,48
18 a 24 anos	4,67%	4,76%	4,38%	13,75%	12,52%	2,18
25 a 29 anos	7,61%	8,85%	9,56%	8,15%	8,97%	23,51
30 a 39 anos	12,75%	13,15%	15,54%	14,89%	15,53%	17,17
40 a 49 anos	9,51%	9,72%	10,56%	11,35%	13,02%	28,9
50 anos ou +	11,36%	13,01%	14,38%	15,93%	20,45%	44,19
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	12,29

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 3 – Distribuição da população jovem por faixa etária acima de 15 anos, segundo sexo, Santo André, 2013.

Faixa etária	Masculino	%	Feminino	%	Total
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	15.200	50,84%	14.698	49,16%	29.898
18-24 anos <i>jovem jovem</i>	40.951	50,23%	40.574	49,77%	81.525
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	31.465	49,64%	31.922	50,36%	63.387
30 anos ou +	182.222	46,05%	213.482	53,95%	395.704
Total	338.146		366.797		570.514

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 4 – Distribuição da população por faixa etária e sexo, Santo André, 2013.

Faixa etária	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
0-14 anos	68.308	66.121	134.429
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	15.200	14.698	29.898
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	40.951	40.574	81.525
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	31.465	31.922	63.387
30 anos ou +	182.222	213.482	395.704
Total	338.146	366.797	704.943

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 5 – Distribuição da população total por nacionalidade, Santo André, 2013.

Nacionalidade	Quantidade	%
Naturalizado brasileiro	701	0,10%
Estrangeiro	4.219	0,60%
Brasileiro	700.022	99,30%
Total	704.942	100,00%

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 6 – Distribuição da população por faixa etária acima de 15 anos, segundo nacionalidade, Santo André, 2013.

Faixa etária	Brasileiro	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	29.898	0	0	29.898
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	81.471	0	53	81.524
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	63.357	0	30	63.387
30 anos ou +	391.018	602	4.083	395.703
Total	565.744	602	4.166	570.512

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 7 – Distribuição da população estrangeira por faixa etária e nacionalidade, Santo André, 2013.					
Nacionalidade	0-14 anos	18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	25-29 anos <i>jovem adulto</i>	30 anos ou +	Total
Angola	-	-	-	78	78
Argentina	-	-	-	70	70
Bolívia	-	-	-	49	49
Canadá	-	-	-	22	22
Cabo Verde	-	-	-	26	26
Chile	-	-	-	184	184
Cuba	-	-	18	-	18
França	19	-	-	-	19
Alemanha	-	-	-	99	99
Itália	-	-	-	515	515
Japão	55	-	-	592	647
República da Coreia	-	-	-	90	90
Líbano	-	-	-	39	39
Lituânia	-	-	-	81	81
Holanda	-	-	-	14	14
Paraguai	-	-	-	12	12
Peru	-	-	-	28	28
Polônia	-	-	-	98	98
Portugal	12	-	12	1.793	1.817
Romênia	-	-	-	21	21
Rússia	-	-	-	26	26
Espanha	23	-	-	688	711
Egito	-	-	-	44	44
Reino Unido	-	22	-	-	22
Estados Unidos	42	-	-	-	42
Uruguai	-	-	-	117	117
Venezuela	-	31	-	-	31
Total	151	53	30	4.686	4.920

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 8 – Distribuição da população por faixa etária segundo relação de parentesco com a pessoa responsável pelo domicílio, Santo André, 2013.

Responsável pelo domicílio	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Pessoa responsável pelo domicílio	928	0,41%	8.250	3,67%	16.162	7,19%	199.449	88,73%	224.789
Cônjuge ou companheiro (a) de sexo diferente	254	0,17%	5.896	4,01%	13.820	9,39%	127.169	86,43%	147.139
Cônjuge ou companheiro (a) do mesmo sexo	0	0,00%	48	14,77%	105	32,31%	172	52,92%	325
Filho (a) do responsável e do cônjuge	17.295	19,63%	36.896	41,88%	17.875	20,29%	16.037	18,20%	88.103
Filho (a) somente do responsável	6.380	13,51%	16.402	34,74%	8.490	17,98%	15.936	33,76%	47.208
Enteado(a)	1.443	30,35%	2.174	45,72%	599	12,60%	539	11,34%	4.755
Genro ou nora	38	0,67%	1.430	25,30%	1.557	27,54%	2.628	46,49%	5.653
Pai, mãe, padrasto ou madrasta	0	0,00%	160	0,98%	133	0,81%	16.027	98,20%	16.320
Sogro(a)	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3.042	100,00%	3.042
Neto (a)	1.777	29,02%	2.966	48,43%	1.035	16,90%	346	5,65%	6.124
Bisneto (a)	0	0,00%	15	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	15
Irmão ou irmã	758	5,49%	3.313	23,99%	2.269	16,43%	7.469	54,09%	13.809
Avô ou avó	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	743	100,00%	743
Outro parente	817	10,07%	2.987	36,81%	781	9,63%	3.529	43,49%	8.114
Agregado (a)	49	6,16%	243	30,57%	91	11,45%	412	51,82%	795
Convivente	132	5,59%	598	25,33%	404	17,11%	1.227	51,97%	2.361
Pensionista	0	0,00%	0	0,00%	25	50,00%	25	50,00%	50
Empregado (a) doméstico (a)	0	0,00%	26	13,20%	0	0,00%	171	86,80%	197
Individual em domicílio coletivo	26	2,68%	121	12,46%	41	4,22%	783	80,64%	971
Total	29.897	5,24%	81.525	14,29%	63.387	11,11%	395.704	69,36%	570.513

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 9 – Distribuição da população jovem por faixa etária e acima de 15 anos, segundo chefe de família, Santo André, 2013.

Faixa etária	Chefe	Não chefe	Total
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	928	28.969	29.897
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	8.250	73.274	81.524
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	16.162	47.225	63.387
30 anos ou +	199.449	196.254	395.703
Total	224.789	345.722	570.511

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 10 – Distribuição da população por faixa etária segundo tipo de moradia, Santo André, 2013.

Tipo de moradia	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
	População	%	População	%	População	%	População	%	
Casa	16.507	3,58%	69.553	15,09%	51.163	11,10%	323.773	70,23%	460.996
Casa de vila ou em condomínio	64	1,70%	473	12,58%	441	11,73%	2.783	74,00%	3.761
Apartamento	2.651	2,94%	10.209	11,34%	11.128	12,36%	66.037	73,35%	90.025
Habitação em: casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	204	4,91%	1.096	26,38%	614	14,78%	2.240	53,92%	4.154
Dentro de estabelecimento	0	0,00%	38	37,62%	0	0,00%	63	62,38%	101
Outro (vagão, trailer, gruta, etc)	0	0,00%	34	59,65%	0	0,00%	23	40,35%	57
Asilo, orfanato e similares com morador	0	0,00%	33	4,94%	0	0,00%	635	95,06%	668
Hotel, pensão e similares com morador	3	2,27%	0	0,00%	41	31,06%	88	66,67%	132
Alojamento de trabalhadores com morador	0	0,00%	68	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	68
Outro com morador	0	0,00%	20	25,00%	0	0,00%	60	75,00%	80
Total	19.429	3,47%	81.524	14,56%	63.387	11,32%	395.702	70,66%	560.042

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 11 – Distribuição da população por faixa etária segundo número de cômodos, Santo André, 2013.

Número de cômodos	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
1	20	3,62%	127	23,01%	99	17,93%	306	55,43%	552
2	584	3,66%	3.009	18,87%	2.421	15,19%	9.928	62,28%	15.942
3	2.213	4,16%	9.475	17,80%	8.284	15,56%	33.256	62,48%	53.228
4	3.018	3,56%	12.846	15,17%	10.532	12,44%	58.264	68,82%	84.660
5	4.326	3,43%	17.033	13,49%	14.056	11,13%	90.860	71,95%	126.275
6	3.042	3,37%	11.300	12,52%	10.062	11,15%	65.848	72,96%	90.252
7	2.260	3,38%	9.691	14,48%	6.365	9,51%	48.593	72,63%	66.909
8	1.875	3,71%	7.213	14,28%	5.136	10,17%	36.279	71,84%	50.503
9	929	3,02%	4.611	14,97%	3.187	10,35%	22.065	71,66%	30.792
10	662	3,36%	3.058	15,54%	1.744	8,86%	14.210	72,23%	19.674
11	280	3,14%	1.601	17,95%	621	6,96%	6.418	71,95%	8.920
12	70	1,56%	511	11,37%	236	5,25%	3.679	81,83%	4.496
13	93	2,79%	360	10,78%	422	12,64%	2.463	73,79%	3.338
14	43	2,65%	241	14,83%	71	4,37%	1.270	78,15%	1.625
15	12	1,94%	69	11,18%	15	2,43%	521	84,44%	617
16	0	0,00%	128	21,19%	51	8,44%	425	70,36%	604
17	0	0,00%	40	16,81%	44	18,49%	154	64,71%	238
20	0	0,00%	20	6,90%	0	0,00%	270	93,10%	290
23	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	23	100,00%	23
Total	19.427	3,48%	81.333	14,55%	63.346	11,33%	394.832	70,64%	558.938

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 12 – Distribuição da população por faixa etária segundo condição de ocupação da moradia, Santo André, 2013.

Tipo de moradia	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Próprio de algum morador - já pago	12.047	3,28%	49.712	13,55%	35.074	9,56%	270.045	73,61%	366.878
Próprio de algum morador - ainda pagando	1.727	3,77%	5.762	12,59%	6.864	15,00%	31.405	68,63%	45.758
Alugado	3.130	3,26%	17.646	18,36%	15.300	15,92%	60.029	62,46%	96.105
Cedido por empregador	161	7,90%	238	11,67%	436	21,38%	1.204	59,05%	2.039
Cedido de outra forma	1.857	4,79%	6.064	15,65%	4.648	12,00%	26.178	67,56%	38.747
Outra condição	505	5,37%	1.910	20,29%	1.024	10,88%	5.973	63,46%	9.412
Total	19.427	3,48%	81.332	14,55%	63.346	11,33%	394.834	70,64%	558.939

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 13 – Distribuição da população por faixa etária segundo se possui computador, Santo André, 2013.

Possui computador	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Sim	14.298	3,74%	57.292	14,98%	44.552	12%	266.224	70%	382.366
Não	5.129	2,90%	24.039	13,61%	18.794	11%	128.610	73%	176.572
Total	19.427	3,48%	81.331	14,55%	63.346	11,33%	394.834	70,64%	558.938

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 14 – Distribuição da população por faixa etária segundo se possui computador com acesso a internet, Santo André, 2013.

Computador com acesso à internet	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Sim	12.664	3,69%	51.321	14,94%	40.247	11,71%	239.320	69,66%	343.552
Não	1.634	4,21%	5.971	15,38%	4.305	11,09%	26.904	69,32%	38.814
Total	14.298	3,74%	57.292	14,98%	44.552	11,65%	266.224	69,63%	382.366

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 15 – População jovem de 15 a 29 anos segundo se tem filhos, Santo André, 2013.

Faixa etária	Número de filhos								Total
	1	%	2	%	3	%	4 ou +	%	
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	461	3,15%	43	0,71%	1	0,06%	0	0,00%	505
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	6.273	42,83%	1.682	27,72%	371	22,73%	99	13,77%	8.425
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	7.913	54,02%	4.342	71,57%	1.260	77,21%	620	86,23%	14.135

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 16 – Distribuição da população jovem por faixa etária e acima de 15 anos, segundo local de nascimento, Santo André, 2013.

Faixa etária	Sim e sempre morou	Sim, mas morou em outro município ou país estrangeiro	Não	Total
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	19.316	1.645	8.938	29.899
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	47.077	3.961	30.486	81.524
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	33.610	3.250	26.527	63.387
30 anos ou +	129.036	26.585	240.082	395.703
Total	229.039	35.441	264.480	570.513

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 17 – Distribuição da população jovem por faixa etária e acima de 15 anos, segundo se vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a), Santo André, 2013.

Faixa etária	Sim	Não, mas viveu	Não, nunca viveu	Total
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	433	394	29.070	29.897
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	13.360	3.376	64.788	81.524
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	28.495	4.630	30.262	63.387
30 anos ou +	273.137	79.425	43.142	395.704
Total	315.425	87.825	403.250	570.512

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 18 – Distribuição da população jovem por faixa etária e acima de 15 anos, segundo natureza da união, Santo André, 2013.

Faixa etária	Casamento civil e religioso	Só casamento civil	Só casamento religioso	União consensual	Total
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	32	50	0	351	433
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	2.935	2.434	62	7.929	13.360
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	10.926	5.920	132	11.517	28.495
30 anos ou +	171.795	48.078	1.846	51.418	273.137
Total	185.688	56.482	2.040	71.215	315.425

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 19 – Distribuição da população jovem por faixa etária acima de 15 anos, segundo tipo de religião, Santo André, 2013.

Religião	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Afro-brasileira	137	5,11%	447	16,67%	351	13,09%	1.747	65,14%	2.682
Católica	16.043	4,64%	46.943	13,59%	36.410	10,54%	246.056	71,23%	345.452
Espírita	926	3,85%	2.494	10,37%	2.184	9,08%	18.448	76,70%	24.052
Espiritualista	21	3,91%	25	4,66%	92	17,13%	399	74,30%	537
Evangélica Pentecostal	4.536	6,18%	11.304	15,39%	8.649	11,78%	48.961	66,66%	73.450
Evangélica Tradicional	1.780	6,40%	3.935	14,15%	3.438	12,36%	18.653	67,08%	27.806
Islamismo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	98	100,00%	98
Judaísmo	0	0,00%	47	16,67%	20	7,09%	215	76,24%	282
Não declarada	24	5,32%	75	16,63%	0	0,00%	352	78,05%	451
Não determinada	187	9,90%	339	17,96%	177	9,38%	1.185	62,76%	1.888
Oriental	156	4,85%	236	7,34%	307	9,55%	2.516	78,26%	3.215
Outras Evangélicas	2.766	6,72%	6.314	15,34%	5.458	13,26%	26.614	64,67%	41.152
Outras religiões	285	5,29%	878	16,30%	761	14,13%	3.461	64,27%	5.385
Sem religião	3.036	6,89%	8.485	19,26%	5.540	12,57%	26.998	61,28%	44.059
Total	29.897		81.522		63.387		395.703		570.509

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 20 – Distribuição da população por faixa etária e acima de 15 anos, segundo estado civil, Santo André, 2013.

Faixa etária	Casado (a)	Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	Divorciado (a)	Viúvo (a)	Solteiro (a)	Total
15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	303	47	0	17	29.531	29.898
18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	7.353	261	159	180	73.571	81.524
25-29 anos <i>jovem adulto</i>	19.045	935	910	178	42.318	63.386
30 anos ou +	236.499	13.610	23.333	36.581	85.681	395.704
Total	263.200	14.853	24.402	36.956	231.101	570.512

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 21 – Dificuldade permanente de enxergar, Santo André, 2013.

Faixa etária	Número total por faixa	Sim, não consegue de modo algum	%	Sim, grande dificuldade	%	Sim, alguma dificuldade	%
0 a 14 anos	134.429	211	0,2	761	0,6	6.252	4,7
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	29.898	94	0,3	359	1,2	2.344	7,8
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	81.524	259	0,3	964	1,2	8.652	10,6
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	63.386	133	0,2	615	1	6.275	9,9
30 anos ou +	395.703	1.453	0,4	14.517	3,7	88.706	22,4
Total	704.940	2.150	0,3	17.216	2,4	112.229	15,9

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 22 – Dificuldade permanente de ouvir, Santo André, 2013.

Faixa etária	Número total por faixa	Sim, não consegue de modo algum	%	Sim, grande dificuldade	%	Sim, alguma dificuldade	%
0 a 14 anos	134.429	258	0,2	131	0,1	889	0,7
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	29.899	43	0,1	76	0,3	218	0,7
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	81.524	259	0,3	157	0,2	916	1,1
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	63.387	192	0,3	211	0,3	716	1,1
30 anos ou +	395.704	1.175	0,3	6.014	1,5	27.337	6,9
Total	704.943	1.927	0,3	6.589	0,9	30.076	4,3

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 23 – Dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus, Santo André, 2013.

Faixa etária	Número total por faixa	Sim, não consegue de modo algum	%	Sim, grande dificuldade	%	Sim, alguma dificuldade	%
0 a 14 anos	134.429	395	0,3	279	0,2	577	0,4
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	29.898	44	0,1	102	0,3	140	0,5
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	81.525	183	0,2	256	0,3	335	0,4
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	63.387	156	0,2	103	0,2	584	0,9
30 anos ou +	395.703	3.049	0,8	11.376	2,9	26.211	6,6
Total	704.942	3.827	0,5	12.116	1,7	27.847	4

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 24 – Deficiência mental / intelectual permanente, Santo André, 2013.

Faixa etária	Número total por faixa	Sim	%
0 a 14 Anos	134.430	1.079	0,8
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	29.898	85	0,3
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	81.524	763	0,9
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	63.387	656	1
30 Anos ou +	395.703	5.650	1,4
Total	704.942	8.233	1,2

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 25 – Trabalhador jovem de 15 a 17 anos por sexo segundo tipo de ocupação, em Santo André, em 2013.

Tipo de ocupação	Masculino		Feminino		Total
Diretores e gerentes	59	48,36%	63	51,64%	122
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0	0,00%	0	0,00%	0
Ocupações elementares	882	83,84%	170	16,16%	1.052
Ocupações mal definidas	382	48,48%	406	51,52%	788
Operadores de instalações e máquinas e montadores	88	100,00%	0	0,00%	88
Profissionais das ciências e intelectuais	94	81,03%	22	18,97%	116
Técnicos e profissionais de nível médio	86	25,44%	252	74,56%	338
Trabalhadores de apoio administrativos	425	32,03%	902	67,97%	1.327
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	334	32,36%	698	67,64%	1.032
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	30	100,00%	0	0,00%	30
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	546	92,54%	44	7,46%	590
Total	2.926	53,36%	2.557	46,64%	5.483

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 26 – Trabalhador jovem de 18-24 anos por sexo segundo tipo de ocupação, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Masculino		Feminino		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	610	45,93%	718	54,07%	1.328
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	27	56,25%	21	43,75%	48
Ocupações elementares	4.151	68,88%	1875	31,12%	6.026
Ocupações mal definidas	4.403	71,70%	1738	28,30%	6.141
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2.200	87,58%	312	12,42%	2.512
Profissionais das ciências e intelectuais	2.331	42,65%	3134	57,35%	5.465
Técnicos e profissionais de nível médio	3.581	57,73%	2622	42,27%	6.203
Trabalhadores de apoio administrativos	3.936	31,48%	8567	68,52%	12.503
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	3.373	35,63%	6095	64,37%	9.468
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	73	53,68%	63	46,32%	136
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	4.974	93,01%	374	6,99%	5.348
Total	29.659	53,75%	25.519	46,25%	55.178

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 27 – Trabalhador jovem de 25-29 anos por sexo, segundo tipo de ocupação, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Masculino		Feminino		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	1.021	53,15%	900	46,85%	1.921
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	36	100,00%	0	0,00%	36
Ocupações elementares	2.708	56,83%	2.057	43,17%	4.765
Ocupações mal definidas	2.596	66,48%	1.309	33,52%	3.905
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2.645	90,27%	285	9,73%	2.930
Profissionais das ciências e intelectuais	4.704	45,90%	5.544	54,10%	10.248
Técnicos e profissionais de nível médio	3.427	57,37%	2.547	42,63%	5.974
Trabalhadores de apoio administrativos	2.239	34,11%	4.326	65,89%	6.565
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	3.167	38,27%	5.109	61,73%	8.276
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	24	100,00%	0	0,00%	24
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	4.706	91,31%	448	8,69%	5.154
Total	27.273	54,77%	22.525	45,23%	49.798

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 28 – Trabalhador de 30 anos ou mais por sexo segundo tipo de ocupação, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Masculino		Feminino		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	11.202	65,70%	5.848	34,30%	17.050
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	464	84,52%	85	15,48%	549
Ocupações elementares	9.034	31,56%	19.589	68,44%	28.623
Ocupações mal definidas	11.737	58,98%	8.162	41,02%	19.899
Operadores de instalações e máquinas e montadores	18.374	80,85%	4.352	19,15%	22.726
Profissionais das ciências e intelectuais	18.497	46,88%	20.963	53,12%	39.460
Técnicos e profissionais de nível médio	12.882	65,24%	6.865	34,76%	19.747
Trabalhadores de apoio administrativos	4.142	27,05%	11.170	72,95%	15.312
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	16.912	43,31%	22.135	56,69%	39.047
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	163	58,21%	117	41,79%	280
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	29.940	90,91%	2.994	9,09%	32.934
Total	133.347	56,59%	102.280	43,41%	235.627

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 29 – Trabalhador jovem segundo tipo de ocupação, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Diretores e gerentes	122	0,60%	1.328	6,50%	1.922	9,41%	17.050	83,49%	20.422
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0	0,00%	48	7,58%	36	5,69%	549	86,73%	633
Ocupações elementares	1.052	2,60%	6.026	14,89%	4.765	11,78%	28.624	70,73%	40.467
Ocupações mal definidas	789	2,57%	6.140	19,98%	3.905	12,71%	19.899	64,75%	30.733
Operadores de instalações e máquinas e montadores	88	0,31%	2.512	8,89%	2.930	10,37%	22.726	80,43%	28.256
Profissionais das ciências e intelectuais	115	0,21%	5.465	9,88%	10.249	18,54%	39.460	71,37%	55.289
Técnicos e profissionais de nível médio	338	1,05%	6.203	19,23%	5.975	18,52%	19.747	61,21%	32.263
Trabalhadores de apoio administrativos	1.327	3,72%	12.503	35,01%	6.565	18,39%	15.313	42,88%	35.708
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1.032	1,78%	9.468	16,37%	8.276	14,31%	39.047	67,53%	57.823
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	30	6,38%	136	28,94%	24	5,11%	280	59,57%	470
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	590	1,34%	5.348	12,15%	5.154	11,71%	32.935	74,81%	44.027
Total	5.483	1,58%	55.177	15,94%	49.801	14,39%	235.630	68,08%	346.091

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 30 – Horas de trabalho por faixa etária, Santo André, 2013.

Horas de trabalho	Faixa Etária				Total
	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	25-29 anos <i>jovem adulto</i>	30 anos ou +	
Até 39 horas	3.227	12.394	8.063	45.695	69.379
40 a 44 horas	2.315	29.954	28.495	118.581	179.345
45 a 50 horas	924	10.029	9.740	47.444	68.137
Mais de 50 horas	140	2.799	3.502	23.909	30.350
Total	6.606	55.176	49.800	235.629	347.211

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 31 – Jornada semanal de trabalho da população de 15 a 29 anos, Santo André, 2013.

Horas de trabalho	Total	
	15 a 29 anos	%
Até 39 horas	23.684	21
40 a 44 horas	60.764	54
45 a 50 horas	20.693	19
Mais de 50 horas	6.441	6
Total	111.582	100

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 32 – Quantidade de trabalhos, na população de 15 a 29 anos, Santo André, 2013.

Número de trabalhos	População	%
Zero	63.304	36
Um	109.000	62
Dois ou mais	2.506	1
Total	174.809	100

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 33 – Distribuição da população acima de 15 anos segundo ocupação e nível de instrução, Santo André, 2013.

Tipo de Ocupação	Sem instrução e Fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo		Não determinado		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	1.377	6,74%	1.810	8,86%	6.665	32,64%	10.570	51,76%	0	0,00%	20.422
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0	0,00%	114	17,98%	352	55,52%	168	26,50%	0	0,00%	634
Ocupações elementares	18.347	45,34%	10.254	25,34%	11.155	27,57%	547	1,35%	163	0,40%	40.466
Ocupações mal definidas	6.066	19,74%	3.961	12,89%	13.386	43,55%	7.143	23,24%	179	0,58%	30.735
Operadores de instalações e máquinas e montadores	8.908	31,52%	6.075	21,50%	11.857	41,96%	1.293	4,58%	124	0,44%	28.257
Profissionais das ciências e intelectuais	1.896	3,43%	2.039	3,69%	12.301	22,25%	39.052	70,63%	0	0,00%	55.288
Técnicos e profissionais de nível médio	1.944	6,03%	3.396	10,53%	16.221	50,28%	10.518	32,60%	184	0,57%	32.263
Trabalhadores de apoio administrativos	2.232	6,25%	5.172	14,48%	21.616	60,54%	6.337	17,75%	349	0,98%	35.706
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	11.762	20,34%	13.029	22,53%	27.203	47,05%	5.544	9,59%	284	0,49%	57.822
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	192	40,76%	71	15,07%	146	31,00%	32	6,79%	30	6,37%	471
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	15.126	34,36%	10.227	23,23%	15.907	36,13%	2.554	5,80%	212	0,48%	44.026
Total	67.850	19,70%	56.148	16,22%	136.809	39,53%	83.758	24,20%	1.525	0,44%	346.091

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 34 – Distribuição da população jovem acima de 15 anos, segundo ocupação e alfabetização, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Alfabetizado		Não alfabetizado		Total
Diretores e gerentes	20.422	100,00%	0	0,00%	20.422
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	634	100,00%	0	0,00%	634
Ocupações elementares	38.511	95,17%	1.956	4,83%	40.467
Ocupações mal definidas	30.300	98,59%	434	1,41%	30.734
Operadores de instalações e máquinas e montadores	27.790	98,35%	466	1,65%	28.256
Profissionais das ciências e intelectuais	55.289	100,00%	0	0,00%	55.289
Técnicos e profissionais de nível médio	32.237	99,92%	25	0,08%	32.262
Trabalhadores de apoio administrativos	35.691	99,96%	16	0,04%	35.707
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	57.408	99,28%	415	0,72%	57.823
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	438	92,99%	33	7,01%	471
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	42.785	97,18%	1.241	2,82%	44.026
Total	341.505	98,67%	4.586	1,33%	346.091

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 35 – Distribuição da população de 15 a 17 anos (*jovem adolescente*), segundo ocupação e alfabetização, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Alfabetizado	Não alfabetizado	Total
Diretores e gerentes	122	0	122
Ocupações elementares	1.052	0	1.052
Ocupações mal definidas	789	0	789
Operadores de instalações e máquinas e montadores	88	0	88
Profissionais das ciências e intelectuais	115	0	115
Técnicos e profissionais de nível médio	338	0	338
Trabalhadores de apoio administrativos	1.327	0	1.327
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1.032	0	1.032
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	30	0	30
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	590	0	590
Total	5.483	0	5.483

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 36 – Distribuição da população de 18 a 24 anos (*jovem-jovem*), segundo ocupação e alfabetização, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Alfabetizado		Não alfabetizado		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	1.328	100,00%	0	0,00%	1.328
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	48	100,00%	0	0,00%	48
Ocupações elementares	5.969	99,07%	56	0,93%	6.025
Ocupações mal definidas	6.112	99,54%	28	0,46%	6.140
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2.512	100,00%	0	0,00%	2.512
Profissionais das ciências e intelectuais	5.465	100,00%	0	0,00%	5.465
Técnicos e profissionais de nível médio	6.203	100,00%	0	0,00%	6.203
Trabalhadores de apoio administrativos	12.503	100,00%	0	0,00%	12.503
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	9.468	100,00%	0	0,00%	9.468
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	136	100,00%	0	0,00%	136
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	5.317	99,42%	31	0,58%	5.348
Total	55.061	99,79%	115	0,21%	55.176

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 37 – Distribuição dos trabalhadores de 25-29 anos (*jovem adulto*) por sexo, segundo tipo de ocupação, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Alfabetizado		Não alfabetizado		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	1.021	53,15%	900	46,85%	1.921
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	36	100,00%	0	0,00%	36
Ocupações elementares	2.708	56,83%	2.057	43,17%	4.765
Ocupações mal definidas	2.596	66,48%	1.309	33,52%	3.905
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2.645	90,27%	285	9,73%	2.930
Profissionais das ciências e intelectuais	4.704	45,90%	5.544	54,10%	10.248
Técnicos e profissionais de nível médio	3.427	57,37%	2.547	42,63%	5.974
Trabalhadores de apoio administrativos	2.239	34,11%	4.326	65,89%	6.565
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	3.167	38,27%	5.109	61,73%	8.276
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	24	100,00%	0	0,00%	24
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	4.706	91,31%	448	8,69%	5.154
Total	27.273	54,77%	22.525	45,23%	49.798

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 38 – Distribuição da população de 25 a 29 anos (*jovem adulto*), segundo ocupação e alfabetização, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Alfabetizado		Não alfabetizado		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	1.922	100,00%	0	0,00%	1.922
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	36	100,00%	0	0,00%	36
Ocupações elementares	4.673	98,09%	91	1,91%	4.764
Ocupações mal definidas	3.883	99,44%	22	0,56%	3.905
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2.930	100,00%	0	0,00%	2.930
Profissionais das ciências e intelectuais	10.249	100,00%	0	0,00%	10.249
Técnicos e profissionais de nível médio	5.975	100,00%	0	0,00%	5.975
Trabalhadores de apoio administrativos	6.565	100,00%	0	0,00%	6.565
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	8.276	100,00%	0	0,00%	8.276
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	24	100,00%	0	0,00%	24
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	5.067	98,33%	86	1,67%	5.153
Total	49.600	99,60%	199	0,40%	49.799

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 39 – Distribuição da população acima de 30 anos, segundo ocupação e alfabetização, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Alfabetizado		Não alfabetizado		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Diretores e gerentes	17.050	100,00%	0	0,00%	17.050
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	549	100,00%	0	0,00%	549
Ocupações elementares	26.816	93,68%	1.808	6,32%	28.624
Ocupações mal definidas	19.516	98,08%	383	1,92%	19.899
Operadores de instalações e máquinas e montadores	22.260	97,95%	466	2,05%	22.726
Profissionais das ciências e intelectuais	39.460	100,00%	0	0,00%	39.460
Técnicos e profissionais de nível médio	19.722	99,87%	25	0,13%	19.747
Trabalhadores de apoio administrativos	15.296	99,90%	16	0,10%	15.312
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	38.632	98,94%	415	1,06%	39.047
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	248	88,26%	33	11,74%	281
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	31.812	96,59%	1.123	3,41%	32.935
Total	231.361	98,19%	4.269	1,81%	235.630

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 40 – Tipo de ocupação segundo cor/raça, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Cor/ raça agrupada		Total
	Não negra	Negra	
Diretores e gerentes	17.902	2.539	20.441
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	563	70	633
Ocupações elementares	20.302	20.830	41.132
Ocupações mal definidas	24.227	7.210	31.437
Operadores de instalações e máquinas e montadores	18.657	9.682	28.339
Profissionais das ciências e intelectuais	47.719	7.674	55.393
Técnicos e profissionais de nível médio	26.131	6.158	32.289
Trabalhadores de apoio administrativos	26.521	9.497	36.018
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	41.248	17.203	58.451
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	272	232	504
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	27.279	17.164	44.443
Total	250.821	98.259	349.080

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 41 – Posição na ocupação segundo faixa etária, Santo André, 2013.

Posição na ocupação	Faixa etária				Total
	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	25-29 anos <i>jovem adulto</i>	30 anos ou +	
Trabalho doméstico c/ carteira	14	410	277	5.817	6.518
Trabalho doméstico s/ carteira	77	561	743	7.978	9.359
Empregado com carteira	2.700	40.281	37.174	136.976	217.131
Empregado sem carteira	2.678	8.815	5.560	21.650	38.703
Empregador	0	384	579	8.306	9.269
Conta-própria	690	4.260	5.197	52.352	62.499
Não remunerado	416	417	271	2.401	3.505
Trabalho p/ próprio consumo	30	47	0	150	227
Total	6.605	55.175	49.801	235.630	347.211

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 42 – Se é subcontratado segundo faixa etária, Santo André, 2013.

Faixa etária	Se é subcontratado		Total
	Sim	Não	
0 a 14 anos	3	0	3
15 a 29 anos <i>jovem trabalhador</i>	1.193	20	1.213
30 anos ou +	3.004	58	3.062
Total	4.200	78	4.278

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 43 – Trabalhadores de 15 a 17 anos segundo cor/raça e tipo de ocupação, Santo André, 2013.

Tipo de ocupação	Cor/raça agrupada		Total
	Não negra	Negra	
Diretores e gerentes	126	14	140
Ocupações elementares	629	596	1.225
Ocupações mal definidas	737	246	983
Operadores de instalações e máquinas e montadores	67	21	88
Profissionais das ciências e intelectuais	84	74	158
Técnicos e profissionais de nível médio	265	99	364
Trabalhadores de apoio administrativos	974	523	1.497
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	904	439	1.343
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	30	0	30
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	370	406	776
Total	4.186	2.418	6.604

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 44 – Taxa de desocupação por região da cidade e faixa etária, Santo André, 2013.

Região da cidade	15-17 anos jovem adolescente (%)	18-24 anos jovem-jovem (%)	25-29 anos jovem adulto (%)
Norte	31	14,1	7,6
Leste	31,7	12,7	9
Sul_I	43,9	18,9	10,4
Sul_II	25,8	21	8,3
Centro	28,5	14,3	4,4
Oeste	36,9	13,4	10,1
Total	34,9	14,7	8,6

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 45 – Taxa de desocupação por região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	Taxa (%)
Norte	7,9
Leste	8,6
Sul_I	12,2
Sul_II	11,7
Centro	4,6
Oeste	8,1
Total	8,3

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 46 – Tempo de permanência no emprego, Santo André, 2013.

Tempo de emprego	Total	%
Até 2,9 meses	15.205	19,9
3,0 a 5,9 meses	10.516	13,76
6,0 a 11,9 meses	14.698	19,23
12,0 a 23,9 meses	15.642	20,47
24,0 a 35,9 meses	7.852	10,28
36,0 a 59,9 meses	7.915	10,36
60,0 a 119,9 meses	4.372	5,72
120,0 meses ou mais	211	0,28
Total	76.411	100%

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 47 – Tempo de permanência no emprego por ano, Santo André, 2013.

Tempo de emprego	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Menos de um ano	43.758	56,2	39.964	54,1	41.684	54,2	40.419	52,9
De um a cinco anos	22.815	29,3	22.717	30,8	23.809	31	23.494	30,7
De cinco a dez anos	11.046	14,2	10.936	14,8	11.096	14,4	12.287	16,1
Mais de dez anos	275	0,4	246	0,3	253	0,3	211	0,3
Total	77.894	100	73.863	100	76.842	100	76.411	100

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 48 – Distribuição da população matriculadas nas redes de ensino por faixa etária e cor/raça, Santo André, 2013.

Faixa etária	Não negra	Negra	Não declarada	Total
15 a 17 anos - <i>jovem adolescente</i>	15.342	5.590	12.071	33.003
18 a 24 anos - <i>jovem-jovem</i>	4.539	2.350	5.304	12.193
25 a 29 anos - <i>jovem adulto</i>	250	159	1.248	1.657
Total	20.131	8.099	18.623	46.853

Fonte: INEP/MEC. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 49 – Distribuição das pessoas matriculadas segundo modalidades de ensino, faixa etária e cor/raça, Santo André, 2013.

Faixa etária	Estadual			Municipal			Privada			Total
	Não negra	Negra	Não declarada	Não negra	Negra	Não declarada	Não negra	Negra	Não declarada	
0 a 14 anos	21.458	9.521	9.460	17.099	7.087	8.861	27.951	2.620	7.949	112.006
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	10.619	4.933	8.604	136	93	169	4.587	564	3.298	33.003
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	2.835	1.629	3.152	186	156	319	1.518	565	1.833	12.193
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	89	52	419	39	33	113	122	74	716	1.657
30 a 39 anos	157	74	506	140	112	307	143	33	821	2.293
40 a 49 anos	188	58	205	147	127	257	90	14	184	1.270
50 anos ou +	89	25	67	148	141	279	36	6	38	829
Total	35.435	16.292	22.413	17.895	7.749	10.305	34.447	3.876	14.839	163.251

Fonte: INEP/MEC. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 50 – Distribuição da população por etapa de ensino segundo faixa etária, Santo André, 2013.

Etapas de ensino	0 a 14 anos	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>	18-24 anos <i>jovem-jovem</i>	25-29 anos <i>jovem adulto</i>	30-39 anos	40-49 anos	50 anos ou +	Total
Educação Infantil	27.730	0	0	0	0	0	0	27.730
Ensino Fundamental	80.653	4.577	212	44	43	9	3	85.541
Ensino Médio	50	25.486	5.800	15	6	1	0	31.358
Ensino Profissional	1	1.572	3.762	1.094	1.180	384	98	8.091
EJA	2	385	2.346	499	1.057	874	726	5.889
Total	108.436	32.020	12.120	1.652	2.286	1.268	827	158.609

Fonte: INEP/MEC. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 51 – Distribuição da população jovem segundo etapa de ensino e faixa etária, Santo André, 2013.

Etapa de ensino	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		Total	%
		%		%		%		
Educacao Infantil	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ensino Fundamental II 8 anos	3.744	11,69%	103	0,85%	0	0,00%	3.847	8,40%
Ensino Fundamental I 9 anos	69	0,22%	102	0,84%	44	2,66%	215	0,47%
Ensino Fundamental II 9 anos	764	2,39%	7	0,06%	0	0,00%	771	1,68%
Ensino Médio	25.486	79,59%	5.800	47,85%	15	0,91%	31.301	68,35%
Ensino Profissional	1.572	4,91%	3.762	31,04%	1.094	66,22%	6.428	14,04%
EJA	385	1,20%	2.346	19,36%	499	30,21%	3.230	7,05%
Total	32.020	100%	12.120	100,00%	1.652	100,00%	45.792	100,00%

Fonte: INEP/MEC. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 52 – Se possui ou não necessidades especiais, por faixa etária e dependência escolar, Santo André, 2013.

Faixa etária	Dependência escolar					
	Estadual		Municipal		Privada	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
0 a 14 anos	39.778	661	32.238	809	38.326	194
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	23.833	323	358	40	8.373	76
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	7.467	149	565	96	3.801	115
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	553	7	146	39	868	44
30 a 39 anos	736	1	507	52	955	42
40 a 49 anos	446	5	511	20	279	9
50 anos ou +	179	2	537	31	78	2
Total	72.992	1.148	34.862	1.087	52.680	482

Fonte: INEP/MEC. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 53 – Distribuição da população de 15 a 29 anos matriculada, segundo etapa de ensino, Santo André, 2013.

Faixa etária	Etapa de ensino					Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Profissional	EJA	Sem informação	
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	13,90%	77,20%	4,80%	1,20%	3,00%	100,00%
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	1,70%	47,60%	30,90%	19,20%	0,60%	100,00%
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	2,70%	0,90%	66,00%	30,10%	0,30%	100,00%
Total	52,40%	19,20%	5,00%	3,60%	2,80%	100,00%

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 54 – Distribuição da população matriculada do sexo feminino, segundo faixa etária e cor/raça, Santo André, 2013.

Faixa etária	Não negra	Negra	Não declarada	Total
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	7.764	2.739	6.009	16.512
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	2.046	1.077	2.395	5.518
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	122	77	641	840
Total	9.932	3.893	9.045	22.870

Fonte: INEP/MEC. Elaboração DISE/SOPP/PSA

Tabela 55 – Distribuição da população matriculada do sexo masculino segundo faixa etária e cor/raça, Santo André, 2013.

Faixa etária	Não negra	Negra	Não declarada	Total
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	7.578	2.851	6.062	16.491
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	2.493	1.273	2.909	6.675
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	128	82	607	817
Total	10.199	4.206	9.578	23.983

Fonte: INEP/MEC. Elaboração DISE/SOPP/PSA

Tabela 56 – Distribuição da população matriculada nas redes de ensino, segundo faixa etária e se sabem ler e escrever, Santo André, 2013.

Faixa etária	Sabe ler e escrever?		Total
	Sim	Não	
0 a 14 anos	83.400	9.523	92.923
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	29.792	106	29.898
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	80.807	717	81.524
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	62.855	532	63.387
30 a 39 anos	111.692	2.053	113.745
40 a 49 anos	101.283	2.209	103.492
50 anos ou +	167.509	10.960	178.469
Total	637.338	26.100	663.438

Fonte: INEP/MEC. Elaboração DISE/SOPP/PSA

Tabela 57 – Distribuição da população de 15 a 29 anos, segundo rede de ensino e sexo, Santo André, 2013.

Faixa etária	Estadual		Municipal		Particular		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	12.165	11.991	146	252	4.201	4.248	33.003
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	3.248	4.368	276	385	1.994	1.922	12.193
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	235	325	91	94	514	398	1.657
Total	15.648	16.684	513	731	6.709	6.568	46.853

Fonte: INEP/MEC. Elaboração DISE/SOPP/PSA

Tabela 58 – Distribuição da população jovem por faixa etária acima de 15 anos, segundo grau de instrução, Santo André, 2013.

Faixa etária	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Sem instrução e Fundamental incompleto	3.590	2,22%	8.794	5,43%	7.168	4,43%	142.344	87,92%	161.896
Fundamental completo e Médio incompleto	13.627	13,64%	15.261	15,28%	8.473	8,48%	62.513	62,59%	99.874
Médio completo e Superior incompleto	1.220	0,63%	47.797	24,62%	30.034	15,47%	115.097	59,28%	194.148
Superior completo	25	0,02%	8.466	8,39%	17.365	17,20%	75.084	74,38%	100.940
Não determinado	967	30,37%	1.206	37,88%	346	10,87%	665	20,89%	3.184
Total	19.429		81.524		63.386		395.703		560.042

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 59 – Distribuição da população jovem por faixa etária acima de 15 anos, segundo curso que frequenta, Santo André, 2013.

Faixa etária	15-17 anos <i>jovem adolescente</i>		18-24 anos <i>jovem-jovem</i>		25-29 anos <i>jovem adulto</i>		30 anos ou +		Total
Alfabetização de Jovens e Adultos	40	1,35%	296	10,00%	77	2,60%	2.548	86,05%	2.961
Regular do Ensino Fundamental	1.940	24,08%	1.158	14,38%	440	5,46%	4.517	56,08%	8.055
Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou Supletivo do Ensino Fundamental	687	23,49%	431	14,74%	247	8,44%	1.560	53,33%	2.925
Regular do Ensino Médio	12.677	54,19%	5.338	22,82%	1.485	6,35%	3.895	16,65%	23.395
Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou Supletivo do Ensino Fundamental	1.343	21,20%	2.589	40,87%	599	9,46%	1.804	28,48%	6.335
Superior de Graduação	330	0,91%	19.702	54,28%	6.844	18,86%	9.421	25,96%	36.297
Especialização de Nível Superior (mínimo de 360 horas)	0	0,00%	1.127	22,69%	1.531	30,82%	2.310	46,50%	4.968
Mestrado	0	0,00%	243	20,13%	316	26,18%	648	53,69%	1.207
Doutorado	0	0,00%	60	16,71%	120	33,43%	179	49,86%	359
Total	17.017		30.944		11.659		26.882		86.502

Fonte: INEP/MEC. Elaboração DISE/SOPP/PSA

Tabela 60 – Distribuição da população jovem por faixa etária acima de 15 anos, segundo alfabetização, Santo André, 2013.

Faixa etária	Alfabetizado		Não alfabetizado		Total
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	29.792	99,65%	106	0,35%	29.898
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	80.807	99,12%	717	0,88%	81.524
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	62.855	99,16%	532	0,84%	63.387
30 anos ou +	380.483	96,15%	15.221	3,85%	395.704
Total	553.937		16.576		570.513

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 61 – Pessoas de 15 a 29 anos fora da escola e/ou do trabalho, por faixa etária e região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Norte	4%	16%	26%
Leste	6%	18%	17%
Sul_I	10%	23%	17%
Sul_II	5%	30%	3%
Centro	3%	14%	9%
Oeste	7%	18%	27%

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 62 – Pessoas de 15 a 17 anos segundo se estão na escola e/ou no trabalho por região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	Está na escola e/ou no trabalho		Está fora da escola e do trabalho		Total
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	
Norte	8.029	96%	368	4%	8.397
Leste	4.222	94%	271	6%	4.493
Sul_I	4.761	90%	504	10%	5.265
Sul_II	946	95%	48	5%	994
Centro	2.452	97%	80	3%	2.532
Oeste	7.650	93%	566	7%	8.216
Total	28.060	94%	1.837	6%	29.897

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 63 – Pessoas de 18 a 24 anos segundo se estão na escola e/ou no trabalho por região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	Está na escola e/ou no trabalho		Está fora da escola e do trabalho		Total
Norte	20.102	84%	3.754	16%	23.856
Leste	10.682	82%	2.396	18%	13.078
Sul_I	9.874	77%	2.884	23%	12.758
Sul_II	1.562	70%	674	30%	2.236
Centro	6.930	86%	1.130	14%	8.060
Oeste	17.670	82%	3.867	18%	21.537
Total	66.820	82%	14.705	18%	81.525

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 64 – Pessoas de 25 a 29 anos segundo se estão na escola e/ou no trabalho por região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	Está na escola e/ou no trabalho		Está fora da escola e do trabalho		Total
Norte	15.547	30%	2.956	26%	18.503
Leste	7.854	15%	1.925	17%	9.779
Sul_I	7.474	14%	1.854	17%	9.328
Sul_II	1.130	2%	382	3%	1.512
Centro	5.608	11%	1.027	9%	6.635
Oeste	14.592	28%	3.039	27%	17.631
Total	52.205	82,4	11.183	17,6	63.388

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 65 – Percentual de jovens fora da escola e fora do trabalho segundo sexo, Santo André, 2013.

Sexo	Está fora da escola e do trabalho
Masculino	51,50%
Feminino	48,50%

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 66 – Número de homicídios de Santo André segundo ano de ocorrência, 2010 a 2013.

Ano da ocorrência	Homicídios	%
2010	154	32,5
2011	148	31,2
2012	82	17,3
2013	90	19
Total	336	100

Fonte: Elaboração DISE/SOPP/PSA a partir dos microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Tabela 67 – Ocorrência de homicídios em Santo André segundo ano de ocorrência, 2010 a 2013.

Ano da ocorrência	Homicídio qualificado e homicídio simples	%	Homicídio culposo	%	Homicídio culposo na direção de veículo automotor	%	Total
2010	98	30,20%	8	72,70%	48	34,80%	154
2011	95	29,20%	2	18,20%	51	37,00%	148
2012	62	19,10%	1	9,10%	19	13,80%	82
2013	70	21,50%	0	0,00%	20	14,50%	90
Total	325	100,00%	11	100,00%	138	100,00%	474

Fonte: Elaboração DISE/SOPP/PSA a partir dos microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Tabela 68 – Número de homicídios de Santo André segundo faixa etária, 2010 a 2013.

Faixa etária	Homicídios	%	Homicídios crime de trânsito	%	Total
0 a 14 anos	4	1%	5	4%	9
15 a 17 anos <i>jovem adolescente</i>	14	5%	11	8%	25
18 a 24 anos <i>jovem-jovem</i>	55	20%	39	29%	94
25 a 29 anos <i>jovem adulto</i>	44	16%	19	14%	63
30 a 39 anos	89	32%	24	18%	113
40 a 49 anos	47	17%	14	10%	61
50 anos ou +	27	10%	22	16%	49
Total	280	100%	134	100%	414

Fonte: Elaboração DISE/SOPP/PSA a partir dos microdados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Tabela 69 – Se o domicílio tem seus moradores de 15 a 29 anos em situação de indigência, Santo André, 2013.

Região da cidade	População de 15 a 29 anos	%
Norte	50.756	3,1
Leste	27.351	2,8
Sul_I	27.350	4,6
Sul_II	4.741	6,3
Centro	17.226	2,3
Oeste	47.385	3,5
Total	174.809	3,4

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 70– Se o domicílio tem seus moradores em situação de indigência (pelo atual critério do Bolsa Família) por região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	Não	Sim	Total
Norte	199.226	7.674	206.900
Leste	100.320	2.966	103.286
Sul_I	94.936	4.193	99.129
Sul_II	16.362	1.102	17.464
Centro	83.868	2.021	85.889
Oeste	184.887	7.387	192.274
Total	679.599	25.343	704.942

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 71 – Se o domicílio tem seus moradores de 15 a 29 anos em situação de pobreza, Santo André, 2013.

Área de ponderação código	População de 15 a 29 anos	%
1	5.168	6
2	6.621	5,6
3	7.348	0
4	10.487	10,2
5	4.710	3
6	9.891	5,5
7	10.349	5,7
8	6.442	7
9	7.293	3,6
10	7.751	7,8
11	9.580	12,7
12	6.620	5,7
13	4.742	10,9
14	9.247	6,5
15	7.636	4,2
16	7.068	2,8
17	6.756	6,5
18	6.808	4,7
19	7.109	4,5
20	8.487	2,7
21	7.284	5,6
22	10.549	9,8
23	6.861	3,7
Total	174.807	6

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 72 – Se o domicílio tem seus moradores em situação de pobreza (pelo atual critério do Bolsa Família) por região da cidade, Santo André, 2013.

Região da cidade	Não	Sim	Total
Norte	194.803	12.097	206.900
Leste	97.346	5.939	103.285
Sul_I	88.600	10.529	99.129
Sul_II	15.200	2.264	17.464
Centro	83.430	2.459	85.889
Oeste	179.638	12.636	192.274
Total	659.017	45.924	704.941

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Tabela 73 – Se o domicílio tem seus moradores de 15 a 29 anos em situação de pobreza, Santo André, 2013.

Região da cidade	População de 15 a 29 anos	%
Norte	50.757	5,2
Leste	27.350	5,3
Sul_I	27.350	9,8
Sul_II	4.742	10,9
Centro	17.226	2,6
Oeste	47.384	6
Total	174.809	6

Fonte: Microdados do Censo / IBGE estimativa 2013. Elaboração: DISE/SOPP/PSA.

Transições negadas, transições possíveis

Um estudo sobre os jovens de Santo André

Todas as ilustrações que integram esta publicação foram produzidas por meio do projeto Santo André Cidade Graffiti.

Na composição foram utilizadas as fontes Adobe Carlson Pro e Myriad Pro.

Impresso em papel couchê 150g em novembro de 2015.

Este material pode ser reproduzido total ou parcialmente desde que se faça a citação da publicação com: PREFEITURA de Santo André.
Transições negadas, transições possíveis - um estudo sobre os jovens em Santo André. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2015.